



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/CAMPUS X  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

SAMARA OLIVEIRA SILVA

**SITUAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA:  
REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS EM NOTÍCIAS RELACIONADAS A  
POLÍTICAS PÚBLICAS NOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *CORREIO***

TEIXEIRA DE FREITAS, BA

2023

SAMARA OLIVEIRA SILVA

**SITUAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA:  
REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS EM NOTÍCIAS RELACIONADAS A  
POLÍTICAS PÚBLICAS NOS JORNAIS *FOLHA DE S. PAULO* E *CORREIO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – *Campus X*, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, na linha de pesquisa: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Décio Bessa da Costa.

TEIXEIRA DE FREITAS, BA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S586s

Silva, Samara Oliveira

Situação de rua em tempos de pandemia: representação discursiva em notícias relacionadas a políticas públicas nos jornais Folha de S.Paulo e Correio / Samara Oliveira Silva. - Teixeira de Freitas, 2023.

168 fls : il.

Orientador(a): Décio Bessa da Costa.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL, Campus X. 2023.

1.Análise de Discurso Crítica. 2.Situação de rua. 3.Políticas publicas. 4.Folha de S.Paulo. 5.Correio.

CDD: 418

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**"SITUAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS**  
**EM NOTÍCIAS RELACIONADAS A POLÍTICAS PÚBLICAS NOS JORNAIS *FOLHA DE S.***  
***PAULO E CORREIO*"**

**SAMARA OLIVEIRA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, em 11 de dezembro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Letras pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



**DECIO BESSA DA COSTA**  
Data: 11/12/2023 17:43:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. DÉCIO BESSA DA COSTA  
UNEB  
Doutorado em Linguística  
Universidade de Brasília

Documento assinado digitalmente



**CELSO KALLARRARI DE SOUZA SILVA**  
Data: 12/12/2023 23:53:10/-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. CELSO KALLARRARI DE SOUZA SILVA  
UNEB  
Doutorado em Ciências da Religião  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Documento assinado digitalmente



**MARIA CECÍLIA DE LIMA**  
Data: 11/12/2023 17:57:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dr.<sup>a</sup> MARIA CECÍLIA DE LIMA  
UFU  
Doutorado em Linguística  
Universidade de Brasília

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo em todos os momentos.

À minha mãe, Silvania, por sempre me incentivar e insistir no meu progresso acadêmico.

À minha irmã, Sabrina, por me incentivar e aguentar minhas angústias.

Ao meu pai, Carlinhos, que esteve torcendo por mim.

Ao meu orientador, Décio, pelas lições, pelas orientações e pelo conhecimento dado ao longo do percurso.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante a pesquisa.

Aos docentes Celso Kalarrari, Maria Cecília de Lima, Mourivaldo Almeida e Ariel Sessa, por aceitarem participar da minha banca e pelos apontamentos.

Aos meus colegas Aline, Carlos e Danilo, por compartilharem comigo conhecimentos ao longo do percurso.

Aos meus colegas da primeira turma do mestrado de Letras do *Campus X*, por estarem comigo nos últimos dois anos compartilhando dúvidas, angústias e conhecimento.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), pelos conhecimentos transmitidos durante o mestrado.

Ao administrativo, por sempre me auxiliar.

À Valdirene (*in memoriam*), uma grande amiga que se foi.

À Maria Luiza de Oliveira (*in memoriam*), minha querida vó que descansou.

A você que irá ler esta dissertação.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar representações discursivas sobre situação de rua, em notícias sobre políticas públicas, nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador, de maio de 2020 a março de 2021. O *corpus* foi selecionado de 292 notícias coletadas na *Folha de S. Paulo* e 36 notícias do *Correio*, sendo composto por seis notícias, três de cada veículo. Os critérios para a escolha foram: estar no recorte temporal entre maio de 2020 e março de 2021; ter como foco ações e políticas públicas para as pessoas em situação de rua; essas ações ou políticas, serem similares, nos dois jornais; ser notícia específica de cada capital. Esta pesquisa teve como aporte teórico a Análise de Discurso Crítica (ADC) na perspectiva dialético-relacional de Fairclough (2001, 2003, 2015, 2016), como também Wodak e Meyer (2016) para tratar de discussões dentro da ADC, van Leeuwen (1997) para os apontamentos relacionados à representação de agentes sociais e Thompson (2009) para prover embasamento em algumas discussões sobre ideologia. Para as discussões sobre o gênero notícia, foram utilizados Bakhtin (2016) e Fairclough (2003), e, para definição de notícia, Hernandez (2021). Quanto à situação de rua, foram utilizados trabalhos de Silva (2006), Rodrigues *et al.* (2020), Sarmiento (2020), o *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasil, 2008), entre outros. Os apontamentos metodológicos foram embasados por Bauer, Gaskell e Allum (2008) e Flick (2013). As análises foram realizadas por meio de categorias analíticas apresentadas por Fairclough (2001, 2003): representação de agentes sociais, intertextualidade interdiscursividade e escolhas lexicais. Os resultados foram: as pessoas em situação de rua foram incluídas nas notícias, entretanto no jornal *Folha de S. Paulo* essas pessoas receberam mais voz e tiveram uma representação social por meio da nomeação e especificação. Em relação às escolhas lexicais, o jornal *Correio* utilizou mais o termo adequado “situação de rua” do que a “Folha”, que empregou “morador de rua” e “sem-teto”. Por fim, propagaram-se tanto discursos estigmatizadores, como o discurso higienista, quanto discursos que contribuem para a mudança social, como o discurso de cidadania.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; situação de rua; políticas públicas; Folha de S. Paulo; Correio.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze discursive representations of “street situation” or homelessness in news about public policies in newspapers with the highest circulation in the capitals of São Paulo and Salvador from May 2020 to March 2021. This corpus was selected from 292 news stories from *Folha de S. Paulo* and 36 from *Correio*, consisting of six news items, three from each vehicle. The criteria for choosing the news were: being in the time frame between May 2020 and March 2021; focus on public actions and policies for people living on the streets; these actions or policies are similar in both newspapers; be specific news for each capital. This research had as its theoretical contribution Critical Discourse Analysis (CDA) in the dialectical-relational perspective of Fairclough (2001, 2003, 2015, 2016), as well as Wodak and Meyer (2016) to address discussions within CDA, van Leeuwen (1997) for notes related to the representation of social agents and Thompson (2009) to provide a basis for some discussions about ideology. For discussions about the news genre, we seek support from Bakhtin (2016) and Fairclough (2003) and to define news, Hernandes (2021). Related to homelessness, works by Silva (2006), Rodrigues *et al.* (2020), Sarmiento (2020), and the Executive Summary of the National Survey on the Homeless Population (Brazil, 2008), among others. The methodological notes were based on Bauer, Gaskell and Allum (2008) and Flick (2013). The analyses used analytical categories presented by Fairclough (2001, 2003): representation of social agents, intertextuality, interdiscursivity and lexical choices. The results showed that “people in a street situation” were included in the news. However, in the *Folha de S. Paulo* newspaper, these people received more voice and had social representation through nomination and specification. Concerning lexical choices, the newspaper *Correio* used the appropriate term “street situation” more than *Folha*, which used “street dweller”, “living on the street” and “homeless”. Finally, both stigmatizing discourses, such as hygienist discourse, as well as discourses that contribute to social change, such as citizenship discourse, spread.

Keywords: Critical Discourse Analysis; homelessness; public policy; Folha de S. Paulo; Correio.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estratégias de pesquisa e vínculos teóricos.....	20
Figura 2 – A representação dos atores sociais no discurso: rede de sistemas .....	31
Figura 3 – Linha do tempo das lutas assistenciais para pessoas em situação de rua.....	45
Figura 4 – Estudos Discursivo Crítico como um processo circular .....	71
Figura 5 – Prefeitura de São Paulo retira pertences de moradores de rua da avenida Cruzeiro do Sul (1/10) .....	100
Figura 6 – Consultório na Rua vacina idosos sem-teto em SP (1/14).....	105
Figura 7 – Foto de abertura da notícia 2 do jornal <i>Correio</i> .....	117

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativa do quantitativo de pessoas em situação de rua (2012-2022).....	39
Gráfico 2 – Quantitativo da população em situação de rua na cidade de São Paulo.....	52
Gráfico 3 – Quantitativo da População em Situação de rua em Salvador.....	54
Gráfico 4 – Perfil das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo “Gênero, Cor, Idade e Origem”.....	55
Gráfico 5 – Perfil das pessoas em situação de rua na cidade de Salvador “Gênero, Cor, Idade e Origem” .....	56
Gráfico 6 – Perfil das pessoas em situação de rua em São Paulo “Motivos, Vínculo Familiar, Escolaridade e Renda/Trabalho”. .....	57
Gráfico 7 – Perfil das pessoas em situação de rua em Salvador “Motivos, Vínculo Familiar, Escolaridade e Renda/Trabalho” .....	58
Gráfico 8 – Classificação macro das notícias do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	78
Gráfico 9 – Classificação macro das notícias do jornal <i>Correio</i> .....	79
Gráfico 10 – Classificação micro das notícias relacionadas à Covid-19 da <i>Folha de S. Paulo</i> .....	80
Gráfico 11 – Classificação micro das notícias relacionadas à Covid-19 no <i>Correio</i> .....	81
Gráfico 12 – Classificação micro das notícias relacionadas às Ações Sociais da <i>Folha de S. Paulo</i> .....	84
Gráfico 13 – Classificação micro das notícias relacionadas às Ações Sociais do <i>Correio</i> .....	84
Gráfico 14 – Classificação micro das notícias relacionadas à Estatística, Frio e Higienização da Folha de S. Paulo .....	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Representação de agentes sociais .....	31
Quadro 2 – Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa.....	68
Quadro 3 – Modos e meios em pesquisas qualitativas .....	69
Quadro 4 – Notícias selecionadas da <i>Folha de S. Paulo</i> .....	88
Quadro 5 – Escolhas lexicais na notícia “Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP” .....	93
Quadro 6 – Escolhas lexicais na notícia “Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua” .....	99
Quadro 7 – Escolhas lexicais na notícia “Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir o álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto” .....	105
Quadro 8 – Notícias selecionadas do jornal Correio .....	107
Quadro 9 – Escolhas lexicais na notícia “Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade” .....	112
Quadro 10 – Escolhas lexicais na notícia “Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua” .....	118
Quadro 11– Escolhas Lexicais na notícia “Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua” .....	123

## LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS/AD	Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas
CATE	Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo
CENTRO POP	Centro Especializado para a População em Situação de Rua
CETAD	Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas
CRAS	Centro de Referências da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HSR	Homem em Situação de Rua
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LSF	Linguística Sistemico Funcional
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MSR	Mulher em Situação de Rua
NUAR	Núcleo de Ações Articuladas para População em Situação de Rua
OCAS	Organização Civil de Ação Social
ONG	Organização Não Governamental
OSID	Obras Sociais Irmã Dulce
PM	Política Militar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PopRua	População em Situação de Rua
POT	Programa Operação Trabalho
RAU + E	Residência de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia

RMA	Registro Mensal de Atendimentos
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas
SEMOP	Secretaria de Ordem Pública
SEMPRE	Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer
SEMTEL	Secretaria de Trabalho, Esportes e Lazer
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SGD	Sistema de Garantia de Direito
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SMDAS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SNAS/MDS	Secretaria Nacional de Assistência Social/Ministério de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UAI	Unidade de Atendimento Institucional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UOL	Universo <i>Online</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>19</b>
2.1	ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM PERCURSO LINGUÍSTICO.....	19
<b>2.1.1</b>	<b>Discurso, Crítica, Poder e Ideologia na ADC.....</b>	<b>21</b>
2.2	A ABORDAGEM DIALÉTICO-RELACIONAL DE NORMAN FAIRCLOUGH....	24
<b>2.2.1</b>	<b>Estrutura Social, Prática Social e Evento Social.....</b>	<b>28</b>
2.3	CATEGORIAS ANALÍTICAS .....	30
<b>2.3.1</b>	<b>Representação de agentes sociais .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Intertextualidade.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Interdiscursividade .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.4</b>	<b>Escolhas lexicais .....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>SITUAÇÃO DE RUA .....</b>	<b>37</b>
3.1	SITUAÇÃO DE RUA E PESQUISAS GOVERNAMENTAIS .....	37
3.2	A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO AGENTE SOCIAL EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: DE VADIO E MENDIGO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA.....	40
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIDADÃOS E CIDADÃS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	44
<b>3.3.1</b>	<b>Programas dentro das Políticas Públicas para cidadãos e cidadãs em situação de rua .....</b>	<b>46</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Políticas Públicas em tempo de pandemia no Brasil .....</b>	<b>49</b>
3.4	CAPITAIS SÃO PAULO (SP) E SALVADOR (BA): UM PANORAMA DA SITUAÇÃO DE RUA EM CADA CAPITAL .....	50
<b>3.4.1</b>	<b>Situação de rua nas capitais São Paulo e Salvador: como se caracteriza a problemática.....</b>	<b>55</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Políticas Públicas nas capitais São Paulo e Salvador .....</b>	<b>60</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Políticas Públicas em tempos de pandemia nas cidades de São Paulo e de Salvador .....</b>	<b>65</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>68</b>
4.1	PESQUISA QUALITATIVA E TRIANGULAÇÃO DE DADOS.....	68
4.2	ADC EM UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	71
4.3	UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O GÊNERO NOTÍCIA E A SUA CONSTRUÇÃO .....	73
<b>4.3.1</b>	<b>Jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Correio</i> .....</b>	<b>76</b>

4.4	DADOS COLETADOS: O TRAJETO DA COLETA E CLASSIFICAÇÃO .....	77
4.4.1	Dados coletados: classificação micro e o <i>corpus</i> da pesquisa.....	80
5	ANÁLISE DE DADOS COLETADOS .....	88
5.1	ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL <i>FOLHA DE S. PAULO</i> .....	88
5.1.1	Análise da notícia 1: Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP.....	89
5.1.2	Análise da notícia 2: Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua .....	95
5.1.3	Análise da notícia 3: Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir o álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto .....	102
5.2	ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL <i>CORREIO</i> .....	107
5.2.1	Análise da notícia 1: Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade.....	108
5.2.2	Análise da notícia 2: Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua .....	115
5.2.3	Análise da notícia 3: Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua .....	120
5.3	REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	130
	REFERÊNCIAS .....	134
	ANEXO A – PREFEITURA INSTALA MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA PARA MORADORES DE RUA NO CENTRO DE SP .....	153
	ANEXO B – PREFEITURA DE SÃO PAULO PASSA O RAPA E LEVA PERTENCES DE MORADORES DE RUA .....	156
	ANEXO C – COM MENOS DOAÇÕES, CONSULTÓRIO NA RUA PRECISA DIVIDIR ÁLCOOL EM GEL EM FRASCOS MENORES PARA DAR A SEM-TETO .....	159
	ANEXO D – CONSULTÓRIO DE RUA VAI REALIZAR TESTES RÁPIDOS DA COVID-19 EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE .....	162
	ANEXO E – LARGO DOS MARES GANHA PIA PÚBLICA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	165
	ANEXO F – PREFEITURA DE SALVADOR INTENSIFICA ACOLHIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA .....	167

## 1 INTRODUÇÃO

A situação de rua é uma problemática social antiga, cujas discussões começaram a ganhar forças e certa notoriedade em 2004, após a chacina na Praça da Sé. Em 2005 surge o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), com o objetivo de lutar por direitos e por mais segurança, entretanto somente em 2008 é realizada a primeira Pesquisa Nacional da População em Situação e Rua, e em 2009 é instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), a partir do Decreto n. 7.053/2009 (Brasil, 2009a).

Ao longo dos anos, a construção do agente em situação de rua foi formada a partir de estigmas. Vagabundos, vadios, mendigos, preguiçosos, dentre outras definições, só reforçaram um preconceito em relação aos cidadãos e às cidadãs que estão em situação de rua, contudo pesquisas (nacional e municipais) mostram que, muitas das vezes, as causas estão mais relacionadas com o desemprego e a perda do vínculo familiar, segundo o Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008). De acordo com Silva (2006), a situação de rua é uma desigualdade social vinculada à acumulação capitalista que se desenvolve com base no eixo capital/trabalho. No Brasil, essa desigualdade começa a ser construída na época do Brasil Colônia e Império, a partir da separação entre o senhor e o escravo (Rodrigues *et al.*, 2020).

Apesar de a PNPSR ter permitido a ampliação de leis assistenciais e desenvolvido ações voltadas para a situação de rua, observam-se falhas em sua implementação, pois o quantitativo da população em situação de rua aumenta a cada ano. De acordo com Natalino (2023), há cerca de 281.500 pessoas em situação de rua no Brasil, sendo observado um aumento significativo entre 2021 e 2022, que pode ter ocorrido pela grande adesão ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) gerada pela alta taxa de desemprego no Brasil e agravada pela pandemia da covid-19. No último trimestre de 2020, primeiro ano da pandemia, o quantitativo de desempregados no Brasil era de 14,2 milhões de pessoas<sup>1</sup>, alto número que refletiu no quantitativo da população em situação de rua, como também em sua característica com a presença significativa de famílias em situação de rua<sup>2</sup>.

Em 2020, com a crescente proliferação do coronavírus SARS-CoV-2, o Brasil e o mundo tiveram de tomar algumas medidas para diminuir as contaminações e as mortes – no caso do Brasil, a covid-19, em 2020, estava vitimando cerca de 4 mil pessoas por semana<sup>3</sup>. Com

---

<sup>1</sup> Informações retiradas em *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023a).

<sup>2</sup> Informações retiradas em *site* do Instituto Humanitas Unisinos (Santos, 2021).

<sup>3</sup> Informações retiradas em *site* do Ministério da Saúde (Brasil, 2023).

o número significativo de casos, os governos decidiram instituir o *lockdown*<sup>4</sup>, mediante o qual se limitou a presença de pessoas em ambientes externos. Dessa forma, só era permitido o funcionamento de serviços essenciais, como hospitais, postos de gasolina, mercados, farmácias etc. Outras medidas de contenção do vírus foram alguns cuidados essenciais como o distanciamento social, a atenção aos cuidados de higiene e o *slogan* “*Stay at home*”, que começou a ser propagado nos meios de comunicação; todavia, para uma parcela de cidadãos e cidadãs no Brasil, faltava o item mais importante para enfrentar a pandemia da covid-19 – a casa.

Em março de 2020, o quantitativo da população em situação de rua chegou a quase 222 mil pessoas, sendo observada uma evolução do quadro a partir de março, por conta da pandemia (Natalino, 2020). Junto ao aumento, surgiram alguns discursos que, muitas vezes, são para estigmatizar essas pessoas. Alguns desses discursos estão disfarçados por falácias como “pessoas em situação de rua não morrem de covid, pois são resistentes”<sup>5</sup>. Nesse sentido, é importante discutir notícias relacionadas às políticas públicas e às ações realizadas pelas prefeituras das duas capitais mais populosas das regiões Sudeste e Nordeste, principalmente notícias publicadas durante a pandemia da covid-19. Essas duas regiões apresentam o maior quantitativo de pessoas em situação de rua (Natalino, 2020).

O interesse em estudar o tema situação de rua surgiu a partir da pesquisa de Iniciação Científica (IC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A pesquisa de IC, intitulada *Discurso e Situação de Rua no Rio Grande do Sul*, teve como objetivo pesquisar a problemática a partir de uma análise discursivo-crítica, por meio de elementos linguísticos (e de outras semioses) presentes em textos nos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, nos anos de 2011 a 2015. E o TCC, intitulado *Situação de rua em São Paulo e em New York City: uma Análise Discursivo-Crítica de Notícias*, teve como objetivo pesquisar a problemática da Situação de Rua em São Paulo e *New York City*, empreendendo uma análise discursivo-crítica a partir de elementos linguísticos e de outras semioses presentes em textos dos jornais citados, considerando as correlações com práticas sociais e com perspectivas políticas e ideológicas, no recorte temporal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. A partir desses estudos, pôde-se notar como a linguagem associa-se a questões ideológicas e sociais, influenciando assim na

---

<sup>4</sup> *Lockdown* é um termo em inglês utilizado para expressar confinamento ou fechamento total.

<sup>5</sup> Durante a pandemia da covid-19 foram propagadas algumas informações falsas (*fake news*) em aplicativos de mensagens sobre pessoas em situação de rua como: a população em situação de rua não se infectava com a covid-19 (deslegitimando a gravidade do vírus), era resistente ao vírus porque não tomava banho. Essa *fake news* foi desmentida na página do *G1* (portal de notícias pertencente ao grupo Globo), intitulada de *Fato ou Fake*, que visa esclarecer conteúdos duvidosos propagados em redes sociais e aplicativos de mensagens. Informações retiradas em *site* do *G1* e *Folha de S. Paulo* (Domingos, 2020; Rodrigues, 2022).

representação estigmatizada da população em situação de rua. Nessas pesquisas, escolhas lexicais, como “morador de rua”, e ausência de voz de agentes em situação de rua foram exemplos de como existe uma relação de poder ligada à problemática social.

Em 2020, quando começou a pandemia da covid-19 e iniciaram-se as orientações dos cuidados essenciais e o *lockdown*, surgiram alguns questionamentos pessoais: como as pessoas em situação de rua irão “ficar em casa” sendo que elas não têm a casa? É possível morar na rua? Nas ruas esses cidadãos e essas cidadãs irão ter os cuidados essenciais? A casa não é um item essencial? Assim sucedeu-se o interesse de aprofundar as pesquisas realizadas, focalizando o período da covid-19.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pela necessidade e relevância de analisar a linguagem por meio de um viés discursivo, que considere também as estruturas, práticas e eventos sociais. O estudo contribuirá linguístico-criticamente com a problemática da situação de rua no Brasil, observando como representações discursivas, principalmente quanto às políticas públicas, podem interferir social e linguisticamente nessa problemática. Segundo Fairclough (2003), os discursos não são apenas modos de representação com um grau comum ou estável, mas modos de representação que criam pontos na relação entre linguagem e outros fatores da vida social, assim, o discurso se torna parte da prática social.

De acordo com Fairclough (2001), a linguagem tem um papel fundamental na sociedade, pois é por meio da linguagem que as pessoas constroem aspecto do mundo. Esse processo “[...] é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91). Dessa maneira, resta para os textos o poder de modificar de forma social, política, cognitiva, moral e material, sendo importante elaborar questões morais e políticas para entender de qual modo a sociedade pode influenciar no discurso (Fairclough, 2003).

Posto isso, esta pesquisa parte dos seguintes questionamentos:

- a) Como os agentes sociais em situação de rua foram representados textualmente em notícias?
- b) Quais discursos estavam presentes?
- c) Quais vozes estavam presentes?
- d) Quais foram as escolhas lexicais?

Nesse sentido, o objetivo geral é analisar representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador, de maio de 2020 a março de 2021. Os objetivos específicos são:

- a) Identificar como ocorreram as representações dos agentes sociais em situação de rua nas notícias de cada jornal;
- b) Investigar quais discursos estavam presentes e se eles contribuíram para a manutenção ou transformação;
- c) Observar quais vozes estavam presentes e como são representadas as vozes dos agentes em situação de rua;
- d) Examinar quais escolhas lexicais foram realizadas para representar o agente em situação de rua.

As cidades de São Paulo e de Salvador foram escolhidas porque são as duas capitais mais populosas das regiões que apresentaram o maior quantitativo de pessoas em situação de rua no ano de 2020, sendo o Sudeste com cerca de 125 mil pessoas em situação de rua e o Nordeste com cerca de 38 mil (Natalino, 2020). São as cidades mais populosas de cada região São Paulo e Salvador, com aproximadamente de 12 milhões e 3 milhões de habitantes, respectivamente<sup>6</sup>.

Em relação aos jornais, foram escolhidos aqueles com maior circulação de cada cidade: *Folha de S. Paulo* (São Paulo) e *Correio* (Salvador). O *corpus* desta pesquisa é composto por notícias publicadas entre maio de 2020 e março de 2021 com o tema situação de rua, período referente aos dois primeiros picos da covid-19 no Brasil: maio de 2020, com cerca de 33.600 vítimas, e março de 2021, com cerca de 79.300 vítimas<sup>7</sup>.

Esta dissertação é uma pesquisa qualitativa e utiliza como perspectiva teórico-metodológica a Análise de Discurso Crítica (ADC), que considera a correlação entre linguagem e sociedade. Os autores utilizados dentro dessa perspectiva foram: Fairclough (2001, 2003, 2015, 2016) com sua abordagem dialético-relacional; Wodak e Meyer (2016) para tratar de discussões dentro da ADC; van Leeuwen (1997) para os apontamentos associados à representação de agentes sociais<sup>8</sup>; e Thompson (2009) para prover embasamento em algumas discussões sobre ideologia. Para as discussões sobre o gênero notícia, foram utilizados Bakhtin (2016) e Fairclough (2003) e, para definição de notícia, Hernandez (2021). Referentes à situação de rua, foram utilizados trabalhos de Silva (2006), o *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasil, 2008), Rodrigues *et al.* (2020), Sarmiento (2020) etc. Os apontamentos metodológicos foram embasados por Bauer, Gaskell e Allum (2008)

---

<sup>6</sup> Dados no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023b).

<sup>7</sup> Informações retiradas em *site* do Ministério da Saúde (Brasil, 2021b).

<sup>8</sup> Van Leeuwen (1997) utiliza o termo ator social, contudo esta pesquisa utiliza a designação “agente social”, conforme defende Bessa (2009, p. 49).

visando falar sobre pesquisa qualitativa, e Flick (2013) para tratar sobre triangulação da pesquisa.

Nessa linha, esta pesquisa está estruturada em seis seções: a primeira seção é a parte introdutória; a segunda seção, **Fundamentação teórica**, é composta por quatro partes com discussões sobre o percurso da ADC, a abordagem de Fairclough e as categorias analíticas; a terceira seção, **Situação de rua**, é composta por quatro partes que expõem sobre a situação de rua no Brasil e nas capitais São Paulo e Salvador e sobre as políticas públicas e pesquisas tanto em nível nacional quanto nas capitais pesquisadas; a quarta seção, **Metodologia**, composta por quatro partes, trata do percurso metodológico da pesquisa, também são apresentados os jornais como as classificações macro e micro dos dados coletados; na quinta seção, **Análise de dados coletados**, composta por três partes, são apresentadas as análises discursivas das notícias selecionadas; na sexta e última seção, **Considerações finais**, são expostas as conclusões da pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta a fundamentação teórica utilizada nesta pesquisa. É composta por quatro seções que discutem sobre: o percurso linguístico da Análise de Discurso Crítica (ADC), escola linguística utilizada nesta dissertação; a abordagem dialético-relacional da ADC, de Norman Fairclough (2001, 2003); a relação entre evento social, prática social e estrutura social; também são apresentadas as categorias analíticas utilizadas nas análises, conforme a perspectiva de Fairclough (2001, 2003).

### 2.1 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM PERCURSO LINGUÍSTICO

A ADC é uma escola linguística, cujo termo começa a ser utilizado em 1985 quando Norman Fairclough usa-o em um artigo no *Journal of Pragmatics*; em 1989, o autor publica seu livro *Language and Power*; em 2015, na terceira edição do livro, expõe que *Language and Power* apresenta uma visão mais radical da ADC e tem como objetivo despertar as pessoas sobre como a linguagem pode contribuir para dominação de algumas pessoas por outras. Em janeiro de 1991, em um simpósio na Universidade em Amsterdã, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak passaram dois dias discutindo sobre métodos e teorias da análise do discurso (Wodak; Meyer, 2016). Durante o evento, assim, desenvolveram diversas perspectivas de análise, porém com uma característica geral, investigar o poder por meio do discurso (escrito, falado ou visual) e a desconstrução de ideologias que possam estar presentes nos discursos (Wodak; Meyer, 2016).

Em 1992<sup>9</sup>, Fairclough publica o livro *Discourse and Social Change*, que tem como foco o discurso na mudança social, no qual o autor desenvolve a concepção tridimensional do discurso, que será mais bem discutida na subseção 2.2.1. Em 1999, Chouliaraki e Fairclough publicam *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*, e, segundo Bessa (2007, p. 23), um dos grandes avanços da publicação “[...] para a área é o foco do livro no diálogo entre a Teoria Social Crítica e a Linguística. Um outro desenvolvimento é a noção de discurso como um dos elementos das práticas sociais”. Em 2003, Fairclough publica *Analysing discourse: textual analysis for social research*, em que apresenta formas de análises na pesquisa social. Em 2016, no livro *Methods of Critical Discourse Studies*, organizado por Wodak e

---

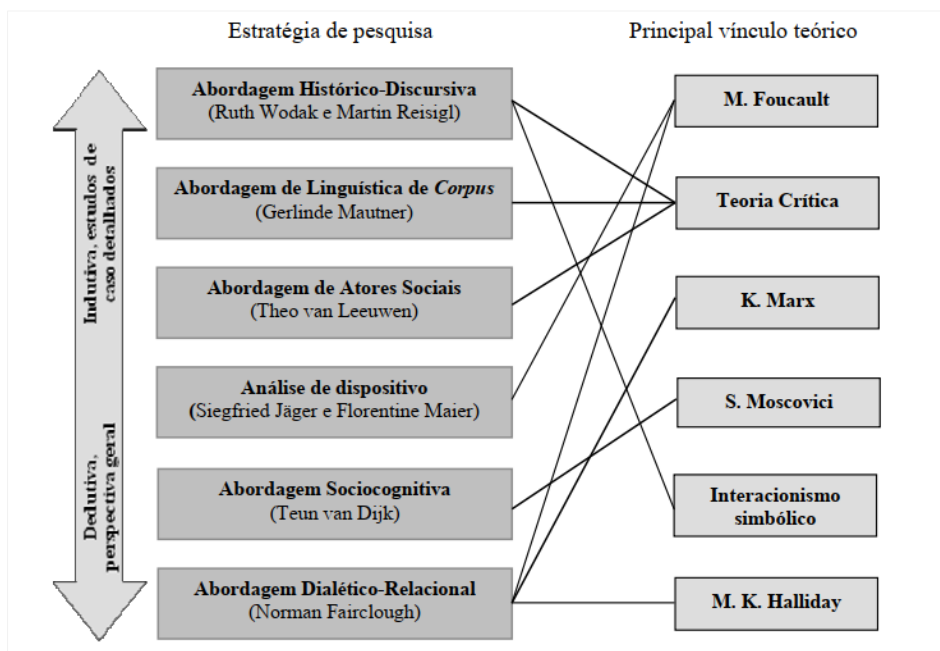
<sup>9</sup> Essa obra foi traduzida no Brasil em 2001 (Fairclough, 2001).

Meyer, o autor apresenta uma perspectiva metodológica com etapas e passos para desenvolver pesquisas em ADC.

A ADC foi escolhida para embasar esta pesquisa porque além de uma análise discursiva e linguística, existe o interesse de identificar como a construção dos discursos podem interferir socialmente em uma determinada problemática social. Fairclough (2015) expõe que não é somente analisar e criticar o discurso, e sim sugerir mudanças para determinada realidade social que está presente dentro do discurso ligado a outros elementos sociais, como ideologia, políticas econômicas e relações de poder. Assim, o pesquisador não deve somente identificar as características e tipos de discursos, mas explicar como eles se relacionam com outros elementos da vida social e questionar por que os discursos aparecem daquela forma.

Fairclough (2016) explica que, para fundamentar sua pesquisa, o pesquisador deve escolher qual abordagem irá auxiliá-lo para embasar e fundamentar sua perspectiva crítica. Dentro da ADC, existem diversas abordagens de pesquisas, Wodak e Meyer (2009, p. 20) apresentam seis abordagens, conforme Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Estratégias de pesquisa e vínculos teóricos



Fonte: Wodak e Meyer (2009, p. 20).

Na publicação de 2016, ocorrem duas alterações nesse quadro: a primeira é a supressão de Mautner da lista porque a autora apresenta, no livro de 2016, uma metodologia e método para analisar conjunto de dados sem depender diretamente de autores específicos (Wodak; Meyer, 2016); a segunda é a retirada de Halliday da Linguística Sistemática Funcional (LSF)

como um dos principais vínculos teóricos da abordagem de Fairclough, ficando, dessa forma, somente Foucault e Marx. Fairclough (2015) observa que em Fairclough e Fairclough (2012) são utilizadas outras formas de análise que não estavam relacionadas com a LSF, porém esta tem influência em seus trabalhos.

Wodak e Meyer (2016) ressaltam que fica cada vez mais complexo mapear as diferentes abordagens da ADC, pois cada autor utiliza teorias de partida de maneira bastante eclética. Quanto a outras perspectivas linguísticas, Wodak e Meyer (2016, p. 18) expõem que o que difere a ADC de análise do discurso, da pragmática e da sociolinguística é a relação dos princípios gerais da ADC.

Partindo dessa perspectiva, esta dissertação foi desenvolvida buscando entender de qual forma os discursos podem interferir na problemática da situação de rua, se existem formas de manutenção e, se ocorrem, o porquê dessa manutenção. Para tal, é necessário escolher uma abordagem que atenda ao questionamento da pesquisa: como ocorreram as representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador de maio de 2020 a março de 2021?

Para responder tal questionamento, é utilizada a abordagem dialético-relacional de Fairclough (2001, 2003, 2015, 2016); entretanto, antes de apresentá-la, faz-se necessário tratar de pontos comuns em pesquisas realizadas em ADC, como o Discurso, a Crítica, o Poder e a Ideologia, que serão discutidos na subseção a seguir.

### **2.1.1 Discurso, Crítica, Poder e Ideologia na ADC**

Fairclough (2016) apresenta diversos sentidos de discurso, contudo opta por usar o discurso<sup>10</sup> como construção de significados e um dos elementos da prática social. Para o autor, essa visão de discurso é mais geral e abstrata, assim, as análises do discurso se preocupam com diversas modalidades de linguagem. De acordo com Wodak e Meyer (2016, p. 6, tradução nossa):

[...] o discurso é socialmente constitutivo, bem como socialmente condicionado – ele constitui situações, conhecimento, identidades sociais e relacionamento entre pessoas e grupos de pessoas. É constitutivo tanto no

---

<sup>10</sup> Em 2016, Fairclough começa utilizar o termo semiose em vez de discurso, porém, nesta pesquisa, continua-se com o termo discurso por ser o mais utilizado.

sentido de que ajuda sustentar e reproduzir relações de poder quanto no sentido de transformação desta relação<sup>11</sup>.

Sendo assim, é necessário analisar o discurso, pois é por meio dos discursos que as pessoas (re)produzem suas ideias de mundo. Na seção 2.2, será mais bem discutida a definição de discurso na abordagem dialético-relacional de Fairclough, abordagem, utilizada nesta pesquisa.

Em relação à Crítica, Wodak e Meyer (2016) expõem que o termo “crítico” parte do trabalho de alguns linguistas críticos e sua influência pode ser atribuída a escola de Frankfurt e Habermas. Quanto à Teoria Crítica, na perspectiva da escola de Frankfurt, Wodak e Meyer (2016, p. 6, tradução nossa) explicam que existem dois conceitos centrais para entendê-la:

[...] (1) Teoria Crítica deve ser direcionada totalmente em especificidades histórica da sociedade, e (2) Teoria Crítica deve melhorar o conhecimento da sociedade integrando todas as principais ciências sociais, inclusive economia, sociologia, história, ciência política, antropologia e psicologia<sup>12</sup>.

Fairclough (2016, p. 88, tradução nossa) argumenta que a pesquisa social crítica tem como objetivo “[...] contribuir para o enfrentamento dos ‘erros’<sup>13</sup> sociais da atualidade (em sentido amplo – injustiça, desigualdade, falta de liberdade etc.), analisando suas fontes e causas, resistências a eles e as possibilidades de superá-los”<sup>14</sup>. Sendo assim, analisar as relações dialéticas entre discurso e outros elementos sociais auxilia identificar as relações de poder e/ou dominação presentes nos discursos (Fairclough, 2016). Dessa forma, é importante analisar o discurso a partir de uma perspectiva crítica, pois é por meio dos discursos que as construções sociais são desenvolvidas.

Wodak e Meyer (2016) explicam que a ideologia, nas pesquisas em ADC, não é vista de forma positiva ou neutra, ou seja, como um sistema de crenças ou valores. De acordo com os autores, as pesquisas em ADC analisam como a ideologia pode estar disfarçada e oculta. Um exemplo é quando uma determinada pessoa de classe alta acredita que “empregadas domésticas

<sup>11</sup> “[...] *discourse is socially constitutive as well as socially conditioned – it constitutes situations, objects of knowledge, and the social identities of and relationship between people and groups of people. It is constitutive both in the sense that it helps to sustain and reproduce the discourse is so socially consequential, it gives rise to important issues of power*” (Wodak; Meyer, 2016, p. 6).

<sup>12</sup> “(1) *Critical Theory should be directed at the totality of society in its historical specificity, and (2) Critical Theory should improve the understanding of society by integrating all the major social sciences, including economics, sociology, history, political science, anthropology and psychology*” (Wodak; Meyer, 2016, p. 6).

<sup>13</sup> Fairclough (2016, p. 108, nota de rodapé) usa o termo “erro social” no lugar de “problema social”, pois, segundo o autor, “alguns erros são produzidos por sistemas e não são resolvidos dentro deles”. Entretanto, nesta pesquisa, será utilizado o termo “problema social”.

<sup>14</sup> “*Critical social research aims to contribute to addressing the social “wrongs” of the day (in a broad sense - injustice, inequality, lack of freedom etc.) by analysing their sources and causes, resistance to them and possibilities of overcoming them*” (Fairclough, 2016, p. 88).

não podem andar de avião”. O que está ideologicamente disfarçado é a ideia de que pessoas de classe média/média-baixa ou baixa não podem utilizar os mesmos ambientes que pessoas de classe alta.

Nesse sentido, são construídas, por meio do discurso, perspectivas ideológicas que muitas vezes aparentam ser “neutras” (Wodak; Meyer, 2016). Fairclough (2003, p. 9, tradução nossa) sugere que ideologias “[...] são representações de aspectos do mundo e podem contribuir, estabelecer, manter e mudar relações de poder, dominação e exploração”, explicando que essas representações podem ser identificadas em textos e que a análise textual deve estar alinhada à análise social, observando assim suas relações de poder. O autor ainda afirma que as ideologias podem ter uma durabilidade e estabilidade que vai além dos textos individuais ou *corpus* de textos que “podem ser associados a discursos (como representações), a gêneros (como ação) e a estilos (como identificação)” (Fairclough, 2003, p. 9). Portanto, a ideologia, na ADC, é vista em uma concepção crítica e não uma concepção de sistema de crenças ou de pensamentos (Fairclough, 2003).

Thompson (2009) também discute diversas concepções de ideologia: concepção polêmica, epinomênica, latente, estrutural e crítica são algumas apresentadas pelo autor. Entretanto, esta pesquisa focaliza na concepção crítica em que o autor difere da concepção neutra. Para ele, a concepção neutra é aquela em que “[...] tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular” (Thompson, 2009, p. 72); e a concepção crítica está associada ao processo de sustentabilidade na relação assimétrica de poder, que muitas vezes é vista como instrumento para sustentar as relações de dominação.

Nesse sentido, Thompson (2009) explica que a ideologia pode ser estudada por meio de formas simbólicas<sup>15</sup> que estão dentro dos contextos sociais e circulam no mundo social. Para analisar essas formas simbólicas, o autor desenvolve cinco “modos de operação da ideologia”: a Legitimação, composta pelas estratégias de racionalização, universalização e narrativização; a Dissimulação, composta pelas estratégias de deslocamento, eufemização e tropo; a Unificação, composta pelas estratégias de padronização e da simbolização da unidade; a Fragmentação, composta pelas estratégias de diferenciação e de expurgo do outro; e a Reificação, composta pelas estratégias de naturalização, eternalização e nominalização/passivização.

---

<sup>15</sup> Para Thompson (2009, p. 79), formas simbólicas são como “espectros de ações e falas, imagens e textos, que são reproduzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”, que pode ser linguística, não linguística ou quase linguística.

Thompson (2009) expõe que estas são “[...] algumas das estratégias e maneiras como o sentido pode ser construído e difundido no mundo social, e para algumas das maneiras como o sentido, assim difundido, pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 2009, p. 89). A autor ainda acrescenta que é necessário examinar como “essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana” (Thompson, 2009, p. 89).

Acerca de Poder, Wodak e Meyer (2016) expõem que pesquisadores em ADC buscam observar como o discurso (re)produz a dominação social, entendida, muitas vezes, como abuso de poder de um grupo sobre outro. Para Wodak e Meyer (2016), o poder é um dos assuntos mais importantes e controverso das ciências sociais porque não existe uma teoria social que sugere uma noção específica do termo.

Para Fairclough (2015), o poder não é ruim em si, isso vai depender da distinção entre o “poder de” fazer alguma coisa e o “poder sobre” outras pessoas – o autor explica que ter “poder de” fazer algo é socialmente bom, e que, desde que seja legítimo o “poder sobre” outras pessoas, também não é necessariamente ruim (Fairclough, 2015). Um exemplo que o autor expõe é o poder que os políticos têm sobre a sociedade: existem eleições para formar um governo, que, após eleito, tem várias formas de “poder sobre” a sociedade, o que é legítimo, o que o torna justificável<sup>16</sup>. Porém, Fairclough (2015) afirma que deve haver uma distinção entre o “poder” no discurso e o “poder por trás” do discurso: o primeiro é exercer o poder, ou seja, um falante pode controlar contribuições de outros; o segundo é o poder de formar e moldar ordens de discursos.

Após as discussões sobre a Análise de Discurso Crítica, como também da compreensão de forma geral desta em relação ao Discurso, à Crítica, ao Poder e à Ideologia, será apresentada, na seção a seguir, a abordagem dialético-relacional de Fairclough (2003, 2015, 2016).

## 2.2 A ABORDAGEM DIALÉTICO-RELACIONAL DE NORMAN FAIRCLOUGH

Na ADC existem diversas abordagens e a escolha de qual abordagem utilizar será de acordo com o objeto de pesquisa. Como o objetivo desta pesquisa é “analisar representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador de maio de 2020 a março de 2021”, a abordagem

---

<sup>16</sup> Lembrando que esse justificável está associado às leis que são justas e não prejudicam a população.

que dialoga com o objeto de pesquisa é a dialético-relacional de Norman Fairclough (2001, 2003, 2015, 2016).

Segundo Fairclough (2016), o discurso é um dos elementos da prática social que está dialeticamente associado a outros elementos, por isso, uma abordagem dialético-relacional. As pesquisas realizadas nessa abordagem procuram analisar como os discursos podem interferir socialmente em uma problemática social, por exemplo, a discriminação, e, no caso desta pesquisa, a situação de rua. De acordo com Fairclough (2015), os estudos em ADC devem interpretar, avaliar, criticar e explicar os discursos, assim, trata-se também de uma forma de metacrítica/explicação. Nesse sentido, as análises irão observar as relações dos discursos com outros elementos sociais.

Para tal, Fairclough (2015) propõe que a ADC esteja inserida dentro de estruturas de pesquisas transdisciplinares, ou seja, com o diálogo entre disciplinas e teorias para abordar a questão de pesquisa. No caso desta pesquisa, além da abordagem dialético-relacional de Fairclough, também são necessários outros autores para tratar de: situação de rua, direitos dos cidadãos e cidadãs, direito à moradia, políticas públicas, e até para discutir sobre a construção em si da notícia, pois, não é somente “aplicar métodos”<sup>17</sup>, como Fairclough (2016) aponta, e sim um diálogo entre a teoria que fundamenta a análise e outras teorias que darão aporte teórico.

Fairclough (2015) aborda cinco pontos que estão ligados à vida social e, conseqüentemente, aos discursos, que também são importantes na discussão sobre a situação de rua, são eles: o Poder, o Capitalismo, a Ideologia, a Mudança Social e o Texto. Segundo o autor, “[...] analisar e criticar as relações entre discurso e poder é um objetivo central da ADC”<sup>18</sup> (Fairclough, 2015, p. 26, tradução nossa), pois são as relações de poder que definem a ordem social. Dessa forma, é importante observar como as relações de poder estão associadas à manutenção ou não da problemática (Fairclough, 2015). No caso desta pesquisa, surgem alguns questionamentos referentes ao poder, como: Por que a extrema pobreza ainda existe? Como funciona a relação poder *versus* situação de rua? Conseqüentemente, estes questionamentos estão ligados ao segundo ponto, o Capitalismo.

De acordo com Fairclough (2015), compreender o Capitalismo e suas transformações é necessário para entender a realidade social. Esse autor, utilizando as discussões de Harvey (2010), expõe um conjunto de questões que pertencem à característica central do capitalismo e podem ser consideradas ao realizar ADC. Para Fairclough (2015, p. 28-29, tradução nossa):

---

<sup>17</sup> Essa discussão será abordada na seção 4, na subseção 4.2 *ADC como perspectiva metodológica*.

<sup>18</sup> “[...] *analysing and critiquing relations between discourse and power is a central objective for ADC*” (Fairclough, 2015, p. 26).

Essas questões se concentram nas principais condições necessárias para manter o capital em movimento [...] e nas possíveis barreiras e obstáculos a isso, bem como nos efeitos sociais dos esforços para remover essas barreiras, que precisam ser feitos constantemente à medida que surgem problemas e crises.<sup>19</sup>

De acordo com Fairclough (2015, p. 29), Harvey (2010) apresenta seis possíveis tipos de barreiras à acumulação que precisam ser negociadas para que o capital seja reproduzido, quais sejam: o capital monetário inicial insuficiente; a escassez de mão de obra ou dificuldades políticas com sua oferta; os meios de produção inadequados, inclusive os chamados “limites naturais”; as tecnologias e formas organizacionais inadequadas; a resistência às ineficiências no processo de trabalho; e a falta de demanda respaldada por dinheiro para pagar no mercado”. Fairclough (2015) ainda acrescenta uma sétima barreira, “o problema de absorção de capital”.

Segundo Fairclough (2015, p. 30, tradução nossa), o Capitalismo “[...] é caracterizado por contradições que precisam ser enfrentadas para garantir o fluxo de capital, que pode surgir por meio da intensificação de algumas barreiras durante a tentativa de negociar outras”<sup>20</sup>. Um exemplo que o autor expõe é do neoliberalismo, que tentou lidar com as ineficiências no processo de trabalho, mantendo os salários baixos em período de expansão para que a riqueza fosse para os ricos, entretanto essa estratégia resultou em problema de demanda que foi resolvido por meio da “financeirização” e da extensão e flexibilização de crédito. Assim, a demanda era financiada por empréstimos, porém o precário sistema financeiro e de crédito resultou na crise financeira de 2007-2008<sup>21</sup>.

Segundo Fairclough (2015), quando se trata de discursos relacionados ao crescimento das economias capitalistas, fica pressuposta a crença de que as economias devem crescer e, portanto, algumas problemáticas sociais são justificadas ao nível de que o crescimento econômico leva a uma prosperidade crescente, o que as tornam aceitáveis. Um exemplo, é o depredamento dos setores públicos, como as privatizações – no discurso capitalista, é necessário

---

<sup>19</sup> “*These center upon, the main conditions necessary to keep capital moving [...] and upon potential barriers and obstacle to this, and the social effects of the efforts to remove these barriers which constantly have to be made as problems arise crises emerge*” (Fairclough, 2015, p. 28-29).

<sup>20</sup> “*Capitalism is characterized by contradictions which have to be addressed in order to secure capital flow, which can arise through the intensification of some barriers in the course of seeking to negotiate others*” (Fairclough, 2015, p. 30).

<sup>21</sup> De acordo com Evans (2011), a crise financeira iniciou nos Estados Unidos em 2007 e foi resultado de uma longa série de crises e recessões que têm atingido as economias capitalistas e essas crises têm surgido como resultado do desenvolvimento da economia.

que ocorra a privatização para ter um retorno na economia. Outro exemplo são cortes em orçamentos, como na PEC 55/2016, que congelou alguns gastos públicos durante 20 anos<sup>22</sup>.

Um ponto referente à acumulação capitalista é que ela produz diversos fenômenos, entre os quais a desigualdade social, que dificulta o acesso à educação, ao transporte, ao saneamento básico, à segurança alimentar, à habitação, além dos baixos salários, dentre outros. Outro resultado da acumulação capitalista é a pobreza e a extrema pobreza, sendo este último associado à problemática social discutida nesta pesquisa, pois, de acordo com o *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasil, 2008), a situação de rua é composta por um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a extrema pobreza<sup>23</sup>. Dessa forma, compreender o capitalismo e suas transformações é necessário para entender a realidade social (Fairclough, 2015).

De acordo com Fairclough (2015), discursos que são objetos de crítica normativa também são necessários para sustentar e reproduzir uma realidade social existente, isto é, eles são ideológicos. Para Fairclough (2015), a Ideologia diz respeito a representações de aspectos do mundo e são necessárias para sustentar relações de poder e as formas (sistema econômicos, instituições etc.) que estão inseridos.

Fairclough (2015, p. 37, tradução nossa) expõe que o discurso faz parte da Mudança Social e apresenta três maneiras pelas quais o discurso pode estar presente na mudança social:

Primeiro, a mudança social é, em parte, uma mudança no discurso [...]. Em segundo lugar, as mudanças na realidade social mais ampla, geralmente, começam e são “impulsionadas”, por mudanças no discurso que são “operacionalizadas” por elas [...]. Em terceiro lugar, a mudança social, incluindo a mudança no discurso, é representada em relatos, narrativas e explicações sobre ela, argumentos a favor ou contra ela, e debate e luta social sobre ela.<sup>24</sup>

Fairclough (2015) preconiza, em seu livro *Discourse and Social Change* (1992), sua abordagem como “intertextualidade” + hegemonia, que enfatiza a mudança do discurso como parte da mudança social. Para o autor, a textualidade vai possibilitar uma amplitude nos textos por meio de combinação com outros textos, porém alerta que essas combinações geralmente estão vinculadas às relações de poder e à luta pelo poder, ou seja, hegemonia e luta hegemônica.

<sup>22</sup> Proposta de Emenda Constitucional (PEC) é uma atualização à Constituição Federal. Outras informações podem ser obtidas no site do Senado Federal (Brasil, 2016).

<sup>23</sup> Cf. seção 3.

<sup>24</sup> “*First, social change is in part change in discourse [...]. Second, changes in the wider social reality commonly begin as, and are ‘driven’ by, changes in discourse which are ‘operationalized’ in them [...]. Third, social change, including change in discourse, is represented in accounts, narratives and explanations of it, arguments for or against it, and debate and social struggle over it*” (Fairclough, 2015, p. 37).

Dessa forma, o pesquisador irá analisar o “Texto” no qual o discurso se manifesta. Fairclough (2003) expõe que os textos são partes de eventos sociais e são uma forma pela qual as pessoas podem agir e interagir; nem sempre o texto estará ligado à fala ou à escrita, e alguns eventos têm um caráter mais textual do que outros. Segundo o autor, os agentes sociais constroem textos e configuram relações entre elementos de textos, e estes são resultado de estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais que serão discutidos na subseção a seguir.

### 2.2.1 Estrutura Social, Prática Social e Evento Social

Segundo Fairclough (2016), na abordagem dialético-relacional, a análise se concentra em duas relações dialéticas “[...] entre estrutura (especialmente práticas sociais como nível intermediário de estruturação) e eventos sociais (ou: estrutura e ação, estrutura e estratégia); e, dentro de cada um, entre discurso e outros elementos”<sup>25</sup> (Fairclough, 2016, p. 88, tradução nossa). As principais formas de fazer essa relação entre discurso e os outros elementos de práticas e eventos sociais são por meio da ação, da representação de aspectos do mundo e de identidades. De acordo com Fairclough (2016, p. 88-89, tradução nossa), essas três formas correspondem a três categorias discursivas<sup>26</sup> (ou analíticas do discurso): gênero, discurso e estilo.

Os *Gêneros* são formas discursivas de agir e interagir, tais como notícias ou entrevistas de emprego, reportagens ou editoriais em jornais, ou propagandas na TV ou na Internet. [...] Os *Discursos* são formas de interpretar aspectos do mundo (físico, sociais ou mentais) [...]. *Estilos* são identidades, ou ‘formas de ser’, em seu aspecto discursivo.<sup>27</sup>

Fairclough (2016) expõe que a dimensão discursiva das práticas sociais são as ordens dos discursos e a dimensão discursiva dos eventos são textos. Segundo o autor, ordens dos discursos “são aspectos particulares de diferentes gêneros, diferentes discursos e diferentes estilos”<sup>28</sup> e os textos “devem ser entendidos em um sentido abrangente, não apenas textos

---

<sup>25</sup> “[...] *between structure (especially social practices as an intermediate level of structuring) and events (or: structure and action, structure and strategy); and, within each, between semiotic and other elements*” (Fairclough, 2016, p. 88).

<sup>26</sup> “Formas semióticas” estão sendo traduzidas aqui como “formas discursivas” mantendo a maneira que Fairclough indicava em 2003 e que é a opção de identificação desta dissertação.

<sup>27</sup> “*Genres are semiotic ways of acting and interacting, such as news or job interviews, reports or editorials in newspaper, or advertisements on TV or the internet [...]. Discourse are semiotic ways of constructing aspects of the world (physical, social or mental) [...]. Styles are identities, or ‘ways of being’, in their semiotic aspect [...]*” (Fairclough, 2016, p. 88-89).

<sup>28</sup> “*Orders of discourse are particular configurations of different genres, different discourse and different styles*” (Fairclough, 2016, p. 89).

escritos, mas também [...] os textos ‘multimodais’ [...]”<sup>29</sup> (Fairclough, 2016, p. 89, tradução nossa). As estruturas sociais são mais abstratas e podem ser uma estrutura econômica, uma classe social etc.; as práticas sociais estão entre estruturas e eventos sociais e são estabelecidas em rede de maneira particular; e os eventos sociais são mais concretos. Nessa perspectiva, os elementos sociais são em parte elementos discursivos (Fairclough, 2003). Para o autor:

[...] embora o elemento discursivo de uma prática social não seja o mesmo que, por exemplo, suas relações sociais, cada uma de certa forma contém ou internaliza o outro – as relações sociais são parcialmente discursivas por natureza, o discurso é parcialmente relações sociais. Os eventos sociais são causalmente moldados por (redes de) práticas sociais – as práticas sociais definem formas específicas de agir e, embora os eventos reais possam divergir mais ou menos dessas definições e expectativas (porque atravessam diferentes práticas sociais e por causa dos poderes causais dos agentes sociais), eles ainda são parcialmente moldados por elas (Fairclough, 2003, p. 26, tradução nossa).<sup>30</sup>

Em outros termos, isso significa que o discurso, como elemento de práticas sociais, configura-se em três partes: Gênero (modos de agir), Discurso (modos de representar) e Estilos (modos de ser). Essas partes podem ser observadas por meio do que Fairclough (2003) nomeia de “multifuncionalidade do texto”, ou seja, os textos têm significações textuais: ação, representação e identificação.

De acordo com Fairclough (2003, p. 28), a primeira tarefa é observar como os três significados são realizados dentro do texto, e a segunda tarefa é estabelecer a ligação entre o evento social concreto e a prática social mais abstrata ao se questionar quais gêneros, discursos e estilos estão presentes no texto e como eles se articulam dentro do texto. Para analisar os Gêneros, Discursos e Estilos, Fairclough (2001, 2003) apresenta diversas categorias analíticas que auxiliam o pesquisador a observar como ocorrem os significados de ação, representação e identificação dentro do texto, o que será apresentado na seção a seguir.

---

<sup>29</sup> “*Texts are to be understood in an inclusive sense, not only written texts but also, for example, conversations and interviews, as well as the ‘multimodal’ texts (mixing language and visual images) of television and the internet*” (Fairclough, 2016, p. 89).

<sup>30</sup> “[...] *although the discourse element of a social practice is not the same as for example its social relations, each in a sense contains or internalizes the other — social relations are partly discursal in nature, discourse is partly social relations. Social events are causally shaped by (networks of) social practices - social practices define particular ways of acting, and although actual events may more or less diverge from these definitions and expectations (because they cut across different social practices, and because of the causal powers of social agents), they are still partly shaped by them*” (Fairclough, 2003, p. 26).

## 2.3 CATEGORIAS ANALÍTICAS

Fairclough (2001, 2003) apresenta diversas categorias analíticas para que o pesquisador possa analisar os textos observando como os problemas sociais estão representados discursivamente. Algumas das categorias são: intertextualidade, modalidade, polidez, significado de palavras, criação de palavras, ironia, interdiscursividade, coerência, coesão, gêneros e estruturas genéricas, representação de eventos sociais, pressuposição, dentre outros. Para atingir os objetivos específicos propostos<sup>31</sup>, as categorias utilizadas foram: a representação de agentes sociais; a interdiscursividade; a intertextualidade; e a escolha lexical.

### 2.3.1 Representação de agentes sociais

Fairclough (2003) expõe que escolhas são feitas nas representações dos agentes sociais, neste caso, o agente social ser representado pela forma de exclusão ou de inclusão. Van Leeuwen (1997, p. 180) sugere que:

As representações incluem ou excluem atores sociais para servirem os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem. Algumas exclusões poderão ser ‘inocentes’ [...] outras estão diretamente relacionadas com a estratégia de propaganda que visa criar medo [...].

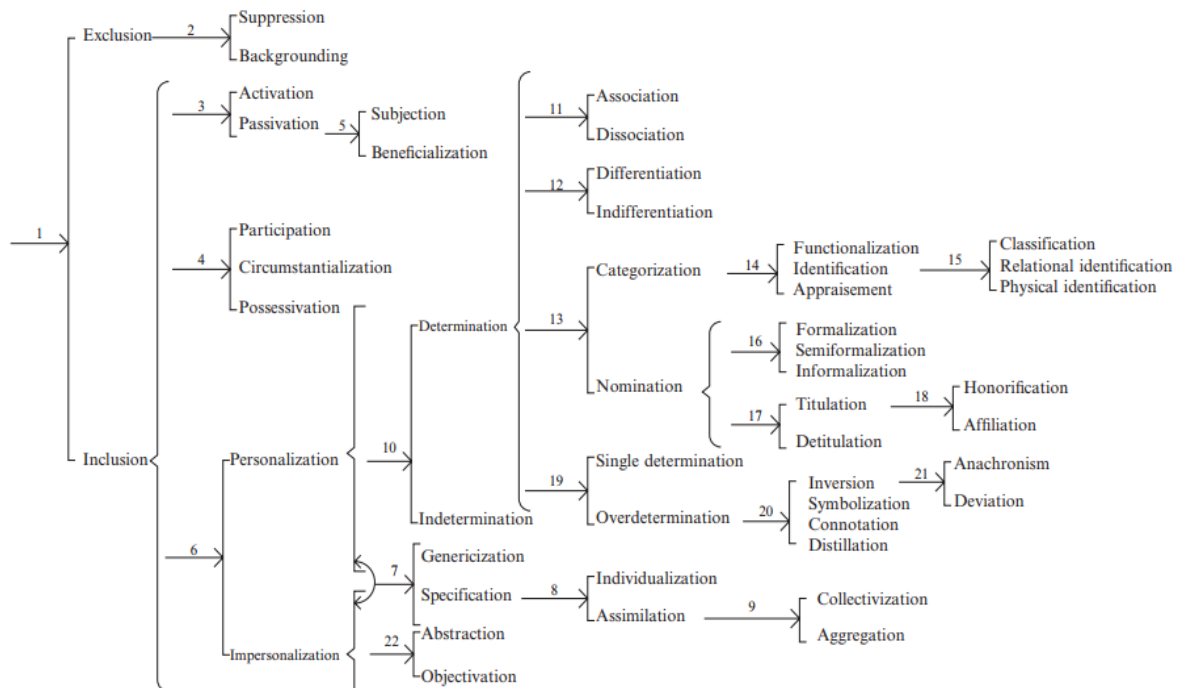
Sendo assim, é necessário analisar o objetivo da exclusão/inclusão e as formas como ocorrem. Fairclough (2003) explica que as escolhas entre as noções de inclusão ou exclusão têm um significado social e que uma exclusão pode estar associada a uma redundância, irrelevância ou uma conotação política.

Van Leeuwen (2008, p. 52) apresenta 50 modos de representação de atores sociais, conforme Figura 2. O autor nomeia esses modos como rede de sistemas: a rede de sistema é “uma série de sistemas linguísticos distintos, tanto em nível léxico-gramatical como em nível do discurso, da transitividade, da referência, do grupo nominal, das figuras retóricas etc. [...]” que estão ligados às práticas dos agentes sociais (van Leeuwen, 1997, p. 216).

---

<sup>31</sup> Cf. Introdução.

Figura 2 – A representação dos atores sociais no discurso: rede de sistemas



Fonte: van Leeuwen (2008, p. 52).

Essa rede é composta por 21 formas de representação que podem ser realizadas por meio da exclusão ou inclusão. Em relação à exclusão, pode ocorrer tanto por supressão quanto por pagamento, em que não ocorre nenhuma menção do agente no texto. A inclusão pode ocorrer de diversas formas, por exemplo: a ativação, em que os agentes sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade, e a passivação, em que os agentes são representados como se submetendo à atividade, ou sendo receptores dela. A inclusão também pode ocorrer pela assimilação (8), que se distingue por dois tipos principais: a coletivização e a agregação (9). Na agregação, os agentes são tratados como dados estatísticos, o que não acontece na agregação. Outro exemplo é a determinação e a indeterminação (10), que são tipos de personalização (6).

A partir dessa rede, Fairclough (2003, p. 141, tradução nossa) apresenta 13 formas de representação de agentes sociais, conforme Quadro 1<sup>32</sup>:

Quadro 1 – Representação de agentes sociais

TIPOS DE PROCESSO	AGENTES
Inclusão ou exclusão	a) agente suprimido? – não há menção no texto b) agente em segundo plano? – mencionado em algum lugar no texto e inferido em outro.

<sup>32</sup> Inspirado no Quadro 3 – Representação de atores sociais de Bessa (2006, p. 43), adaptado de Fairclough (2003, p. 145-146).

Pronome ou nome	O agente social está sob a forma de um pronome ou nome?
Função gramatical	O agente social é um participante na frase (como ATOR ou AFETADO), é descrito em uma circunstância (como na frase “Ela caminhou em direção a João”), ou como um substantivo possessivo ou um pronome (Amigo de Laura, nosso amigo).
Ativo ou passivo	“Atua”, é “afetado” ou se “beneficia”?
Pessoal ou impessoal	“Os agentes sociais podem ser representados pessoalmente ou impessoalmente [...]” (Fairclough, 2003, p. 141, tradução nossa).
Nomeado ou classificado	Os agentes sociais podem ser representados pelo nome, por exemplo, “Fred Smith”, ou de acordo com categorias, por exemplo, “o médico”.
Específico ou genérico	Os agentes sociais podem ser classificados de forma específica ou genérica.

Fonte: adaptado de Fairclough (2003, p. 141, tradução nossa).

Como esta pesquisa está fundamentada na perspectiva dialético-relacional da ADC de Fairclough (2001, 2003, 2015, 2016), serão utilizadas as representações sistematizadas pelo autor, como também poderá haver contribuições dos modos apresentados por van Leeuwen (2008). Dessa forma, o estudo observará nas notícias como ocorreram as representações dos agentes sociais dos agentes em situação de rua.

### 2.3.2 Intertextualidade

De acordo com Fairclough (2001), o termo intertextualidade foi desenvolvido por Kristeva no final de 1960 e teve influência de Bakhtin. Ao seguir as discussões de Kristeva, de como os enunciados são moldados por outros textos, Fairclough (2001, p. 134) explica que prefere usar o termo texto em vez de enunciado e que, para ele, os textos são “[...] inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos”. O autor expõe que os textos

[...] podem ou não ser ‘reacentuados’; [...] podem ou não recorrer ao estilo ou ao tom predominantemente (irônico ou sentimental) do texto circundante [...] podem ou não ser fundidos com suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém, por meio da pressuposição [...] (Fairclough, 2001, p. 137).

Ainda sobre as discussões de Kristeva sobre intertextualidade, Fairclough (2001) apresenta duas relações intertextuais: horizontais, que são mais dialógicas; e verticais, que são textos presentes em outros textos.

Quanto à intertextualidade, Fairclough (2001) traça uma distinção entre relato direto e relato indireto: no relato direto, as palavras são representadas por aspas ou travessão, como também elementos dêiticos e pelo tempo; no relato indireto, as palavras não apresentam aspas

e a oração se torna “[...] gramaticalmente subordinada à oração que relata [...]” (Fairclough, 2001, p. 140). Em 2003, Fairclough, ao discutir sobre intertextualidade, acrescenta que a diferença entre relato direto e relato indireto é que o “[...] primeiro afirma reproduzir as palavras reais usadas, o segundo não [...]”<sup>33</sup> (Fairclough, 2003, p. 39, tradução nossa).

A falta de relato também é um dado, pois, segundo Fairclough (2001, p. 143-144):

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. Em algumas notícias da mídia essas vozes externas tendem a ser explicitamente identificadas e demarcadas [...].

Nesse sentido, nas análises, é necessário observar não somente os relatos presentes nas notícias, mas também a falta de relato de agentes sociais que deveriam estar presentes e não estão. Para tal, Fairclough (2003, p. 47, tradução nossa) apresenta alguns questionamentos importantes: “quais textos e vozes estão incluídos, quais estão excluídos e quais são as ausências significativas?”<sup>34</sup> Portanto, as análises irão observar as marcas intertextuais nas vozes presentes nos textos, por meio de relatos diretos ou indiretos, como também as ausências significativas.

Além dos relatos diretos e indiretos, Fairclough (2001, 2003) associa a intertextualidade às pressuposições. Para o autor, as pressuposições, como a intertextualidade, ligam um texto a outros textos, porém a diferença é que as pressuposições, normalmente, não são atribuíveis ou estão atribuídas a textos específicos (Fairclough, 2003). Outras manifestações de intertextualidade apresentadas por Fairclough (2001, 2003) são a negação, o metadiscurso e a ironia.

### 2.3.3 Interdiscursividade

Na interdiscursividade, o foco é analisar quais discursos estão presentes. Desse modo, segundo Fairclough (2001), a interdiscursividade é a forma como um tipo de discurso é desenvolvido a partir de combinações de elementos de outros discursos.

---

<sup>33</sup> “*The former claims to reproduce the actual words used, the latter does not [...]*” (Fairclough, 2003, p. 39).

<sup>34</sup> “[...] *which texts and voices are included, which are excluded, and what significant absences are there?*” (Fairclough, 2003, p. 47).

Bessa (2009) argumenta que qualquer discurso pode ter relação com outros discursos, o que resulta em relações interdiscursivas em textos. Posto isto, Bessa (2009, p. 50) explica que tanto

[...] a interdiscursividade pode apontar processos sociais que precisam ser questionados quanto o destaque de um discurso específico entre outros pode gerar o mesmo resultado ou ser um elemento diferencial em uma perspectiva de injustiça ou de resistência a práticas desiguais que provocam prejuízo a seres humanos.

Dessa forma, é importante analisar como ocorre a interdiscursividade nas notícias, observar quais discursos aparecem e como eles podem interferir na problemática social da situação de rua. Para tal, Fairclough (2003, p. 218, tradução nossa) expõe que a “[...] análise da interdiscursividade de um texto é a análise da combinação específica de gêneros, discursos e estilos sobre os quais ele se baseia e de como diferentes gêneros, discursos ou estilos são articulados (ou ‘trabalhados’) juntos no texto”<sup>35</sup>.

Ainda em 2003, Fairclough explica como é possível identificar diferentes discursos dentro de um texto, inicialmente apresentando duas formas de pensar o discurso, como: representação de uma parte específica do mundo e representação do mundo a partir de uma perspectiva específica. Depois, o autor expõe que ocorre da mesma maneira em uma análise textual “(1) Identificar as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) que são representadas – os principais ‘temas’; (2) Identificar a perspectiva particular ou ângulo ou ponto de vista a partir do qual eles são representados”<sup>36</sup> (Fairclough, 2003, p. 129, tradução nossa).

De acordo com Fairclough (2001, p. 164), identificar discursos nem sempre é uma tarefa fácil, pois “o discurso é um modo particular de construir um assunto”. Nesse sentido, o autor indica que ao escolher termos para discursos particulares é necessário que esses termos não definam somente a área de conhecimento, como também o modo particular como a área é constituída. Um exemplo em algumas análises de notícias sobre a situação de rua é a presença do discurso higienista, que é um termo da área da saúde, porém pertencente a um modo particular, que é sanitarista.

<sup>35</sup> “Analysis of the interdiscursivity of a text is analysis of the particular mix of genres, of discourses, and of styles upon which it draws, and of how different genres, discourses or styles are articulated (or ‘worked’) together in the text” (Fairclough, 2003, p. 218).

<sup>36</sup> “(1) Identify the main parts of the world (including areas of social life) which are represented — the main ‘themes’. (2) Identify the particular perspective or angle or point of view from which they are represented” (Fairclough, 2003, p. 129).

### 2.3.4 Escolhas lexicais

Fairclough (2001) expõe que as palavras têm diversos significados que podem ser lexicalizados de várias formas, e isso ocorre porque, como produtoras de textos, as pessoas escolhem como devem utilizar uma palavra e expressar seu significado e, como intérpretes, interpretar essas escolhas. De acordo com Bessa (2009, p. 48), além da importância que tem o poder das palavras, entender seus significados, dentro de textos e contextos, e observar seus aspectos discursivos ajuda a “ver/questionar/refletir sobre o mundo, sobre a sociedade e até mesmo desejar a mudança a partir das formas que lexicalizam o mundo/a sociedade”.

Segundo Fairclough (2001, p. 230), “[...] os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas [...]” e são aspectos de processos sociais e culturais mais amplos. Logo, uma escolha lexical pode carregar consigo um significado discursivo, que pode ou não interferir socialmente em uma determinada problemática social. Alguns exemplos são os termos “vagabundo” e “mendigo” para se referir à situação de rua. Esses termos carregam consigo um estigma social pejorativo relacionado à problemática.

Além do significado das palavras, Fairclough (2001) também aborda a criação de palavras. De acordo com o autor, ao estudar um vocabulário que foca a criação de palavras, é necessário que ocorra uma comparação com o ponto de vista do dicionário, entretanto explica que quanto à multiplicidade de significados das palavras, é mais

[...] produtivo dizer que há sempre formas alternativas de significar [...] domínios particulares de experiências, o que implica “interpretar” de uma forma particular, de uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular. Perspectivas diferentes sobre domínios da experiência implicam formas diferentes de expressar essas experiências [...] (Fairclough, 2001, p. 236).

Dessa forma, é necessário considerar lexicalizações alternativas, porém devem-se observar as escolhas, pois, quando se troca uma palavra, seu significado também é alterado (Fairclough, 2001). Para o autor, novas palavras criam novos itens lexicais e essa criação permite criar novas perspectivas particulares a partir de uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica. Assim, as escolhas de palavras devem ser observadas de forma discursiva, na medida em que carregam consigo significados que têm relação com a prática social.

Nesta seção, foi apresentada a fundamentação teórica desta pesquisa, sendo abordado o percurso linguístico da ADC; a abordagem dialético-relacional de Norman Fairclough (2001, 2003); a relação entre evento social, prática social e estrutura social; os conceitos associados às

três categorias semióticas (gênero, discurso e estilo); e as categorias analíticas utilizadas nas análises das notícias selecionadas. Na próxima seção, será tratada a problemática social discutida nesta dissertação, a construção do agente social em situação de rua, as pesquisas governamentais e políticas públicas específicas para as pessoas em situação de rua e, também, a caracterização da problemática em São Paulo (SP) e Salvador (BA).

### 3 SITUAÇÃO DE RUA

Esta seção apresenta discussões quanto à problemática da situação de rua, algumas causas e pesquisas realizadas desde 2008. Será exposta a construção da representação do agente social em situação de rua, conforme o percurso histórico, bem como será abordada a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e ações/projetos realizados por meio dela, além das medidas emergenciais destinadas para amenizar o contágio da covid-19 entre esses cidadãos e essas cidadãs, tanto em nível nacional quanto especificamente nas capitais São Paulo e Salvador. Será apresentado, ainda, o perfil das pessoas em situação de rua nessas cidades e discussões associadas aos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio*.

#### 3.1 SITUAÇÃO DE RUA E PESQUISAS GOVERNAMENTAIS

Silva (2006, p. 21) discute situação de rua como “[...] uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho”. Rodrigues e Fernandes (2020) reforçam essa ideia, ao falar que a situação de rua é mais do que uma condição individual, a problemática demonstra como a sociedade desenha quadros hierárquicos sob uma parcela de pessoas.

Rodrigues e Fernandes (2020) explicam que, no cotidiano das cidades grandes, é comum a violação de direitos associados às pessoas em situação de rua e que a sociedade, muitas vezes, permite que esses cidadãos e essas cidadãs sejam ignorados(as). De acordo com Figueira (2020), o processo de privatização do espaço urbano, a arquitetura de exclusão, a gentrificação<sup>37</sup>, as políticas segregacionistas<sup>38</sup> e higienistas<sup>39</sup> retiram os direitos fundamentais dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua. Outro problema apontado por Figueira (2020, p. 162) é a insuficiente produção de informação e de conhecimento ligados à problemática, sendo que o “[...] censo demográfico [...] levanta estatísticas a partir de domicílios, omitindo então o extenso contingente de cidadãos nas ruas do país”.

---

<sup>37</sup> Gentrificação é o termo utilizado para definir o fenômeno do deslocamento de pessoas de baixa renda de suas residências para dar lugar a pessoas com alto poder aquisitivo. Informações retiradas no *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>. Acesso em: 30 mar. 2023.

<sup>38</sup> Política segregacionista é a política que defende ou amplia a desigualdade com base em preconceitos raciais ou étnicos. Informações retiradas no *site* do Dicionário Priberam (c2023).

<sup>39</sup> De acordo com Patrão (2016), a política higienista é utilizada como forma de excluir socioespacial pessoas de classe média e classe baixa de pessoas de classe alta.

Apesar de o primeiro censo demográfico do país ter ocorrido em 1872<sup>40</sup>, somente em 2008 é que ocorre o primeiro mapeamento nacional da população em situação de rua no Brasil, que contou com dados de 71 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, sendo 48 municípios e 23 capitais. São Paulo, Recife e Belo Horizonte não participaram pois já haviam realizado suas pesquisas e Porto Alegre pediu para não ser incluída no mapeamento porque estava realizando sua pesquisa municipal no mesmo período. O público-alvo foi composto por pessoas maiores de 18 anos que estavam em situação de rua; foram identificadas 31.922 pessoas nessa situação (Brasil, 2008).

Os perfis das pessoas em situação de rua em 2008 eram: maioria homens (82%); faixa etária entre 25 e 44 anos (53%); 67% das pessoas se declaravam pardas ou negras; 76,1% eram do próprio município ou de municípios próximos; 70,9% trabalhavam, sendo que somente 1,9% tinham carteira assinada; e 88,5% das pessoas em situação de rua não recebiam qualquer benefício do governo (Brasil, 2008). Segundo Sarmiento (2020), apesar de o mapeamento ter sido limitado, pois não foi realizado no país inteiro, foi inovador à época e ajudou na elaboração da PNPSR e no Formulário Suplementar 2<sup>41</sup> do CadÚnico<sup>42</sup> do Governo Federal.

Em 2015 foi realizada outra pesquisa que utilizou dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>43</sup>, a qual observou que somente 22,6% dos municípios brasileiros dispunham de uma estimativa da população em situação de rua. O mapeamento foi realizado por meio de preenchimento de um formulário padrão que foi disponibilizado pela internet e é de caráter obrigatório (Sarmiento, 2020). Em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou outro mapeamento com o objetivo somente de quantificar a população em situação de rua, também foram utilizados dados do Censo SUAS, que contava com informações de 1.924 municípios (Sarmiento, 2020).

Em 2020 e 2023, o IPEA (Natalino, 2020, 2023) divulgou mais dois mapeamentos: o de 2020 utilizou dados do Censo SUAS, do CadÚnico, dos Atendimentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), do

---

<sup>40</sup> Informações retiradas em *site* da Agência Senado (Westin, 2022).

<sup>41</sup> O Formulário Suplementar 2 faz parte do Formulário Principal de Cadastramento do CadÚnico, sendo que os Formulários Suplementares são utilizados para especificar situações específicas. No caso, trata-se de um documento específico para o cadastramento de pessoas em situação de rua. Informações disponível no *site* da Caixa Econômica Federal (2022).

<sup>42</sup> Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um registro criado pelo Governo Federal, mas operacionalizado e atualizado pelas prefeituras, com o objetivo de acompanhar socioeconomicamente famílias de baixa renda. Informações retiradas no *site* do Governo Federal (Inscrever-se [...], 2023).

<sup>43</sup> Censo SUAS é um censo anual, eletrônico, de nível nacional que auxilia nas informações institucionais de secretarias e conselhos estaduais e municipais, como o Centro de Referências da Assistência Social (CRAS), o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) (Sarmiento, 2020).

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), do próprio IPEA (de 2015) e do IBGE (de 2015); o de 2023 utilizou dados do CadÚnico, do Censo SUAS e do Registro Mensal de Atendimentos (RMA)<sup>44</sup>.

Nos mapeamentos de 2020 e de 2023, o IPEA (Natalino, 2020; 2023) divulgou informações do quantitativo de cidadãos e cidadãs em situação de rua, de acordo com recortes temporais. Para mais discussões, será utilizado o mapeamento de 2023 (Natalino, 2023) com as estimativas de pessoas em situação de rua, do período de 2012 a 2022, conforme o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Estimativa do quantitativo de pessoas em situação de rua (2012-2022)



Fonte: elaboração própria, adaptado de Natalino (2023).

Observa-se, no Gráfico 1, um aumento gradativo da problemática ao passar dos anos, como também um crescimento significativo entre 2021 e 2022. De acordo com Natalino (2023), esse crescimento pode ter sido ocasionado pelo alto número de inscritos no CadÚnico em 2020. As regiões que apresentam o maior quantitativo de pessoas em situação de rua são a Sudeste, com 151.030 pessoas, e a Nordeste, com 53.525 pessoas. Em terceiro lugar está a região Sul, com 39.178 pessoas, seguida das regiões Centro-Oeste, com 19.207 pessoas, e Norte, com 18.532 pessoas.

<sup>44</sup> O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) é um sistema que contém registros mensais referentes aos atendimentos do CRAS, CREAS e Centro POP. Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Registro [...], 2019).

O objetivo desta pesquisa é analisar as representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas duas capitais mais populosas das duas regiões que apresentam os maiores números de pessoas em situação de rua. Desse modo, as cidades pesquisadas são: a cidade de São Paulo (Sudeste), com cerca de 12.400 milhões habitantes<sup>45</sup>; e a cidade de Salvador (Nordeste), com aproximadamente 3 milhões de habitantes<sup>46</sup>.

Nesta seção foi realizada uma breve discussão sobre situação de rua e a exposição dos mapeamentos nacionais ligados à problemática social. Na seção a seguir será exposto como ocorreu a construção do agente social para ser reconhecido atualmente como pessoa em situação de rua.

### 3.2 A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO AGENTE SOCIAL EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: DE VADIO E MENDIGO A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Nos dias atuais, principalmente no meio acadêmico e na mídia, observa-se a utilização dos termos “pessoa em situação de rua”, “população em situação de rua” ou “situação de rua” para representar socialmente o indivíduo que vivencia essa problemática, mas nem sempre foi assim. Segundo Rodrigues *et al.* (2020), as noções de vadio, mendicância, pedinte e mendigo surgem no Brasil Colônia e Império e estão associadas à primeira ideia de marginalização no contexto urbano, que é a diferença entre o “senhor” e o escravizado, em que o escravizado se torna “marginal” na estrutura social.

A ideia de vadiagem estava ligada à falta de trabalho e de propriedade, em que o indivíduo não estava ligado a nenhum dono de terras, sendo assim, não escravizado que não trabalhava na produção mercantil da monocultura (Rodrigues *et al.*, 2020). Como forma de punir esses homens, foi criada a pena de vadiagem (art. 295, capítulo IV, Vadios e Mendigos) no Código Criminal de 1830 (Brasil, 1830).

De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), no Código Criminal de 1830, os crimes de vadiagem e de mendicância não estavam associados a delitos públicos e urbanos, e sim a uma forma de definir sujeitos socialmente rejeitados. Dessa maneira, o vadio era o indivíduo considerado indisciplinado, que tinha uma força de trabalho desperdiçada e que escolhia ser uma “sombra” da sociedade, enquanto o mendigo era o indivíduo que tinha alguma deficiência,

---

<sup>45</sup> Informações retiradas em *site* do IBGE (2014).

<sup>46</sup> Informações do Censo 2021 retiradas em *site* do IBGE (2023c)

desafortunado e inabilitado ao trabalho, sendo que as doações aos mendigos, feitas por pessoas afortunadas, eram vistas como um papel de relação com o sagrado.

Em 1888, com o fim da escravidão, a definição do crime de vadiagem é modificada, e a falta de renda se tornou critério para ser considerada crime; assim começa a distinção entre afortunados e desafortunados quanto à vadiagem, ou seja, o sujeito poderia não trabalhar, mas, se comprovasse renda, não era considerado vadio, segundo Rodrigues *et al.* (2020). Conforme os autores, em 1890, após o Decreto n. 847 do Código Penal da República (Brasil, 1890a), além da falta de renda, a pessoa que não possuía moradia estava inclusa no crime de vadiagem.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), ainda em 1890, a institucionalização teve influência do pensamento racista, por meio de políticas de “branqueamento”, firmadas a partir do 1º artigo do Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, que diz:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não estejam relacionados à ação criminal em seu país, exceto os indígenas da Ásia ou da África, que poderão entrar somente mediante a autorização do Congresso Nacional e de acordo com as condições que forem então estipuladas (Brasil, 1890b, p. 1424, tradução nossa).<sup>47</sup>

De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), esse decreto surge como forma de repreensão aos livres, para justificar a imigração e políticas racistas. Dessa forma, a vadiagem começa a ter uma representação de “ameaça social” e assume um papel flexível, para servir tanto aos interesses dos dominantes progressistas quanto dos conservadores. Em 1894, segundo Rodrigues *et al.* (2020), essa discriminação ainda continuava: os autores expõem que em uma publicação no jornal de Minas Gerais, na seção *Imprensa Mineira*, no tópico *A vadiagem*, os indivíduos continuavam sendo definidos por uma noção estigmatizada de delinquentes de rua, larápios atrevidos e astuciosos.

No século XX, com a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, surgem algumas lendas como forma de estigmatização, entre as quais a do “homem do saco”. De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), esse elemento folclórico estava ligado à representação estigmatizada de ciganos do continente europeu, vistos como clandestinos, saqueadores, traiçoeiros e ameaçadores, assim, os imigrantes eram afastados de qualquer tipo de relação com o espaço. Em 1935, a partir de uma reportagem do jornal *Diário Carioca*, ocorre uma

---

<sup>47</sup> “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas” (Brasil, 1890b, p. 1424).

ressignificação da ideia do homem do saco, que a desvincula dos ciganos e a associa à ideia de um homem sombrio, sujo, esfarrapado e miserável (Rodrigues *et al.*, 2020).

Ainda no século XX, com o avanço da medicina sanitaria<sup>48</sup> e a criação do Estado Laico<sup>49</sup>, aqueles indivíduos que faziam parte da mendicância saem do campo da misericórdia e são inseridos no campo da anomalia; ocorrem as institucionalizações das cadeias, dos hospitais, dos manicômios e de outros lugares de recolhimento, e essas pessoas começam a ser consideradas como não confiáveis socialmente. Desse modo, loucos, doidos varridos, leprosos, vadios e o homem do saco começam a compartilhar a representação de ameaça à moral e aos bons costumes que foi inserida no Código Penal de 1890 (Rodrigues *et al.*, 2020).

Com o passar dos anos, ocorreu um enfraquecimento na figura do vagabundo. De acordo com Rodrigues *et al.* (2020), esse enfraquecimento ocorreu por dois motivos: o primeiro foi a falta de oferta de trabalho para mão de obra sem qualificação, além da não estimulação legal e moral ao trabalho; o segundo foi a implementação dos direitos sociais (educação, saúde, habitação, renda e seguridade social) realizada por Getúlio Vargas, o que automaticamente anulava os requisitos para pena de vadiagem e tornava essas características falhas do Estado.

Em 1940, ocorre a mudança do Código Penal, que retira o crime de vadiagem e mendicância e insere a Lei das Contravenções Penais; assim, a figura do homem do saco é suavizada com o projeto de integração nacional criado por Getúlio Vargas nos anos 1930 (Rodrigues *et al.*, 2020). Em 1950, inicia-se o crescimento dos centros urbanos, que resulta no êxodo rural: conforme Rodrigues *et al.* (2020), a expansão urbana era mais lenta que a migração e o aumento da população, então a falta de trabalho e de moradia dão espaço à situação de rua; o legado do vadio, mendigo e homem do saco se ressignifica por meio da figura da pessoa em situação de rua, e conseqüentemente adere a suas características.

Rodrigues *et al.* (2020) pontuam que a utilização do termo “morador de rua” surge como uma distinção entre “moradores de rua” e “moradores de casas”, que se pode observar em algumas notícias como “BM [Brigada Militar] deve retirar moradores de rua da Jerônimo Coelho após pedido de moradores”<sup>50</sup>, em que se nota a diferenciação entre o agente que tem uma residência na rua e o agente que está em situação de rua.

---

<sup>48</sup> Medicina sanitaria surge nos meados de 1889 com o objetivo de prevenir doenças por meio de campanhas de vacinação e higiene, como também, intervenções em espaços urbanos de cunho estatal. Informações retiradas do *site* da Universidade Federal de Pelotas, produzidas pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP, 2014).

<sup>49</sup> Estado Laico “[...] é aquele no qual todas as religiões podem expressar-se livremente, mas o Estado não professa, favorece ou discrimina nenhuma delas” (Figueiredo, 2016, p. 5).

<sup>50</sup> Pesquisa *O gênero notícia em uma análise interdiscursiva sobre situação de rua em Maceió (AL) e Porto Alegre (RS)* (Silva; Patez; Bessa, 2022), apresentada no XI Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (SIGET).

Rodrigues *et al.* (2020) explicam que é a partir da PNPSR que o “morador de rua” sofre o processo de coletivização e assim passam a ser tratados como população em situação de rua. Os autores salientam que a PNPSR é o resultado de discussões que começaram a ocorrer a partir dos anos 1990, com os movimentos populares como a Rede Rua<sup>51</sup>; o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua; a Pastoral do Povo de Rua; o Grito dos Excluídos; a Marcha de Luta da População de Rua; e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

Outra identificação utilizada atualmente e que causa uma certa confusão é a de sem-teto. De acordo com Oliveira (2010), apesar de tanto os sem-teto quanto as pessoas em situação de rua sofrerem discriminação por suas condições sociais, existem particularidades que diferenciam as duas problemáticas. Uma das diferenças, é o local de moradia: enquanto pessoas em situação de rua utilizam “[...] os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento [...]” (Brasil, 2009, p. 4), os sem-teto utilizam prédios desocupados, e muitas das vezes possuem itens domésticos, como aparelhos de som, televisão, fogão (Oliveira, 2010). Outra diferença é que os sem-teto têm os vínculos familiares fortes (Oliveira, 2010), ao passo que entre as pessoas em situação de rua os vínculos familiares muitas vezes estão interrompidos ou fragilizados (Brasil 2009). O gênero sexual predominante também é uma diferença entre a situação de rua e o sem-teto: na situação de rua a maioria é de homens negros ou pardos (Brasil, 2008); o grupo sem-teto é predominantemente formado por mulheres brancas ou negras (Oliveira, 2008).

Nota-se que, ao longo do desenvolvimento social brasileiro, a representação do agente social foi modificada de acordo com os interesses de definir e dividir socialmente pessoas de outras pessoas. Observa-se uma classificação social exposta por Rodrigues *et al.* (2020, p. 41) como “processos históricos de dominação e distribuição do poder”, o que remete à concepção crítica de ideologia de Thompson (2009), um processo de manutenção da relação assimétrica de poder que muitas vezes é vista como instrumento para sustentar as relações de dominação<sup>52</sup>. Nota-se que a ideologia sempre esteve presente na construção do agente social em situação de rua e que muitos discursos propagados reforçam os estigmas da problemática.

Nesta seção foi discutido o processo da construção do agente social em situação de rua desde o Brasil Colônia até os dias atuais. A seguir, serão discutidas as políticas públicas

---

<sup>51</sup> A Cooperativa Rede Rua atua desde 1991 na cidade de São Paulo e é uma entidade beneficente e sem fins lucrativos. Informações retiradas em *site* da Rede Rua (c2023).

<sup>52</sup> Cf. seção 2.

direcionadas à problemática social, como também as políticas emergenciais realizadas durante a pandemia da covid-19.

### 3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CIDADÃOS E CIDADÃS EM SITUAÇÃO DE RUA

A atual Constituição Federal Brasileira completou 35 anos em outubro de 2023. A partir dela, o cidadão e a cidadã brasileira têm assegurado direitos básicos como à vida, à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho. Segundo Sarmiento (2020, p. 55), foi a partir da Carta Magna que o país “[...] iniciou a construção de um processo democrático assistencialista em que os direitos sociais passam a ser estimados e, de fato, considerados”.

Uma das formas pelas quais se podem garantir os direitos assegurados pela Constituição são as políticas públicas. O Tribunal de Contas da União (TCU) propõe que estas

[...] podem ser definidas como o conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do Estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos (Brasil, 2021a, p. 10).

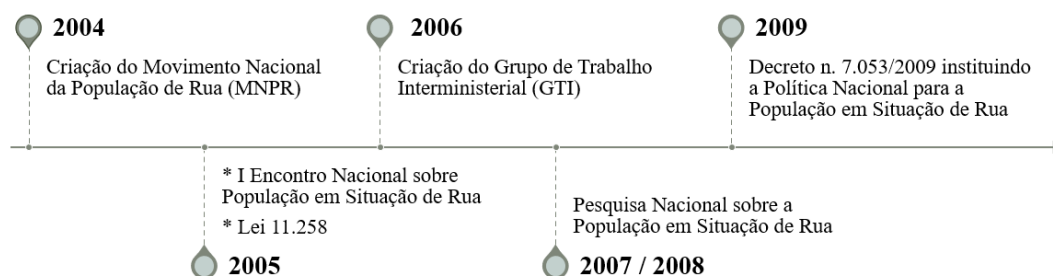
Assim, pode-se observar que as políticas públicas têm um caráter não só institucional, mas também social. A primeira política assistencial foi instituída em dezembro de 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que reconheceu a assistência social como política pública, sendo dever do Estado e direito dos cidadãos e das cidadãs. Segundo Sarmiento (2020), a partir da Resolução n. 145/2004, o Conselho Nacional de Assistência Social decretou a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, de acordo com essa autora, só no ano de 2005, a partir da Lei n.11.258 (Brasil, 2005) é que ocorre a obrigatoriedade de programas que prestam assistências à população em situação de rua, também é instituído o SUAS.

Destaca-se que até o ano de 2005 nenhuma das políticas públicas atendiam diretamente a problemática da situação de rua, o que começa a ser alterado após os crimes conhecidos como Massacre da Sé<sup>53</sup>. Dessa forma, os movimentos assistenciais voltados para as pessoas em situação de rua, no Brasil, começam a ganhar força e, como resultado, em 2009 é lançada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, conforme a Figura 3, a seguir.

---

<sup>53</sup> O Massacre da Sé foi um ataque que ocorreu entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004 que vitimou sete pessoas em situação de rua. O motivo do crime foi tentar silenciar pessoas em situação de rua que fossem testemunhas do envolvimento de policiais no tráfico de drogas da região da Sé, segundo informações retiradas em *site* da Agência Brasil (Albuquerque, 2015).

Figura 3 – Linha do tempo das lutas assistenciais para pessoas em situação de rua



Fonte: elaboração própria.

Observa-se na Figura 3 que em 2004 ocorre a criação do MNPR e em 2005 acontece o 1º Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS). De acordo com Cortizo (2015), nesse encontro foram discutidas diretrizes, estratégias e recomendações para a criação de políticas públicas específicas para a população em situação de rua, e ainda em 2005 ocorre a alteração no art. 23 da LOAS, que determina a criação de programas de amparo na assistência social para pessoas em situação de rua. Em 2006 se dá a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tem como objetivo elaborar propostas de políticas públicas para as pessoas em situação de rua com ações entre os setores de saúde, educação, trabalho, assistência social, justiça, dentre outros (Cortizo, 2015).

Entre 2007 e 2008 realizou-se a Pesquisa Nacional (Brasil, 2008); em 2009 publicou-se o Decreto n. 7.053/2009 (Brasil, 2009a), que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Sarmiento (2020) expõe que as normas, os princípios, as diretrizes e os incisos da PNPSR são genéricos e a Política não demonstra clareza quanto aos meios e instrumentos para sua implementação, porém foi um grande marco regulatório quando se trata da problemática da situação de rua.

Em 2010, foi divulgada a primeira cartilha visando fortalecer a luta e despertar a consciência política dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua (MNPR, 2010). Observa-se que levou cerca de 16 anos entre a primeira política assistencial e a primeira política destinada, especificamente, para os cidadãos e as cidadãs em situação de rua. Nota-se também que, mesmo que haja uma política pública específica que assegura diversos direitos, como saúde, educação, moradia, assistência social, dentre outros, vê-se que as políticas não estão sendo efetivamente eficazes, pois, como citado, a população em situação de rua aumenta a cada ano. Em julho de 2023, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou que o

Governo Federal apresentasse um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da Política Nacional para a População de Rua (Brasil, 2009)<sup>54</sup>.

Nesta seção foram discutidas políticas públicas existentes no Brasil e como elas estão relacionadas à situação de rua. Na subseção a seguir, serão apresentados alguns programas desenvolvidos a partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

### 3.3.1 Programas dentro das Políticas Públicas para cidadãos e cidadãs em situação de rua

O primeiro programa a ser instituído por meio da PNPSR foi o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)<sup>55</sup>, um local que atende a população em situação de rua sem custos e presta alguns serviços, como refeições, apoio para tirar documentos, higiene pessoal, guarda de pertences, informações sobre trabalho e tirar dúvidas sobre acesso aos seus direitos. Sarmiento (2020) expõe que, apesar de ser uma ferramenta importante para pessoas em situação de rua e um avanço das políticas públicas, existem problemas na implementação do programa, quais sejam: somente 10% das cidades brasileiras dispõem do Centro POP; os Centros não oferecem abrigo; e a capacidade de atendimento diário não atende 5% das pessoas em situação de rua que necessitam do serviço.

O Consultório na Rua<sup>56</sup> é outro programa da política nacional instituído pela Portaria n. 2.488/2011, que visa ampliar o acesso das pessoas em situação de rua a serviços de saúde. Suas atividades são realizadas de forma itinerante e por equipes multiprofissionais. Sarmiento (2020) afirma que, não obstante o Consultório na Rua ser um reforço na recuperação da saúde da população em situação de rua, o programa é de difícil implementação, na medida em que, segundo a autora, somente as grandes cidades conseguiram implementá-lo e suas equipes estão sobrecarregadas.

Moradia Primeiro ou *Housing First*<sup>57</sup> “[...] é uma política social utilizada em vários países viabilizando o combate à condição de desabrigo de milhares de pessoas” (Sarmiento, 2020, p. 109). O modelo é baseado em um conjunto de oito princípios fundamentais: moradia é um direito fundamental; usuários têm controle e escolhas autônomas; separação entre moradias e tratamento; orientação ao tratamento; redução de danos; engajamento ativo sem coerção; planejamento centrado na pessoa; atenção flexível quando necessária (Brasil, 2019).

---

<sup>54</sup> Informações retiradas no *site* do Supremo Tribunal Federal (STF [...], 2023).

<sup>55</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Acessar [...], 2023).

<sup>56</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Consultório [...], 2023).

<sup>57</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Moradia [...], 2021).

Além desses programas específicos, o Decreto n. 7.053 da Política Nacional (Brasil, 2009a), alterou outros programas existentes para auxiliar melhor as pessoas em situação de rua. Uma das alterações citadas é a Lei n.12.435/2011 (Brasil, 2011), que altera a Lei n. 8.742/93 (Brasil, 1993), que dispõe sobre a organização da Assistência Social e cria programas de amparo para a população em situação de rua<sup>58</sup>. Outra garantia foi concedida por meio da Portaria MS/GM n. 940/2011<sup>59</sup>, que retira a obrigatoriedade de apresentação de comprovante de residência para pessoas nômades e em situação de rua que queiram adquirir o Cartão Nacional de Saúde (CNS), mais conhecido como Cartão SUS<sup>60</sup>.

Outra inclusão de pessoas em situação de rua se deu em programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família. O BPC<sup>61</sup> é um benefício previsto na LOAS e garante um salário-mínimo por mês a idosos com idade igual ou superior a 65 anos ou para pessoas com algum tipo de deficiência, independentemente da idade. O beneficiado e sua família devem estar cadastrados no CadÚnico e precisam ter contribuído com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em suma, para uma pessoa em situação de rua conseguir o benefício, ela tem de ter uma idade igual ou superior a 65 anos e possuir uma renda de no máximo um quarto do salário por pessoa da família. Nota-se que são exigências complexas para um cidadão e uma cidadã em situação de rua, pois é difícil para eles e elas conseguirem comprovar renda e muitas das pessoas em situação de rua estão nessa problemática por conta do desemprego. Outras questões são a burocracia quanto às avaliações no INSS e a posse de um documento, uma vez que muitas pessoas em situação de rua perdem seus pertences em ações de prefeituras denominadas zeladoria urbana ou por não terem onde guardar.

Bolsa Família<sup>62</sup> é outro programa de transferência de renda que apresenta diversas exigências que dificultam o acesso de pessoas em situação de rua. Criado em 2003, foi desenvolvido para contribuir na redução da desigualdade no país, porém as exigências para ter acesso são mais complexas do que para o BPC, considerando a situação de rua, já que, além das exigências citadas no BPC, para acessar o programa, o beneficiário tem de estar: com o cartão de vacinação da criança em dia; crianças menores de 7 anos têm de ter acompanhamento médico; gestantes têm de comparecer em todas as consultas; crianças e adolescentes até 15 anos

---

<sup>58</sup> Informações retiradas em *site* do Conselho Federal de Serviços Sociais (Brasil, 2011a).

<sup>59</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Brasil, 2011b).

<sup>60</sup> O cartão SUS é um documento de identificação de usuários do SUS que contém informações sobre o sistema de atenção básica hospitalar (Cartão [...], c2023).

<sup>61</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Benefício [...], 2023).

<sup>62</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Brasil, 2015a).

devem estar com frequência escolar mínimo de 85%, e de 16 e 17 anos com mínimo de 75%; dentre outras exigências.

Minha Casa Minha Vida (MCMV)<sup>63</sup> é um programa de Política Habitacional que busca oferecer acesso à moradia e à casa própria ao cidadão e à cidadã brasileira por meio de financiamento com condições especiais, sendo composto por 3 faixas: na Faixa 1, a renda bruta mensal familiar deve ser de até R\$ 2.640; na Faixa 2, de R\$ 2.640,01 até R\$ 4.400; e na Faixa 3, renda de R\$ 4.400,01 até R\$ 8.000<sup>64</sup>. De acordo com o *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasil, 2008), 52,6% das pessoas em situação de rua dispunham de uma renda de R\$ 20 a 80 mensais; na mesma época, a Faixa 1 era para família de renda de até R\$ 1.600,00, com parcelas mínimas de R\$ 25,00 mensais<sup>65</sup>. Logo, ainda que o cidadão ou a cidadã em situação de rua em 2009 tivesse uma renda mensal de R\$ 80, e ele ou ela participasse do MCMV, restaria somente R\$ 55 de sua renda para alimentação e gastos pessoais. Outro ponto é que, mesmo com uma queda no valor da cesta básica em 2009, os valores chegavam a quase o triplo da renda. Por exemplo, em São Paulo o valor de cesta básica estava de R\$ 228,19 e em Salvador era de R\$ 183,15, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010). Portanto, percebe-se que a renda máxima em 2009 de uma pessoa em situação de rua não era suficiente para que conseguisse pagar a prestação de uma casa e alimentar-se.

Segundo Sarmiento (2020), a Política Habitacional no Brasil não dialoga com a problemática da falta de moradia e apesar de terem entrado em vigor no mesmo ano a Lei n. 11.977/2009 (Brasil, 2009b), do Minha Casa, Minha Vida, e o Decreto n. 7.053/2009 (Brasil, 2009a), da Política Nacional para a População em Situação de Rua, as pastas não dialogam entre si. Sarmiento (2020, p. 70) ainda acrescenta que a “[...] política pública brasileira destinada à promoção da moradia permanece restrita a financeirização e, portanto, às pessoas que dela consigam participar”, então as pessoas em situação de rua ficam excluídas por não conseguirem pagar as prestações.

Nesta subseção, foram apresentadas as políticas públicas destinadas à população em situação de rua, como também as alterações realizadas nas políticas assistenciais a partir da PNPSR para atender à problemática social. Na subseção a seguir serão discutidas as medidas emergências que o Governo Federal realizou no primeiro ano da pandemia da covid-19.

---

<sup>63</sup> Informação retirada em *site* do Senado Federal (Brasil, [2015b]).

<sup>64</sup> Informações retiradas no *site* do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI – 21ª REGIÃO-PB, 2023).

<sup>65</sup> Informações retiradas no *site* da Universidade de São Paulo (Oliveira, [201-]).

### 3.3.2 Políticas Públicas em tempo de pandemia no Brasil

Desde 2020, o vírus SARS-CoV-2 (covid-19) infecta e mata pessoas de diversas idades, sendo que pessoas mais idosas e com doenças crônicas são as que correm um maior risco<sup>66</sup>. O Ministério da Saúde, ao adquirir as vacinas contra a doença, divulgou um *Plano Nacional de Operacionalização* que orienta estados e municípios sobre os grupos prioritários para receberem as doses<sup>67</sup>, pertencendo a esses grupos as pessoas em situação de rua porque:

As condições de vida da população em situação de rua apresentam alto risco de contágio, devido às dificuldades para o distanciamento social (agravadas pela falta de moradia e pelo caráter coletivo dos abrigos) e à exposição a riscos nos espaços públicos (como o acesso precário a itens de higiene/alimentação e falta de locais seguros para dormir/tomar banho/lavar roupas) (Brasil, 2020a, p. 2).

Em 2020, o Governo Federal divulga alguns documentos para auxiliar as três esferas públicas no cuidado com as pessoas em situação de rua durante a pandemia. Um dos documentos é a Nota Técnica n. 5/2020 (Brasil, 2020b), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), visando prestar informações e orientações sobre os cuidados e acolhimento emergencial aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua tanto para órgãos públicos quanto para organizações civis, religiosas e empresariais. Outra medida foi a Nota Técnica n. 13/2020 (Brasil, 2020b), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que apresenta algumas recomendações para a proteção da população em situação de rua, refugiados e migrantes durante a pandemia da covid-19.

Em maio de 2020, o MMFDH divulga a cartilha *Atendimento e Acolhimento Emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia da covid-19: informações e recomendações* (Brasil, 2020c), em que destaca a vulnerabilidade das pessoas que estão em situação de rua e a atuação dos órgãos de assistência social do SUAS e do SUS, assim como outros órgãos e estruturas estatais. O objetivo é promover “[...] a proteção de todas as pessoas, adotar estratégias de distanciamento e/ou isolamento social, além das quarentenas para as situações específicas” (Brasil, 2020c, p. 3).

O capítulo *Recomendações para os consultórios na rua e a rede de serviços que atuam junto com a população em situação de rua* (Trino *et al.*, 2020) foi outra fonte de informação para cuidados relacionados à pandemia, cujo objetivo foi auxiliar setores públicos nas áreas de: Saúde (Consultório na Rua, CAPS, Saúde Família e Atenção Básica); Assistência Social

<sup>66</sup> Informações retiradas em *site World Health Organization* (WHO, c2023).

<sup>67</sup> Informações retiradas em *site* do Governo Federal (Entenda [...], 2021).

(Centro POP, Serviços de Acolhimento Institucional); Equipes de Abordagem Social; CREAS; e também a sociedade civil.

O Governo Federal, a partir da Lei n. 13.982/2020 (Brasil, 2020e), sanciona o Auxílio Emergencial de R\$ 600, cujos critérios para são: não ter emprego formal e a família ter uma renda de até meio salário-mínimo por pessoa ou renda total de até três salários-mínimos. Essa Lei também prevê o auxílio para a população em situação de rua durante a pandemia, no entanto existem algumas dificuldades para estas o receberem, como: irregularidade civil; falta de comprovante de residência; falta de recursos e dificuldade para acessar o Auxílio, por ser um sistema digital; e o preconceito quanto à aparência das pessoas em situação de rua (Brasil, 2020d).

Nesta subseção, foram apresentadas leis e ações para auxiliar a população em situação de rua no Brasil a partir do primeiro ano da pandemia da covid-19. Na próxima seção será realizada uma breve apresentação das cidades de São Paulo e de Salvador, expondo pontos relacionados à problemática da situação de rua. A seção, contém três subseções que apresentarão pontos específicos das pesquisas municipais dessas capitais, como também dados das políticas públicas e das políticas emergenciais em cada cidade.

### 3.4 CAPITAIS SÃO PAULO (SP) E SALVADOR (BA): UM PANORAMA DA SITUAÇÃO DE RUA EM CADA CAPITAL

A cidade de São Paulo foi fundada em 1554 por jesuítas, até então povoado de Piratininga; em 1711, recebeu o nome de São Paulo, na época, a capital paulista ainda era ponto de partida das bandeiras e expedições que cruzavam o Brasil; em 1815, a cidade torna-se capital da província do estado de São Paulo<sup>68</sup>. Segundo Freitas (2016), em 1745, a capital paulista conseguiu ter em sua estrutura a Catedral da Sé, o edifício do Paço Municipal e a Cadeia Pública, assim, a cidade ficou com características para se tornar um lugar central; na época da Colônia, para um lugar ser considerado cidade, era necessário vincular-se a um alto poder, com a presença da igreja como forma de autoridade eclesial.

Freitas (2016) pontua que, no século XX, a preocupação da administração pública de São Paulo era reorganizar o Centro; Frúgoli Júnior (1995, p. 21) explica que

[...] como toda grande metrópole, a cidade de São Paulo conta com um centro tradicional que constitui seu marco histórico [...]. Cabe também lembrar que,

---

<sup>68</sup> Informações retiradas em *site* do IGBE (2014).

na São Paulo provinciana, o centro também era conhecido por cidade, ou seja, a cidade era o centro.

Frúgoli Júnior (1995), citando Bonduki (1983), destaca que era neste centro tradicional que ocorriam o comércio e o negócios das elites, englobando a Praça da Sé, o Pateo do Collegio, o Largo de São Francisco, a Praça João Mendes, o Largo da Memória, o Largo de São Bento, a rua XV de Novembro, dentre outros.

Segundo o autor, no século XX, ocorriam manifestações populares nas praças, nas ruas e nos pontos centrais, como o Largo da Sé. O autor expõe que a presença popular na cidade foi resultado do fim da escravidão e, conseqüentemente, a necessidade de mão de obra para atender a demanda do crescimento industrial em razão da exportação de café. Assim, as camadas sociais populares estavam concentradas nos bairros operários, que eram construídos nas terras baixas da cidade, seguindo as ferrovias (Frúgoli Júnior, 1995).

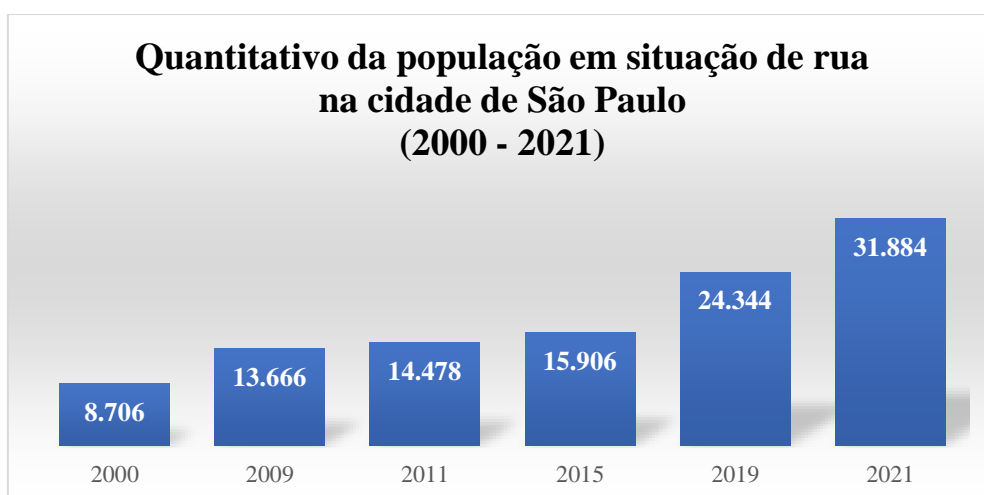
Quanto à São Paulo contemporânea, Freitas (2016) expõe que, apesar de a cidade ainda contar com um centro tradicional, suas praças e ruas, principalmente sua área central, são compostas por uma diversidade de pessoas que buscam uma forma de sobrevivência, como engraxates, vendedores ambulantes, camelôs, catadores de materiais recicláveis, lavadores de carro etc. Essa área central também apresenta o maior número de pessoas em situação de rua, conforme aponta o Mapa da Desigualdade, de 2022 (Abrahão, 2022), segundo o qual os distritos com o maior número de pessoas em situação de rua pertencem às subprefeituras de: Santana/Tucuruvi, com o distrito Santana (1.124 pessoas em situação de rua); da Sé, com os distritos Santa Cecília (5.006 pessoas), República (2.656 pessoas), Sé (2.144 pessoas) e Bom Retiro (1.251 pessoas); e Moóca, com os distritos de Pari (1.618 pessoas), Moóca (1.511 pessoas) e Brás (1.206 pessoas).

Percebe-se que a maior concentração de pessoas em situação de rua fica na subprefeitura da Sé – cerca de 11 mil cidadãos e cidadãs – e essa concentração na região central de São Paulo remete ao que Frúgoli Júnior (1995) fala sobre o centro tradicional ser conhecido por cidade. Pode-se destacar, dos lugares que o autor apresenta como pertencentes ao centro tradicional, cinco pontos que pertencem à subprefeitura da Sé – a Praça da Sé, o Pateo do Collegio, o Largo de São Francisco, a Praça João Mendes e a rua XV de Novembro –, conseqüentemente, a subprefeitura com o maior quantitativo de pessoas em situação de rua.

Mas qual realmente é o quantitativo de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo? Quais são as características desses cidadãos e dessas cidadãs? Nessa capital foram realizadas seis pesquisas, conforme o Gráfico 2, nos anos de 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021 – a pesquisa que era para ter acontecido em 2023 foi antecipada, pois observou-se na

cidade uma crise social e econômica causada pela pandemia<sup>69</sup>. Entre 2019 e 2021 percebeu-se o aumento de 7.500 pessoas em situação de rua na capital paulista, maior que a taxa de crescimento da população geral do município, conforme dados da *Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo* (São Paulo, 2021): em 2000 eram 8.706 pessoas em situação de rua para 10.434.252 pessoas domiciliadas; e em 2021, 31.884 pessoas em situação de rua para 12.396.372 pessoas domiciliadas.

Gráfico 2 – Quantitativo da população em situação de rua na cidade de São Paulo



Fonte: elaboração própria, com base em São Paulo (2021).

Além dessas pesquisas municipais, cabe ressaltar pesquisas acadêmicas em diversas áreas que tratam da problemática da situação de rua na capital paulista, como nas áreas de Análise de Políticas Públicas (Canato, 2017), Psicologia (Galvani, 2015), Psicologia Social (Pereira, 2019), Ciências Sociais (Cordeiro, 2018; Salgueiro, 2020), História (Freitas, 2016), Linguística (Mendonça, 2020), Sociologia (Lanfranchi, 2021), dentre outras.

A cidade de Salvador foi fundada em 1549 por Thomé de Souza, São Salvador da Baía de Todos os Santos até então; a cidade fica localizada entre o mar e as colinas da Baía de Todos os Santos e sua geografia é formada pela Cidade Baixa, próxima ao Porto e composta pelo comércio, e a Cidade Alta, composta pelas residências e o administrativo<sup>70</sup>. Foi a primeira capital do Brasil e também a primeira cidade a ser fundada no país; seu o crescimento se deu

<sup>69</sup> Informações retiradas em *site* da prefeitura de São Paulo (Censo [...], 2022).

<sup>70</sup> Informações retiradas em *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, [201-]).

sob a influência dos portugueses, indígenas e africanos, sendo considerada a cidade com a maior população negra fora da África<sup>71</sup>.

De acordo com Andrade e Brandão (2009, p. 81), até a primeira metade do século XX, Salvador ainda estava ligada ao “seu núcleo original e sofria com uma letargia econômica” que foi se estendendo até o século XXI. Essa situação só começou a ser revertida por conta de alguns acontecimentos nacionais, como a descoberta de petróleo no bairro Lobato (1939); a criação da Petrobras (1953); a extração e refino de óleo no Recôncavo Baiano (1954); a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959; a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964; a construção do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1967; a criação das regiões metropolitanas em 1973; e o Complexo Petroquímico de Camaçari em 1978 (Andrade; Brandão, 2009).

Segundo Andrade e Brandão (2009, p. 105), Salvador entra no século XXI com características de uma metrópole fragmentada pela “[...] falta de um planejamento estratégico de longo prazo e as demandas socioeconômicas resultantes do próprio processo de crescimento da cidade e das necessidades do mercado cultural e turístico [...]”, notando-se, assim, que essa falta de planejamento resultou nas desigualdades socioespaciais dentro da capital baiana.

Andrade e Brandão (2009) expõem que entre 1950 e 1980 ocorreu um aumento de 1.085.000 habitantes em Salvador, resultado de imigrações e do crescimento desenfreado por conta do alto índice de natalidade e melhorias nas condições de vida. Os autores explicam que esse aumento no crescimento populacional em Salvador provocou um processo de metropolização com forte ocupação de áreas periféricas e do centro da península. Dessa forma, no sul da península ficavam os bairros da população mais abastada, “[...] enquanto os bairros pauperizados se concentravam na orla da baía e no ‘Miolo’ da cidade e em espaços difusos de Salvador [...]” (Andrade; Brandão, 2009, p. 110).

Miranda (2016) pontua que desde o século XIX era notável a presença de pessoas em situação de rua na capital baiana, como em obras literárias (*Capitães de Areia*, de Jorge Amado) e até no meio jornalístico (notícia sobre questões de mendicância em Salvador no jornal *A Tarde*). Além dessas obras, a pesquisadora também destaca estudos nas áreas de Geografia (Santana, 2000) e Assistência Social (Carvalho; Santos, 2014). Para contribuir com Miranda (2016), há, também, outras pesquisas nas áreas de: Saúde Coletiva (Aguiar, 2010; Oliveira, 2021), Enfermagem (Silva, 2017; Campos, 2018), Políticas Sociais e Cidadania (Santos, 2014),

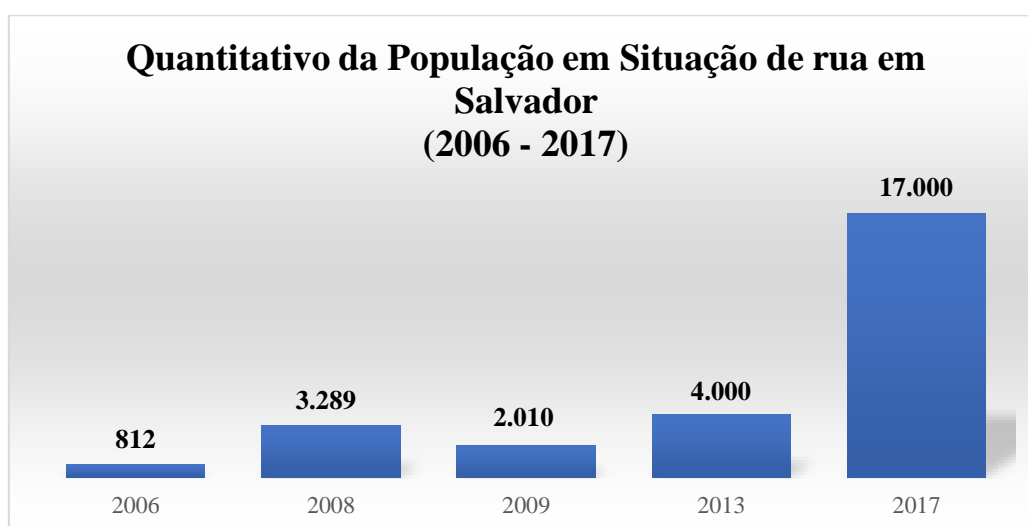
---

<sup>71</sup> Informações registradas em *site* do Ministério do Esporte para a Copa de 2014. Cf. <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Istambul/pt-br/file/salvador.pdf>.

Letras (Gomes Filho, 2015), Linguística (Santos, 2013), Direito (Romão, 2019), Ciências Sociais (Engelmann, 2019) e Ciências Sociais em Saúde (Dultra, 2018).

Outras fontes são as pesquisas que ajudam a quantificar esses cidadãos e essas cidadãs que estão em situação de rua em Salvador, realizadas em 2006, 2008, 2009, 2013 e 2017, conforme o Gráfico 3, adiante. Em 2022 foi assinado o Termo de Colaboração 001/2022 entre a Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (SEMPRE) e o Projeto Axé – Centro de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé)<sup>72</sup> para a realização do mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua entre 14/07/2022 e 13/07/2023<sup>73</sup>.

Gráfico 3 – Quantitativo da População em Situação de rua em Salvador



Fonte: elaboração própria, com base em Carvalho, Santana e Vezedek (2017).

Observa-se que em 11 anos ocorreu um aumento significativo no número da população em situação de rua na capital baiana, valendo ressaltar que a estimativa da última pesquisa era o mínimo de 14 mil e o máximo de 17 mil pessoas em situação de rua na cidade de Salvador (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017). Nota-se uma leve queda entre as pesquisas de 2008 e 2009, porém observa-se um aumento de 13 mil pessoas entre 2013 e 2017.

Nesta seção foi realizada uma breve apresentação do percurso histórico das cidades de São Paulo e de Salvador, como o desenvolvimento destas resultou na divisão e desigualdade social nelas existentes, também foram expostas as pesquisas realizadas em cada cidade. Na

<sup>72</sup> O Projeto Axé é uma organização não governamental e sem fins lucrativos fundada em 1990 em Salvador que contém projetos de promoção, proteção e defesa de direitos de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias que estejam em situação de rua ou vulnerabilidade social. Informações retiradas em *site* do Projeto Axé ([201-]).

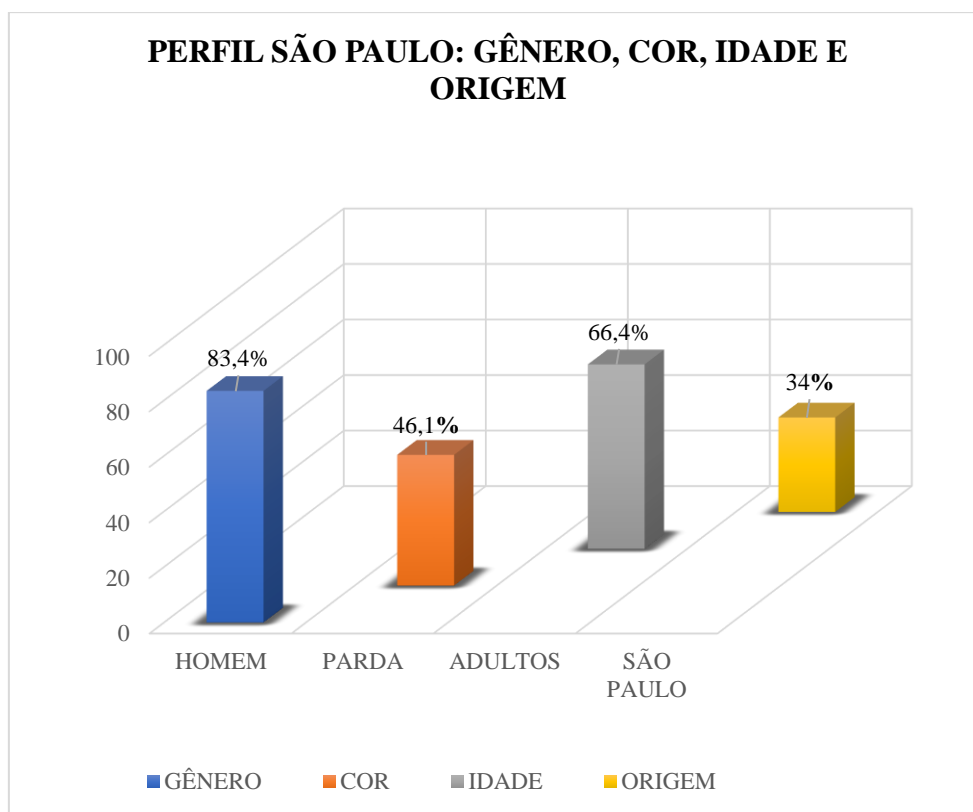
<sup>73</sup> Informações retiradas em *site* da Prefeitura de Salvador (Salvador, 2022).

subseção a seguir, serão apresentados os perfis dos cidadãos e das cidadãs que compõem os dados apresentados nas pesquisas.

### 3.4.1 Situação de rua nas capitais São Paulo e Salvador: como se caracteriza a problemática

Para analisar os perfis dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua, nas cidades de São Paulo e de Salvador, são utilizadas pesquisas municipais realizadas em cada capital: em São Paulo, são utilizadas pesquisas de 2019 e 2021<sup>74</sup>; e na cidade de Salvador, a pesquisa de 2017. Os dados discutidos sobre as cidades são divididos em dois blocos: gênero, cor, idade e origem (Gráficos 4 e 5); e motivos, vínculo familiar, escolaridade e renda/trabalho (Gráficos 6 e 7).

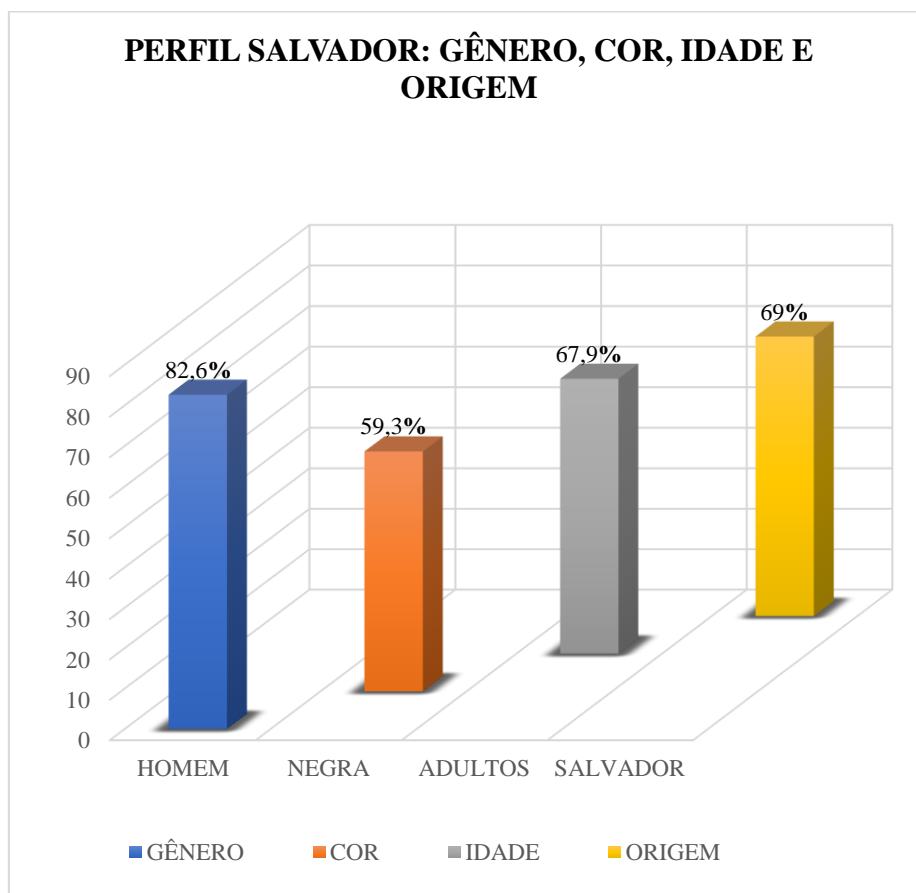
Gráfico 4 – Perfil das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: gênero, cor, idade e origem



Fonte: elaboração própria, adaptado de São Paulo (2019, 2021).

<sup>74</sup> Foram escolhidas as pesquisas censitárias de 2019 e 2021 da cidade de São Paulo porque a de 2021 não abrangeu todos os dados que serão discutidos, sendo necessária, portanto, a utilização do levantamento de 2019 para complementar os dados.

Gráfico 5 – Perfil das pessoas em situação de rua na cidade de Salvador: gênero, cor, idade e origem



Fonte: elaboração própria, adaptado de Carvalho, Santana e Vezedck (2017).

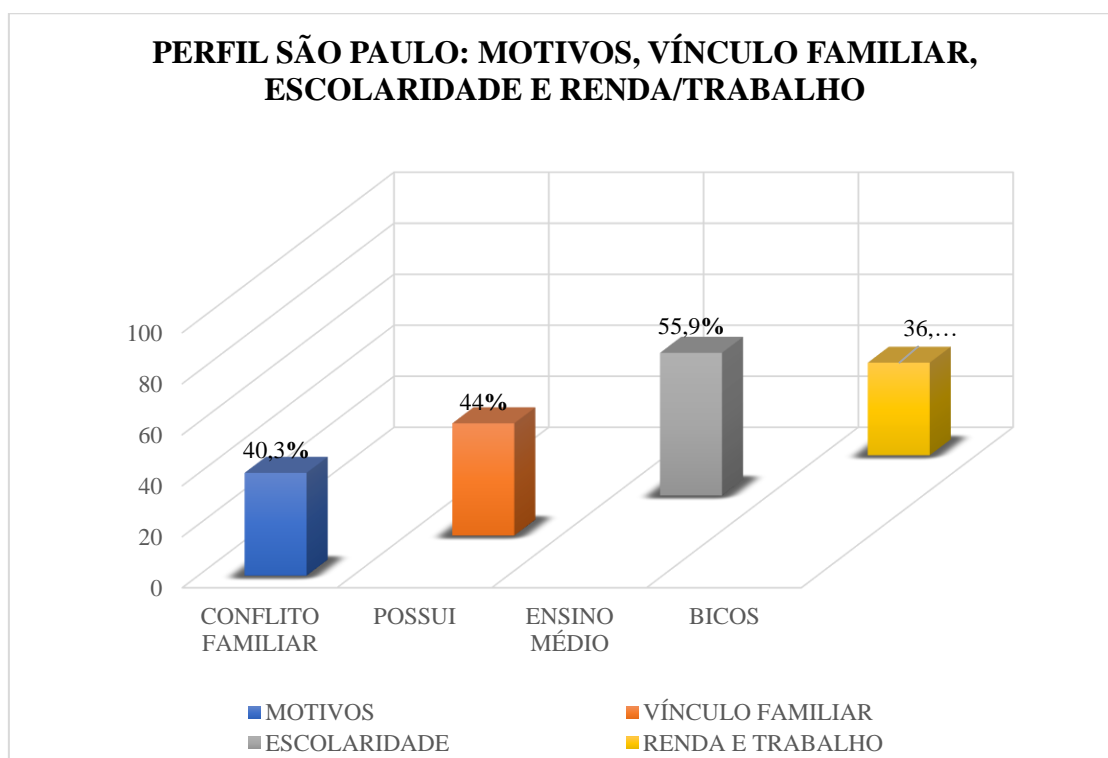
Observa-se que, semelhantemente à pesquisa nacional (Brasil, 2008), a maior parte das pessoas em situação de rua nas cidades de São Paulo e de Salvador é composta por homens, 83,4% na capital paulista e 82,6% na capital baiana. Sobre o segundo dado, a cor, na capital paulista, 46,1% da população em situação de rua é de cor parda; na capital baiana, 59,3% são de cor negra. Quanto à idade, terceiro dado, nas duas capitais, a maior parte das pessoas em situação de rua são adultos na faixa etária de 26 a 59 anos, 66,4% em São Paulo e 68,9% em Salvador. No quarto dado, origem, em São Paulo, 55% das pessoas em situação de rua são do próprio estado, das quais 34% da própria capital paulista; em relação a Salvador, 91% são do estado da Bahia, sendo a maioria da própria capital (69%).

Podem-se ver características similares acerca da situação de rua entre a capital paulista e a capital baiana, sendo as pessoas predominantemente: de gênero masculino, de cor parda ou negra, na faixa etária adulta e da própria capital ou do estado. Trata-se de pessoas que estão no

período de formação e estruturação da vida adulta que por algum motivo foram parar em situação de rua. Outro ponto diz respeito à cor: a maior parte da população em situação de rua nas duas capitais é de cor negra ou parda, característica essa que reflete o processo da construção do agente social em situação de rua – já no Brasil Colônia e no Império se iniciava a marginalização<sup>75</sup>.

Mas, quais são os motivos que resultaram estar em situação de rua? Essas pessoas têm contato com a família? Qual a sua escolaridade? Qual é a sua forma de renda e trabalho? Para responder tais questionamentos, serão apresentados os Gráficos 6 e 7, adiante.

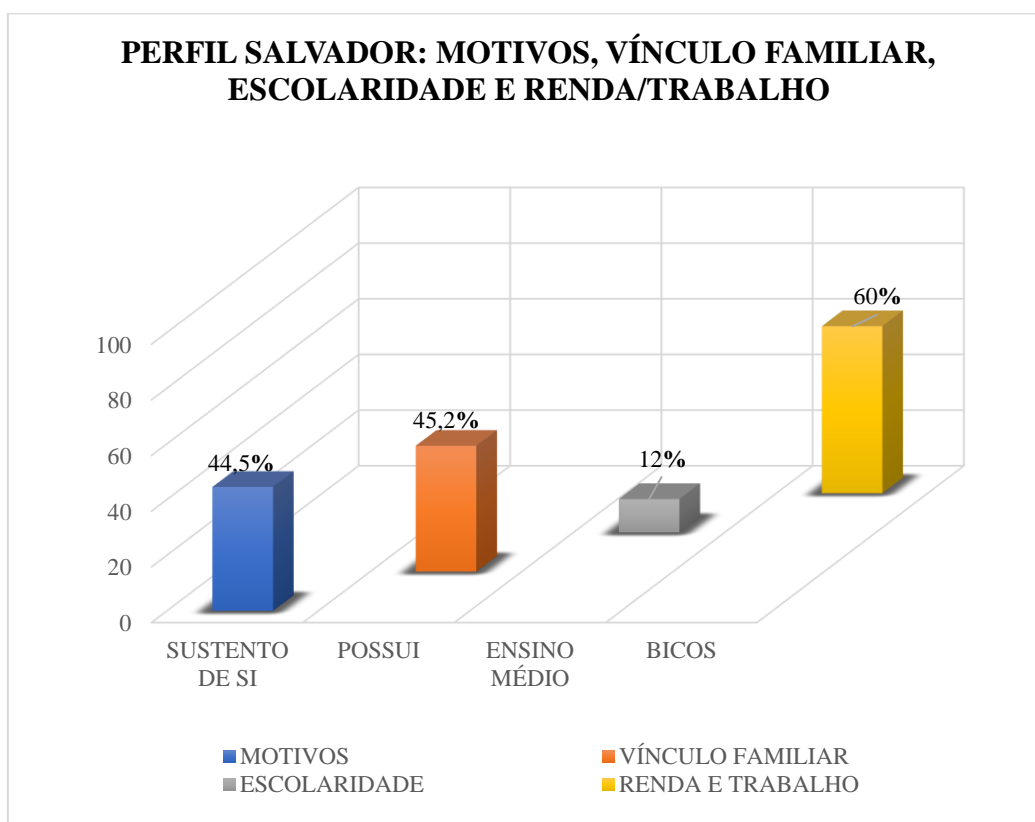
Gráfico 6 – Perfil das pessoas em situação de rua em São Paulo: motivos, vínculo familiar, escolaridade e renda/trabalho



Fonte: elaboração própria, adaptado de São Paulo (2019; 2021).

<sup>75</sup> Cf. seção 3.2.

Gráfico 7 – Perfil das pessoas em situação de rua em Salvador: motivos, vínculo familiar, escolaridade e renda/trabalho



Fonte: elaboração própria, adaptado de Carvalho, Santana e Vezedek (2017).

Quanto aos motivos, nota-se que, em São Paulo, estavam em situação de rua por conta de conflitos familiares e por causa da perda de trabalho, respectivamente, cerca de 40% e 23% das pessoas estão em situação de rua. Em Salvador, 44,5% saíram de suas casas em busca de sustento, e cerca de 30% por motivos familiares. Nas duas capitais, os conflitos familiares é um dos pontos determinantes da origem da problemática, ponto esse que é abordado por Brasil (2009a) como uma das características da população em situação de rua “os vínculos familiares, interrompidos ou fragilizados”<sup>76</sup>.

Entretanto, ao analisar o segundo dado, percebe-se que, em São Paulo, 44% das pessoas em situação de rua ainda possuem vínculo com a família e em Salvador são 45% das pessoas. Quanto aos vínculos rompidos, não têm mais vínculo com a família 39% e 21% das pessoas em situação de rua, respectivamente, em São Paulo e Salvador. Dessa forma, pontua-se que existem mais pessoas em situação de rua que mantém vínculo com sua família do que com vínculos interrompidos.

<sup>76</sup> Cf. subseção 3.1.1.

Na escolaridade, terceiro dado, cerca de 56% da população em situação de rua na capital paulista concluiu o ensino médio, figurando entre os motivos para o abandono escolar: a necessidade de trabalhar, falta de motivação, filhos, mudança de cidade/bairro e falta de dinheiro para passagens de ônibus (São Paulo, 2020a). Em Salvador, observa-se que, das pessoas em situação de rua, 81,3% frequentaram a escola, sendo que somente 11,7% concluíram o ensino médio e 6,2% o ensino fundamental; os principais motivos do abandono escolar foram: a necessidade de trabalhar, falta de motivação ou desempenho ruim na escola, saiu de casa, teve filhos, mudou de moradia (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017). Um fato a ser destacado é que tanto em São Paulo quanto em Salvador existem pessoas em situação de rua com ensino superior, sendo cerca de 4% em São Paulo e 1,2% em Salvador.

Relacionado ao quarto ponto, renda/trabalho, verifica-se que a maior renda nas duas capitais são os bicos<sup>77</sup>, 36% e 60%, respectivamente, na cidade de São Paulo e de Salvador. Nesta última, a segunda maior renda é a reciclagem, com cerca de 44% – em 2021, a Defensoria Pública da Bahia cadastrou 170 catadores e catadoras de material reciclável que estão em situação de rua na cidade. A ação foi resultado do Fórum de Catadores e de Catadoras de Rua e em Situação de Rua da Bahia com o Núcleo de Gestão Ambiental, o Núcleo Pop Rua e o Ministério Público do Trabalho<sup>78</sup>. Desse modo, nota-se que a problemática vai além de motivos que acabam estigmatizando esses cidadãos e essas cidadãs. Muitos possuem vínculo com a família, têm formação, mas estão em situação de rua.

Ao analisar os dados de gênero, cor, idade, origem, motivos, vínculo familiar, escolaridade e renda/trabalho, nota-se uma relação de poder em que discursos hegemônicos, muitas vezes, são propagados para estigmatizar os cidadãos e cidadãs em situação de rua. Esses discursos estão presentes em falácias como “pessoas em situação de rua não gostam de trabalhar”, “as pessoas em situação de rua não são da cidade ou do estado”, dentre outras que acabam reforçando a relação de poder já existente.

Nesta subseção, foram apresentados e discutidos dados específicos das pessoas em situação de rua nas cidades de São Paulo e de Salvador. Na subseção a seguir, serão apresentadas as políticas públicas municipais de cada cidade, bem como as medidas municipais para tentar amenizar o impacto da covid-19 para as pessoas em situação de rua.

---

<sup>77</sup> Bico é um termo popular utilizado para denominar atividades e serviços de caráter provisório para complementação de renda. Informações retiradas no *site* Vivendo de Freela (Costa, [2018]).

<sup>78</sup> Informações retiradas no *site* da Defensoria Pública (Flores, 20021).

### 3.4.2 Políticas Públicas nas capitais São Paulo e Salvador

A cidade de São Paulo tornou obrigatória em 1997 a prestação de atendimento às pessoas em situação de rua, por meio da Lei Municipal n. 12.316/1997 (São Paulo, 1997), cujo art. 1º pontua que é obrigação do poder público municipal manter na capital paulista serviços e programas de atenção aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua e lhes garantir dignidade, direito de cidadania e direitos sociais.

Em 2013, a partir do Decreto Municipal n. 53.795/2013<sup>79</sup> (São Paulo, 2013), foi instituído o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê PopRua), organizado em quatro eixos: Habitação; Cultura, Conhecimento e Trabalho; Atendimento Humanizado; e Gestão. Seus princípios são a promoção e garantia da cidadania; respeito à dignidade do ser humano; proteção de direitos e bens, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à posse e à propriedade; atendimento humanizado, integralizado e universalizado; erradicação de estigmas negativos e preconceitos sociais; diálogo e mediação em conflitos; direito à inserção e permanência na cidade; direito à convivência familiar e comunitária; e valorização das diferenças entre pessoas (São Paulo, 2020b).

O PopRua é composto por alguns programas, projetos e serviços, dentre os quais estão: Operação Baixas Temperaturas<sup>80</sup>, cujo objetivo é tentar minimizar os impactos e riscos relacionados ao frio intenso; Locação Social, que oferece unidades habitacionais com valores de aluguéis acessíveis para atender a população de baixa renda<sup>81</sup>; e o Programa Operação Trabalho (POT), que visa à qualificação profissional, teórica e prática, de pessoas em vulnerabilidade social<sup>82</sup>. Além destes, destaca-se o projeto Circuito Cultural PopRua, voltado ao incentivo ao acesso de pessoas em situação de rua a: programação cultural; programação

---

<sup>79</sup> Em 2023, o Decreto nº 53.795/2013 foi revogado, sendo instituído o Decreto nº 62.149/2023 (São Paulo, 2023), que cria o Programa Reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua, conforme a Lei nº 17.252/2019, considerando as promulgações das Leis nº 17.252/2019 da Política Municipal para a População em Situação de Rua e nº 17.819/2022, que institui o Auxílio Reencontro e a Vila Reencontro.

<sup>80</sup> O Programa faz parte do Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas do município de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 56.102/2015 (São Paulo, 2015) e alterado pelo Decreto nº 57.690/2017 (São Paulo, 2017). Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (Operação [...], 2023).

<sup>81</sup> Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (Locação [...], 2023).

<sup>82</sup> Programa desenvolvido desde 2019 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET). Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (POT [...], 2023).

complementar de instituições culturais; e promoção de formação de profissionais das redes de assistência social e saúde que cuidam de cidadãos e cidadãs em situação de rua<sup>83</sup>.

Em 2016, o estado de São Paulo instituiu a política estadual de atenção específica para a população em situação de rua, mediante a Lei n. 16.544/2016 (São Paulo, 2016a) e, no mesmo ano, a cidade de São Paulo, por meio do Decreto n. 57.069/2016 (São Paulo, 2016b), definiu os procedimentos de Zeladoria Urbana em relação à abordagem das pessoas em situação de rua, lançada com o intuito de melhorar o espaço urbano em ação conjunta entre poder público, iniciativa privada, organizações não governamentais (ONGs) e sociedade.

Em 2018, o projeto Coral PopRua começa sediar oficinas com o objetivo de que as pessoas em situação de rua ocupem um papel ativo nos atendimentos cotidianos<sup>84</sup>. Outro projeto é o Copa PopRua, que teve edições em 2018 e 2019 visando promover saúde e bem-estar à população em situação de rua. Em 2019, a Lei n. 17.252 (São Paulo, 2019) consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial e define um subcomitê para acompanhamento das ações de zeladoria urbana.

Em fevereiro de 2020 é divulgado o Decreto n. 59.246/2020 (São Paulo, 2020c) que revogou o Decreto n. 57.069/2016 sobre “os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana em logradouros, praças e vias em geral”.

Em 2022, é instituída a Lei n. 17.819/2022 (São Paulo, 2022) que trata sobre o programa alimentar e nutricional no município de São Paulo e implementa o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria um fundo de abastecimento alimentar do município. Os programas que fazem parte dessa lei são: Armazém Solidário, Banco de Alimentos, Cidade Solidária, Bom Prato Paulistano, Rede Cozinha Cidadã, Rede Cozinha Escola e Auxílio Alimentação<sup>85</sup>. Além destes, a cidade de São Paulo disponibiliza, dentre outros programas: Centros Pop; CREAS; Restaurantes Comunitários; Repúblicas; Espaços de Convivência; Consultório na Rua; Minha Casa, Minha Vida; Hotel Social; Parceria Social<sup>86</sup>.

Quanto à utilização dos benefícios ofertados pelo poder público, segundo a pesquisa de 2020 (São Paulo, 2020a), 47% das pessoas em situação de rua declararam que não recebiam nenhum benefício socioassistencial; cerca de 45% declararam que recebiam algum benefício

---

<sup>83</sup> Programa desenvolvido em 2018 pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em parceria com instituições culturais da capital paulista; pausado desde 2020 por conta da pandemia. Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (Circuito [...], [2020]).

<sup>84</sup> Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (Coral [...], [202-]).

<sup>85</sup> Informações retirada em *site* da Prefeitura de São Paulo (São Paulo, 2022).

<sup>86</sup> Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (Políticas [...], [202-]).

de transferência de renda, como Bolsa Família; 4% declararam que recebiam o BPC; e os outros 4% declararam que recebiam aposentadoria/pensão, auxílio-doença, auxílio-aluguel ou seguro-desemprego. Acerca dos cursos profissionalizantes, aproximadamente 53% disseram que participaram de algum curso e cerca de 47% não tinham participado.

Além das ações governamentais, existem também ações realizadas pelas ONGs e por pessoas físicas. Alguns exemplos de ONG na cidade de São Paulo são: o Instituto Casulo Pra Rua, que distribui sacos de dormir, impermeáveis e laváveis para as pessoas em situação de rua<sup>87</sup>; Banho Solidário Sampa, que oferece banho com água quente, corte de cabelo e roupas limpas<sup>88</sup>; o grupo Mãos Estendidas, do Núcleo Assistencial Fraternal, que oferece auxílio às pessoas em situação de rua por meio de cursos, palestras, higiene, alimentação, encaminhamento aos serviços públicos e privados<sup>89</sup>; a pastoral do Povo da Rua, que tem como objetivo promover ações junto a pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis<sup>90</sup>; a Organização Civil de Ação Social (OCAS), que foi criada em 1996 pelo jornalista paulistano Luciano Rocco e outros profissionais da área de jornalismo, com o intuito de produzirem uma revista totalmente voluntária que fosse vendida por pessoas em situação de rua, ou seja, uma *street paper*<sup>91</sup>.

Outras ações que se podem citar, dentre outros projetos, são: É Tudo Pra Ontem, que auxilia em refeições, cobertores, casulos e banhos para a população em situação de rua; Renda na Rua que oferece curso de corte e costura para mulheres em situação de rua; Pãozinho Solidário, que distribui achocolatado e pão com mortadela; e a Crescer na Maior, que é uma associação de intervenção focada em saúde mental e dependência química<sup>92</sup>.

Na cidade de Salvador, em 2012, foi instituído o projeto do Consultório na Rua, por meio do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), da UFBA, com o apoio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça, (Nery Filho; Valério; Monteiro, 2011).

No ano seguinte, é publicado o Decreto n. 23.836/2013<sup>93</sup> (Salvador, 2013), que institui a Política Municipal e seu Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento para a população em situação de rua, composto por 10 artigos que definem: a problemática, os princípios, as diretrizes, os objetivos e os setores com suas responsabilidades. Os órgãos

<sup>87</sup> Informações retiradas em *site* Casulo Pra Rua (c2023).

<sup>88</sup> Informações retiradas em *site* Banho Solidário Sampa (c2023).

<sup>89</sup> Informações retiradas em *site* do Núcleo Assistência Fraternal (NAF, c2023).

<sup>90</sup> Informações retiradas do *site* Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2019).

<sup>91</sup> Informações retiradas em *site* Organização Civil de Ação Social (OCAS, c2023).

<sup>92</sup> Informações retiradas em *site* da Prefeitura de São Paulo (Prêmio [...], 2023).

<sup>93</sup> O Decreto sofreu algumas alterações em 28 de maio de 2019.

estabelecidos como representantes do Comitê Intersetorial são: a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPRE), como coordenação e responsável por prestar o apoio técnico e administrativo; a Casa Civil; as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), de Ordem Pública (SEMOP), de Trabalho, Esportes e Lazer (SEMTEL) e de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR).

Dos objetivos do Decreto, podem-se destacar: a importância do acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que fazem parte de políticas públicas em todas as secretarias pertencentes ao Comitê; a formação e a capacitação de profissionais e gestores dos setores intersetoriais relacionados à situação de rua; a realização de pesquisas; a publicação dos dados gerados; a disponibilização e o incentivo de canais de comunicação para receber denúncias de violência contra pessoas em situação de rua; a possibilidade de acesso da população em situação de rua a benefícios, previdência, assistências e programas de renda; a implementação ações de segurança alimentar; e a disponibilização de programas de qualificação profissional (Salvador, 2013).

Os programas de políticas públicas municipais ofertados pela Prefeitura de Salvador, por meio da SEMPRE, são compostos de duas formas: atendimento geral para pessoas em vulnerabilidade social, como CadÚnico, CRAS, CREAS, SUAS, Restaurante Popular Cuidar e o Prato Amigo; e atendimento específico para as pessoas em situação de rua, como os Centros POP, as Unidades de Acolhimento e o programa de Abordagem Social (Salvador, 2013). Outro programa ofertado pela prefeitura de Salvador é o Núcleo de Ações Articuladas para População em Situação de Rua (NUAR). No NUAR, as pessoas em situação de rua podem ter acesso a programas, como Minha Casa, Minha Vida; atendimentos psicossociais; qualificação profissional; e acompanhamento por psicólogos, técnicos, advogados e assistentes sociais<sup>94</sup>.

Existem também programas ofertados pelo governo do estado da Bahia, como o Corra pro Abraço<sup>95</sup>, que visa garantir os direitos e promover a cidadania de usuários de drogas que estão em vulnerabilidade social ou pessoas que estejam envolvidas com a criminalização das drogas<sup>96</sup>. O governo também, em 2014, instituiu, por meio da Lei n. 12.947 (Bahia, 2014), a política estadual para a população em situação de rua. Além do governo do estado, órgãos como

---

<sup>94</sup> Informações retiradas em *site* da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (2019).

<sup>95</sup> O programa é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

<sup>96</sup> Informações retiradas em *site* do programa Corra pro Abraço (c2023).

a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), a Defensoria Pública da União na Bahia e o Ministério Público prestam apoio às pessoas em situação de rua na capital baiana<sup>97</sup>.

Os programas não governamentais que atendem a população em situação de rua em Salvador são: as Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), uma entidade filantrópica composta por um dos maiores complexos do SUS no Brasil<sup>98</sup>; e o Projeto Axé – Centro de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé).

De acordo com a pesquisa de 2017 (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017), na capital baiana, somente 65% das pessoas em situação de rua recebiam algum benefício social, sendo que aproximadamente: 29% recebiam o Bolsa Família; 8% recebiam Aluguel Social/Auxílio Moradia; 2,5% recebiam o BPC; e menos de 1% recebiam aposentadoria. No que se refere ao programa habitacional, MCMV, observa-se que 52% dos entrevistados nunca chegaram a se inscrever no programa, 26%, na época das entrevistas, estavam inscritos, 8% se inscreveram, mas não foram selecionados, e 3%, em algum momento da vida, tinham sido contemplados (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017).

Quanto às instituições que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos (SGD)<sup>99</sup>, cerca de 86% das pessoas em situação de rua acessaram algum dos serviços prestados, sendo que aproximadamente: 69% utilizaram restaurante popular; 53% utilizaram serviços abertos/projetos (Corra Pro Abraço, Ponto de Cidadania, Projeto Axé, Consultório na Rua, Levanta-te e Anda, Comunidade da Trindade, Movimento Nacional da População de Rua, dentre outros); 44% utilizaram a Defensoria Pública; 34% Albergues; e 33% Centro POP. Também foi identificada a utilização de serviços relacionados ao Ministério Público, ao CRAS, às Unidades de Atendimento Institucional (UAIs)<sup>100</sup>, ao Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas (CAPS-AD), ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), ao CREAS, à União dos Baileiros, ao Movimento Sem-Teto de Salvador e à Comunidade Terapêutica (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017).

Nesta subseção, foram apresentadas políticas públicas presentes nas cidades de São Paulo e de Salvador, como também dados de pesquisa referentes à utilização dos benefícios ofertados à população em situação de rua. Na subseção a seguir, serão abordadas as medidas

---

<sup>97</sup> Informações retiradas em *site* da Defensoria Pública da Bahia (Cores, 2020).

<sup>98</sup> Informações retiradas em *site* das Obras Sociais Irmã Dulce (2007-2021).

<sup>99</sup> Sistema de Garantia de Direito “é a articulação e a integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal”. Informação retirada em *site* do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Ribeiro, 2020).

<sup>100</sup> As Unidades de Atendimento Institucional (UAIs) é um programa que tem como objetivo acolher provisoriamente adultos e famílias em situação de rua e/ou migrantes. Informações retiradas no *site* da prefeitura de Salvador (Unidades [...], 2022).

emergenciais de cada capital para tentar amenizar o impacto da covid-19 na população em situação de rua.

### 3.4.3 Políticas Públicas em tempos de pandemia nas cidades de São Paulo e de Salvador

Em março de 2020, a prefeitura de São Paulo, por meio de suas secretarias municipais, do Comitê PopRua, e com a participação da sociedade civil e empresas privadas, desenvolveu projetos e ações para garantir a proteção sanitária da população em situação de rua (São Paulo, 2020d).

No mês de abril de 2020, a prefeitura, por meio do Edital n. 001/2020 (São Paulo, 2020e), credenciou restaurantes na cidade de São Paulo para fornecer refeições às pessoas em situação de rua, em pontos determinados pela SMDHC. Foram também ofertados: produtos de merenda escolar para 38 centros de acolhimento; gratuidade de café da manhã; almoço e janta nos restaurantes populares “Bom Prato” do governo do estado; e distribuição de copos de água e garrafas de água de dois litros (São Paulo, 2020e). Ainda em abril foram criadas nove unidades dos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET) para ajudar no acesso ao seguro-desemprego e cadastro ao auxílio emergencial do Governo Federal (São Paulo (SP), 2020e).

Em dezembro de 2020, a prefeitura (São Paulo, 2020d) divulgou o balanço das ações emergenciais e dos programas para a população em situação de rua realizados entre março e dezembro de 2020. De acordo com o balanço, na área da Saúde: foi desenvolvido pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) um documento de orientação sobre a covid-19 e recomendações técnicas de sanitização; foram disponibilizados locais para as equipes do Consultório na Rua; e ocorreu a realização de coleta dos exames PCR (*Polymerase Chain Reaction*); também foram promovidas ações de prevenção realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em ambientes com maior concentração de pessoas em situação de rua (São Paulo, 2020d).

Na área de Acolhimento: disponibilização de vagas emergenciais; criação de centros de acolhida para pessoas em situação de rua sintomáticas e diagnosticadas com covid-19; e criação de cerca de 1.500 novas vagas de acolhimento<sup>101</sup> (São Paulo, 2020d).

Na área de Direitos Humanos e Cidadania: instalações de 11 pontos de água potável em áreas de grande concentração e sete estações de higiene pessoal; ampliação ao acesso às

---

<sup>101</sup> Em dezembro de 2020, a SMADS inaugurou um novo Centro de Acolhida Especial (CAE) para atender as famílias em situação de rua.

refeições, aos banheiros, aos kits de higiene, aos frascos de sabonete líquido, às orientações e aos circuladores de ar para os centros de acolhida pela SMDAS. Também houve a disponibilização de máscaras nos centros de acolhimentos e para grupos específicos, como indígenas, ciganos e pessoas em situação de rua pela SMDHC; a entrega de kits de higiene com sabonete e creme dental pelo programa Cidade Solidária e pelo projeto Rede Cozinha Cidadã; e doações de kits de higiene pela Cruz Vermelha (São Paulo, 2020d).

Outras ações: a Secretaria Municipal de Habitação suspendeu por três meses a cobrança de aluguel no Programa de Locação Social; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), com as atividades paradas por conta da covid-19, manteve o pagamento das bolsas do POT; e a Prefeitura, por meio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), investiu R\$ 5,76 milhões para auxiliar os catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo (São Paulo, 2020d).

O município de Salvador, em abril de 2020, publicou a Nota Técnica n. 04/2020 (Salvador, 2020a) com orientações para a Atenção Primária à Saúde e o Consultório na Rua relacionadas ao enfrentamento da covid-19. A Nota indica cinco orientações de modo a garantir o atendimento da população em situação de rua durante a pandemia, quais sejam: acolhimento das pessoas em situação de rua; identificação, notificação, diagnóstico e manejo clínico; acompanhamento em Unidade de Acolhimento ou domiciliar; ações do Consultório na Rua na prevenção e controle da covid-19; medidas de prevenção e controle (Salvador, 2020a).

Ainda em 2020 é lançado o plano de contingência de infecção humana pelo novo SARS-CoV-2 no município, objetivando atender as mudanças do cenário epidemiológico na capital baiana (Salvador, 2020b). O ponto 5.2 do plano expõe que em abril de 2020 ocorreu o lançamento do projeto Girassóis de Rua, “[...] que visa garantir uma atenção permanente das pessoas em situação de rua e que são mais vulneráveis ao novo coronavírus, a partir da recomposição e reestruturação das equipes existentes de Consultórios na Rua” (Salvador, 2020b, p. 12). O propósito era que, com o projeto, médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais e outros especialistas realizassem o acompanhamento da população em situação de rua em territórios onde fossem detectadas uma quantidade significativa da problemática.

Nesta seção, discutiram-se questões referentes à problemática da situação de rua. Inicialmente, acerca desta foram apresentados alguns dados, pesquisas nacionais e municipais e a construção da representação do agente social em situação de rua, desde o Brasil Colônia. Em seguida, foram expostas as políticas públicas e as medidas emergências, tanto em nível

nacional quanto nas cidades de São Paulo e de Salvador. Ainda sobre as capitais paulista e baiana, apresentaram-se os perfis dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua.

Na próxima seção, será apresentada a Metodologia utilizada e o passo a passo da pesquisa, como também a classificação macro dos dados coletados para a pesquisa.

## 4 METODOLOGIA

Esta seção irá mostrar o passo a passo do processo metodológico utilizado durante a pesquisa. Ela é composta por quatro subseções que irão discutir sobre pesquisa qualitativa e triangulação de dados; a ADC em uma perspectiva metodológica; o gênero notícia e a sua construção; bem como apresentar os jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio* (utilizados para a coleta de dados); mostrar como ocorreu a coleta das notícias nos dois jornais; explanar sobre o *corpus* e os dados coletados que resultaram nas análises e discussões finais que serão apresentados na seção 5.

### 4.1 PESQUISA QUALITATIVA E TRIANGULAÇÃO DE DADOS

Ao contrário da pesquisa quantitativa, que está relacionada a números e modelos estatísticos para explicar os dados, a qualitativa está mais voltada para interpretações das realidades sociais, destacam Bauer, Gaskell e Allum (2008). Os autores apresentam algumas diferenças entre as pesquisas qualitativa e quantitativa, conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa

Estratégias		
	Quantitativos	Qualitativos
Dados	Números	Textos
Análise	Estatística	Interpretação
Protótipo	Pesquisa de opinião	Entrevista em profundidade

Fonte: adaptado de Bauer, Gaskell e Allum (2008, p. 23).

Como se observa no Quadro 2, existem diferenças nas estratégias, de acordo com a pesquisa escolhida. Como esta é uma pesquisa em linguística com caráter social, é utilizada a estratégia de pesquisa qualitativa, em que os dados são textos, a análise se dá por meio da interpretação e o gênero discursivo é notícia. Este estudo teve contribuições tanto da pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa; segundo Bauer, Gaskell e Allum (2008), uma estratégia de pesquisa não anula a outra.

Os autores apresentam alguns pressupostos para reforçar suas ideias, e o primeiro deles é: *Não há quantificação sem qualificação*. Partindo desse pressuposto, Bauer, Gaskell e Allum (2008) expõem que não se pode medir um fato social sem que ocorra a distinção qualitativa entre as categorias sociais.

O segundo pressuposto é: *Não há análise estatística sem interpretação*. Neste, os autores explicam que apresentar somente números pode ser eficaz, porém a pesquisa qualitativa contribui para descolar “a atenção da análise em direção a questões referentes à qualidade e à coleta de dados” (Bauer; Gaskell; Allum, 2008, p. 24).

O terceiro pressuposto é *Pluralismo metodológico dentro do processo de pesquisa: além da lei do instrumento*. Neste, discutem sobre o mecanismo em relação à coleta de dados, o que ocorre quando o(a) pesquisador(a) delimita o questionário e a amostra de levantamento considerando esta como a única maneira de fazer pesquisa social; contudo, indicam que é necessário que o(a) pesquisador(a) tenha “[...] uma visão holística do processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise dos dados e apresentação dos resultados” (Bauer; Gaskell; Allum, 2008, p. 26).

No quarto pressuposto, *A ordem do tempo*, Bauer, Gaskell e Allum (2008) discutem qual seria o momento certo para inserir a pesquisa qualitativa no estudo, apresentando três momentos: o *pré-desenho*, quando a pesquisa qualitativa é considerada somente na elaboração da pesquisa; o *pós-delineamento*, quando é inserida após o levantamento dos dados, somente para guiar as análises; e o terceiro momento é quando a pesquisa qualitativa é vista como uma estratégia.

O quinto pressuposto é: *Discurso independente dos “padrões de boa prática”*. Neste, os autores explicam que a pesquisa quantitativa é clara quanto à didática e à prática, além de ter um discurso de qualidade durante a investigação (Bauer; Gaskell; Allum, 2008, p. 24).

No que se refere à geração de dados, os autores apresentam dois modos de dados sociais e quatro meios, conforme o Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Modos e meios em pesquisas qualitativas

<b>Meio-modo</b>	<b>Informal</b>	<b>Formal</b>
Texto	Entrevistas	Jornais, Programas de rádio
Imagem	Desenho de crianças Rabiscos feitos ao telefonar	Quadros Fotografias
Sons	Cantos espontâneos Cenários sonoros	Escritos musicais Rituais sonoros
Relatos “distorcidos” “falsos” ou encenados	Ruídos estratégicos	Afirmações falsas sobre uma representação

Fonte: Adaptado de Bauer; Gaskell; Allum (2008, p. 19).

De acordo com o Quadro 3, os autores apresentam como meio de coleta de dados sociais: o texto; a imagem; os sons; e os relatos “distorcidos”, “falsos” ou encenados, que podem ser

informais ou formais. No caso desta pesquisa, o meio utilizado é o texto no modo formal; Bauer, Gaskell e Allum (2008, p. 22) expõem que a pesquisa formal também tem sua importância, pois, apesar de ser um produto acabado, uma notícia carrega uma representação social:

Os dados formais reconstruem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo [...]. O que uma pessoa lê, olha, ou escuta, coloca esta pessoa em determinada categoria, e pode indicar o que a pessoa pode fazer no futuro. Categorizar o presente e, às vezes, prever futuras trajetórias é o objetivo de toda pesquisa.

Dessa forma, ao consumir determinado conteúdo, uma pessoa pode ou não se sensibilizar com determinadas problemáticas sociais e assim, talvez, modificar seu modo de ver o mundo. May (2004) pontua que a pesquisa documental merece atenção, na medida em que esse tipo de estudo abrange diversas fontes, sejam elas estatísticas oficiais, fotografias, textos ou dados visuais. O autor ainda explica que as análises de documentos são interessantes porque são ricos de práticas sociais e de leituras particulares de eventos sociais.

Flick (2013) discorre que a triangulação nas pesquisas sociais é realizada com o intuito de produzir análises a partir de duas perspectivas privilegiadas, apontando que Denzin (1989 *apud* Flick, 2013) – que primeiro empregou o termo em 1970 – entendia a triangulação como uma forma de validação da pesquisa e, como resultado, observou quatro estratégias. Conforme Flick (2013), essas estratégias são: triangulação de dados, triangulação do investigador, triangulação das teorias e triangulação metodológica. Ainda de acordo com o autor, “[...] a triangulação deve produzir conhecimento em diferentes níveis, ou seja, ela vai além do conhecimento possibilitado por uma abordagem única e, desse modo, contribui para a promoção da qualidade na pesquisa” (Flick, 2013, p. 183).

No caso desta dissertação, utilizam-se as estratégias: de triangulação de dados, que combina dados de diferentes fontes em momentos, locais ou pessoas diferentes; de triangulação de teoria, que é utilizar perspectivas privilegiadas; e triangulação de metodologia, que é a utilização de diferentes métodos (Flick, 2013).

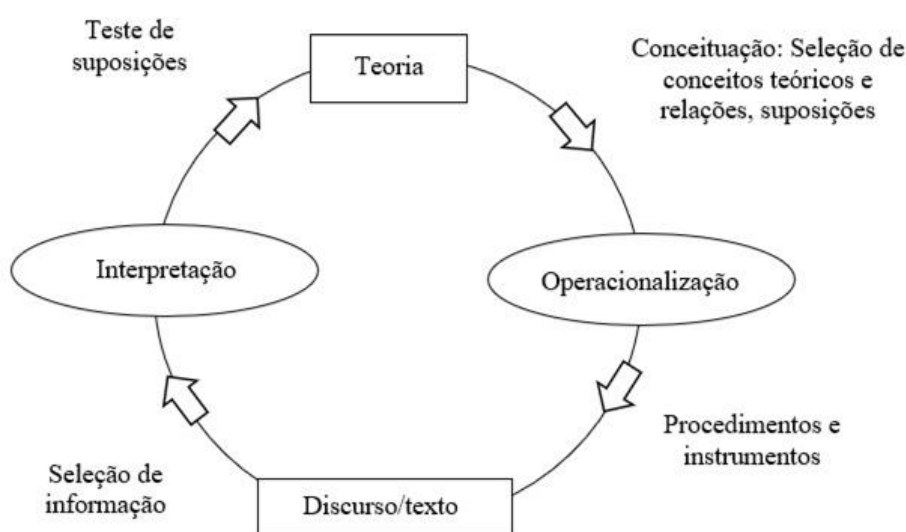
Portanto, este estudo utiliza: dados retirados de dois jornais – *Folha de S. Paulo* e *Correio* – que pertencem a estados diferentes; duas perspectivas dentro da ADC – análise dialético-relacional de Fairclough e representação de atores sociais de van Leeuwen –, além de perspectivas para tratar de políticas públicas, situação de rua, direitos dos cidadãos(ãs) brasileiros(as); a perspectiva da pesquisa qualitativa e quantitativa de Bauer, Gaskell e Allum

(2008); e a proposta metodológica da abordagem da ADC de Fairclough (2016). A seção a seguir, tratará dessa perspectiva “metodológica”.

#### 4.2 ADC EM UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA

A Análise de Discurso Crítica (ADC) tem diversas abordagens teóricas que não são fixas, mas ecléticas, conforme Wodak e Meyer (2016), que explicitam que a maioria dos estudos analisam textos específicos de situações e aspectos de uma problemática social que, muitas vezes, é naturalizada. Nesse sentido, de acordo com os autores, a abordagem a ser escolhida é a que mais condiz com seu objetivo de pesquisa e, dentro dessa abordagem, o(a) pesquisador(a) desenvolve seus métodos para gerar dados que serão analisados. Sendo assim, a pesquisa em ADC torna-se um processo circular, conforme a Figura 4, adiante.

Figura 4 – Estudos Discursivo Crítico como um processo circular



Fonte: Wodak e Meyer (2016, p. 14).

Após definir seus objetivos e questões, o(a) pesquisador(a), irá escolher a perspectiva teórica que irá embasar sua pesquisa, como também selecionar e associar os conceitos teóricos. Em seguida serão definidos os procedimentos e os instrumentos de coleta de dados que serão selecionados, interpretados e examinados de acordo com a teoria escolhida. No caso desta pesquisa, corresponde ao seu objetivo a abordagem dialético-relacional de Fairclough, sendo utilizada, assim, a perspectiva ‘metodológica’ desenvolvida pelo autor em 2016, bem como categorias de análise apresentadas por Fairclough (2001; 2003).

Fairclough (2016) sugere que fazer pesquisa não é somente aplicar métodos, ou seja, separar teoria e método, o que estaria mais ligado a uma visão mais ampla da teoria; o autor propõe quatro estágios que irão ajudar o(a) pesquisador(a) no desenvolvimento de sua pesquisa, mas sem que seja obrigado(a) a seguir uma ordem de procedimentos.

No estágio 1, *foco na problemática social, em seu aspecto semiótico*, o autor apresenta dois passos: no primeiro, o(a) pesquisador(a) irá selecionar um tópico que esteja de acordo com uma problemática social, o qual pode ser analisado de forma transdisciplinar com foco nas relações dialéticas entre semioses – no caso desta pesquisa, o tópico selecionado foi notícias sobre políticas públicas e/ou ações realizadas pelas prefeituras de São Paulo e Salvador para pessoas em situação de rua no período dos dois primeiros picos da covid-19 –; no segundo passo, o(a) pesquisador(a) deve construir o objetivo de pesquisa para identificar tópicos que serão discutidos de forma transdisciplinar.

No estágio 2, *identificar obstáculos para lidar com o problema social*, o(a) pesquisador(a) deve apresentar a problemática social “de uma forma bastante indireta, perguntando se é a forma como a vida social é estruturada e organizada que a impede de ser abordada”<sup>102</sup> (Fairclough, 2016, p. 93, tradução nossa). Nesse estágio, o(a) pesquisador(a) deve fazer uma investigação discursiva a partir da seleção e análise de textos que sejam relevantes a uma determinada problemática social e assim abordar as relações entre discurso e outros elementos sociais. Para tal procedimento, Fairclough (2016) apresenta três passos: analisar relações dialéticas entre discurso e outros elementos de estrutura, prática e eventos sociais; selecionar textos e categorias; e analisar textos tanto na perspectiva discursiva quanto linguística. No caso desta pesquisa, foram selecionadas categorias analíticas<sup>103</sup> e notícias que serão apresentadas na subseção 4.4.1.

No estágio 3, *considerar se a ordem “precisa” da problemática social*, o(a) pesquisador(a) deve levar em consideração se a problemática social em foco é inerente à ordem social, se pode ser resolvida dentro dela ou somente mudando-a. Nesta dissertação, o estágio 3 será discutido na seção 5, durante as análises.

Por fim, no estágio 4, *identificar formas possíveis para superar os obstáculos*, Fairclough (2016, p. 95, tradução nossa) expõe que o(a) pesquisador(a) deve identificar (com foco nas relações dialéticas entre discurso e outros elementos) “[...] as possibilidades dentro

---

<sup>102</sup> “[...] approaches the social wrong in a rather indirect way asking it is about the way in which social life is structures and organized the prevents it from being addressed” (Fairclough, 2016, p. 93).

<sup>103</sup> Cf. seção 2.3.

do processo social existente para superar os obstáculos [...]”<sup>104</sup> na abordagem da problemática social. O estágio 4, será abordado na seção 6, nas considerações finais da pesquisa.

Nesta seção, foi apresentada uma perspectiva “metodológica” da ADC com estágios e passos. A seguir, serão realizadas discussões a respeito do gênero notícia e sobre a sua construção; posteriormente, será feita a apresentação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio*, que foram escolhidos para a coleta de dados. Vale ressaltar que o foco desta pesquisa não é analisar os jornais fazendo juízo de valor, e sim identificar, por meio dos discursos propagados, nas notícias como está ocorrendo a representação discursiva da problemática e do agente social em situação de rua.

#### 4.3 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O GÊNERO NOTÍCIA E A SUA CONSTRUÇÃO

Bakhtin (2016) pontua que o uso da língua ocorre por meio de enunciados – sejam orais ou escritos – e estes reproduzem condições específicas do campo da atividade humana que vão desde a linguagem até a sua construção composicional. O teórico apresenta três elementos que estão ligados no conjunto do enunciado e são determinados por um campo da comunicação: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Para o autor, “[...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gênero do discurso*” (Bakhtin, 2016, p. 12).

Fairclough (2003, p. 65, tradução nossa) indica que os gêneros “[...] são os aspectos especificamente discursivos de modos de agir e interagir no curso dos eventos sociais: poderíamos dizer que a (inter)ação nunca é somente discurso, mas ela é muitas vezes, principalmente, discurso”<sup>105</sup>. Dessa forma, quando for analisar um texto ou a interação entre gêneros, o(a) pesquisador(a) questiona como o discurso está presente e como contribui para inter(ação) social nos eventos. De acordo com Bessa (2009, p. 47), atender “[...] as necessidades sociais de ação e interação em uma perspectiva discursiva demanda as mudanças em gêneros ou o surgimento de novos gêneros [...]”. Assim, de acordo com o autor, as pessoas estão envolvidas a todo momento por gêneros.

Em relação aos gêneros no meio jornalístico, Rêgo e Amphilo (2010 *apud* Souza, 2022) explicam que estes têm tendência híbrida e dialética. Desse modo, qualquer alteração no contexto social e nos meios de informação pode acarretar uma mudança nos gêneros (Rêgo;

<sup>104</sup> “[...] *possibilities within the existing social process for overcoming obstacles*” (Fairclough, 2016, p. 95).

<sup>105</sup> “Genres are the specifically discursal aspect of ways of acting and interacting in the course of social events: we might say that (inter)acting is never just discourse, but it is often mainly discourse” (Fairclough, 2016, p. 65).

Amphilo, 2010 *apud* Souza, 2022). No meio jornalístico existem diversos gêneros como: reportagem, notícia, editorial, crônica, opinião, caderno de esportes, dentre outros.

De acordo com Hernandes (2021), notícia é um conjunto de fatos organizados como também é um produto da interpretação de mundo do próprio jornal. Conforme o autor, a divulgação de notícias está ligada à “mudança ou reforço de crenças que redundem em atitudes que podem ou não se converter em ações de diversas amplitudes [...]” (Hernandes, 2021, p. 18) e, para que isso funcione, é necessário que o leitor compartilhe dos mesmos sistemas de valores do jornal.

Conforme o autor, os jornais utilizam de estratégias para persuadir e manipular as emoções do leitor, sendo que muitos dos jornais estão a serviço dos interesses da elite dominante. Na primeira parte de seu livro, Hernandes (2021) discute conceitos de comunicação, notícia, ideologia, realidade, verdade e objetividade, dos quais, ao longo de cada conceito, o autor também desmitifica essas noções.

Ao tratar do contato com o público, Hernandes (2021) apresenta algumas cláusulas que existem implicitamente entre o jornal e o público, sendo a primeira *dizer a verdade*. Segundo o autor, existem mecanismos dentro dos jornais/revistas/noticiários que levam o público a acreditar que o que é publicado é a verdade, mas, como já citado, isso só ocorre se todos os envolvidos compartilham da mesma visão de mundo. Para o autor, verdade, realidade e ideologia estão nitidamente relacionados quando se trata de notícia, porque, quando um jornal constrói um texto em que diz mostrar a realidade, o jornal utiliza um recurso de persuasão para expor a sua verdade.

Nessa perspectiva, o jornalista torna-se um mediador da realidade, o que leva a outra cláusula: *mostrar a realidade*. De acordo com Hernandes (2021), o jornalista transforma fragmentos de realidade em notícias e deve haver cuidado para não confundir realidade com acontecimento ou fato. Outra cláusula é *separar fatos de opiniões e interpretações*, o que, segundo Hernandes (2021), é impossível, porque o real apresentado nos jornais é a partir de uma determinada visão de mundo que pode ser uma realidade real ou uma realidade artificialmente criada.

*Ser objetivo e imparcial nos relatos* é outra cláusula. Hernandes (2021, p. 30) destaca que a ideia da objetividade seria uma maneira de relatar um fato com certo distanciamento e frieza. Dessa forma, a “[...] objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar ‘apagar’ o modo pelo qual a realidade foi infiltrada a partir do sistema de valores do jornal [...]” (Hernandes, 2021, p. 30). Essa estratégia acontece por meio de dois caracteres: o caráter geral em que é feito o recorte com viés ideológico muito nítido, pois o jornal sabe que seu público

também irá fazer o mesmo recorte; e o caráter delimitado em que o jornal utiliza de estratégias como diálogos, fotografias, filmagens para convencer o público de que o recorte da realidade que fizeram é real. No caráter delimitado, a escrita é na terceira pessoa, o que dá a sensação do distanciamento do “eu”.

Acerca da imparcialidade, Hernandes (2021) expõe que muitos dos manuais de jornalismo condicionam a ideia de que a escrita deve ser de textos objetivos e imparciais, porém o autor explica que dentro da própria área de jornalismo existem classificações de textos que podem ser objetivos/factuais, interpretativos e opinativos. Segundo Hernandes (2021), todas essas classificações utilizam praticamente a mesma técnica de distanciamento, ou seja, o uso da terceira pessoa, exceto os textos opinativos, porque nesse gênero não existe a intenção de demonstrar imparcialidade. Em relação aos textos interpretativos, o autor destaca que, em alguns momentos, o texto acaba rompendo a “neutralidade” e torna-se parcial.

Outro ponto interessante a ser destacado são as três estratégias dos jornais para captar a atenção do público apresentadas por Hernandes (2021). Na primeira estratégia, *arrebatamento*, o jornal estimula a curiosidade do público por meio da manchete; chama a atenção do sujeito para querer saber mais sobre o assunto. Após conseguir captar a atenção do leitor, o jornal passa para a segunda estratégia, que é a *sustentação*. Nesta, o jornal tem de sustentar a atenção, e isso ocorre porque o público não conhece a história noticiada. Dessa forma, o leitor sente a necessidade de conhecer a matéria e, assim, o jornal mantém a atenção e cria laço com o público. Na última estratégia, *fidelização*, o jornal precisa firmar a atenção que conseguiu, então, vai desencadear no público um hábito.

Ao tratar sobre os portais: jornalismo na *internet*, Hernandes (2021) afirma que esta dispõe de funções importantes tanto para transmissão de notícias quanto para o *e-commerce*<sup>106</sup>, porém nem sempre foi assim. Segundo o autor, até o final de 1990, o jornalismo não tinha espaço na *internet* e essa situação mudou quando os portais perceberam que era necessário atender a demanda da atualidade. A partir disso, o jornalismo começa a ter destaque nas páginas dos portais eletrônicos. Ao ir para o meio eletrônico, os jornais tentaram manter as mesmas estratégias do jornal impresso na versão *online*. Portanto, a notícia de maior destaque vai preencher um espaço maior dentro do jornal, sendo que as notícias que surgem na parte superior do jornal têm um valor noticiário maior do que notícias que aparecem no final da página (Hernandes, 2021).

---

<sup>106</sup> *E-commerce*, comércio eletrônico em português, é uma rede que “[...] permite a compra de produtos, facilita o acesso a serviços e exhibe verdadeiros estabelecimentos virtuais. Também apresenta um amplo espaço para entretenimentos específicos, caso dos jogos on-line [...] ‘baixar’ músicas e filmes” (Hernandes, 2021, p. 234).

### 4.3.1 Jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio*

*Folha de S. Paulo* é um jornal localizado na capital São Paulo que está em circulação desde 1960; chegou a pertencer à empresa *Folha da Manhã*, que contava com três jornais: *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*, entre os anos de 1921 e 1925<sup>107</sup>. Em 1984, o jornal implanta o “Manual da Redação” com edições em 1987, 1992, 2001, 2018 e 2021; em 1992, a *Folha* se estabelece como o jornal com maior tiragem paga aos domingos<sup>108</sup>. Em 1995, a *Folha de S. Paulo* lança a *FolhaWeb*, e em 1996, o *Universo Online* (UOL)<sup>109</sup>, composto pelos serviços de bate-papo, pela edição diária da *Folha de S. Paulo*, reportagens traduzidas do *New York Times*<sup>110</sup>, *Folha da Tarde*<sup>111</sup>, *Notícias Populares*<sup>112</sup>, por classificados, roteiros e saúde (Lucena, 2008). Em 1998, a *Folha*<sup>113</sup> torna-se restrita a assinantes do UOL e, em 1999, o acesso na internet passa a ser disponível pelos assinantes do jornal impresso (Lucena, 2008). Em 2010, ocorre a unificação das redações do jornal impresso e *online*, e assim a *Folha Online* passa a ser chamada de *Folha.com*; em 2012, o jornal começa a disponibilizar um número limitado de notícias *online* gratuitamente<sup>114</sup>.

O jornal *Correio* foi fundado em 1979 na cidade de Salvador. O jornal faz parte do grupo empresarial composto pela TV Bahia, Bahia Vídeo, Gráfica Santa Helena, Rádio Globo FM, Bahia News, Bahiasat e Santa Helena S.A. Esse grupo editorial foi fundado por Antônio Carlos Magalhães (ACM), que foi governador (1971 a 1975; 1979 a 1983; 1991 a 1994), deputado estadual (1954 a 1959), senador (1995 a 2001<sup>115</sup>; 2003 a 2007) e prefeito de Salvador (1967 a 1970), todos os mandatos pela Bahia<sup>116</sup>. Nos anos iniciais, o jornal era mais voltado para questões de cunho político e concedia pouco espaço para problemas como saúde, educação e

<sup>107</sup> Informações registradas em *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC, 2009a).

<sup>108</sup> Informações registradas em *site* da *Folha de S. Paulo* (História [...], [202-]).

<sup>109</sup> UOL é uma empresa brasileira que propõe oferecer serviços digitais, conteúdos e tecnologia. Segundo Hernandes (2021, p. 244) é “[...] um *site* com conteúdo específico, mas de grande abrangência [...]”.

<sup>110</sup> *New York Times* é um portal de notícias norte americano. Segundo o portal, o jornal se “dedica a ajudar as pessoas a entender o mundo por meio de jornalismo independente local, especializado e profundamente relatado”. Informações registradas em *site* do *New York Times* (Company, [202-]).

<sup>111</sup> *Folha da Tarde* era a versão vespertina da *Folha da Manhã*. Em 1999 a versão foi substituída pelo jornal *Agora São Paulo*, que também pertence ao Grupo *Folha*.

<sup>112</sup> *Notícias Populares* foi um jornal que circulou em São Paulo de 1963 a 2001 e era conhecido por suas notícias sensacionalistas. Foi criado pelo empresário e líder udenista Herbert Levy (representante da elite liberal paulista) com o objetivo de impedir que os leitores das classes populares apoiassem o governo Goulart (Cestari, 2018).

<sup>113</sup> Durante a escrita são utilizados o nome completo *Folha de S. Paulo* ou somente *Folha* remetendo ao jornal.

<sup>114</sup> Informações registradas em *site* da *Folha de S. Paulo* (História [...], [202-]).

<sup>115</sup> ACM, que estava a 20 meses como Senador Federal, renunciou ao cargo após críticas ao governo da época e a atuação do Conselho de Ética e do Decoro Parlamentar. Informações retiradas em *site* da Agência Senado (Investigações [...], 2001; ACM [...], 2001).

<sup>116</sup> Informações registradas em *site* da Câmara dos Deputados (Antônio [...], [202-]).

desemprego. Em 1992, o jornal investiu em parcerias com a *Folha de S. Paulo*, Editora Globo e o Bradesco, bem como em serviços e produtos que davam ênfase aos seus exemplares. Atualmente, o *Correio* tem sua versão *online* e é totalmente informatizado; o jornal é dividido em cadernos que tratam de turismo, veículos, economia etc., e suas notícias vão desde as notícias específicas da capital a notícias nacionais e internacionais<sup>117</sup>.

Nesta subseção, foram apresentados os jornais escolhidos para a coleta do *corpus*. Na seção a seguir, serão expostos o passo a passo da coleta de dados, as palavras-chave utilizadas, bem como a macro e a micro classificações dos dados coletados e o *corpus* da pesquisa.

#### 4.4 DADOS COLETADOS: O TRAJETO DA COLETA E CLASSIFICAÇÃO

Foi necessário definir e discutir alguns passos. O primeiro passo foi estabelecer o problema: no caso desta pesquisa, é analisar como ocorreram as representações discursivas em notícias sobre políticas públicas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio* durante o período de maio de 2020 a março de 2021. O segundo passo foi definir qual material seria coletado: a decisão pelos jornais citados se deu porque estes são os veículos de maior circulação nas capitais paulista e baiana.

E seguida, foi instituir o recorte temporal da coleta dos dados: as coletas foram realizadas nas plataformas *online* dos jornais *Folha de S. Paulo (Folha Online)* e *Correio (Correio 24h)*, no recorte temporal entre maio de 2020 e março de 2021, período que engloba os dois primeiros picos<sup>118</sup> da covid-19 no Brasil. As palavras utilizadas para as coletas foram “morador de rua”, “moradora de rua”, “moradores de rua”, “moradoras de rua” e “situação de rua”. Apesar de “mendigo” e “sem-teto” serem termos que muitas vezes remetem às pessoas em situação de rua, eles não foram utilizados como palavras-chaves, pois, como discutido na seção 3, são problemáticas diferentes da situação de rua. Entretanto, as notícias que surgiram com esses termos relacionados às palavras-chaves escolhidas não foram descartadas, e sim contabilizadas.

No jornal *Correio*, foram encontradas 36 notícias, entre maio de 2020 e março de 2021. Ao realizar a coleta nesse jornal, notou-se que o guia de pesquisa é mais amplo e sem filtros de busca. A notícia é apresentada com uma imagem e título, o que, muitas vezes, não deixa claro

---

<sup>117</sup> Informações registradas em *site* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC, 2009b).

<sup>118</sup> Pico refere-se a um ponto mais alto. Em referência à covid-19, os picos eram demarcados pelo alto quantitativo de mortes em um determinado período. Informações registradas em *site* do Poder360 (Pico [...], 2021).

se a notícia realmente era sobre a situação de rua ou estava relacionada a uma rua específica da capital baiana.

No jornal *Folha de S. Paulo*, foram encontradas 292 notícias, entre maio de 2020 e março de 2021. Ao realizar a coleta nesse jornal, observou-se que os guias de buscas são mais específicos, nos quais as pessoas podem escolher o período (todo o período, últimas 24 horas, última semana, último mês, último ano e personalizado) e a seção (tudo na *Folha*, editoriais, edição impressa, *blogs*, *Agora*, *Datafolha*, livreria da *Folha* e especiais). No caso desta pesquisa, foi utilizada a opção “todo o período” e “tudo na *Folha*” por serem mais amplas. As notícias são apresentadas por imagem, título, o tipo de seção e um trecho da notícia que destaca a palavra utilizada na busca de dados.

No jornal *Correio*, a troca das palavras-chaves não altera muito no quantitativo das notícias, porém no jornal *Folha de S. Paulo* verificou-se um aumento significativo ao utilizar a palavra mais adequada, que é “situação de rua”, principalmente, quando as notícias estavam ligadas a algo governamental ou de auxílio a essa população. Um outro diferencial da *Folha* é o quantitativo de notícias publicadas em relação ao *Correio* – uma diferença de 256 notícias.

Após a coleta de dados, foi realizada, inicialmente, uma macro classificação dos dados. A coleta foi composta por notícias no recorte temporal escolhido e que estivessem relacionadas às ações ou políticas públicas para pessoas em situação de rua. Vale ressaltar que foram coletadas todas as notícias que apareceram, mesmo aquelas que não estavam especificamente tratando das capitais estudadas. Dessa forma, foram gerados alguns gráficos, como os Gráficos 8 e 9, a seguir.

Gráfico 8 – Classificação macro das notícias do jornal *Folha de S. Paulo*



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9 – Classificação macro das notícias do jornal *Correio*

Fonte: elaboração própria.

Com 59%, na *Folha de S. Paulo*, estão as notícias classificadas como Outras, que é a junção de: agente da ação, direitos, morte por causas naturais, notícias externas, preconceito, produção artística, superação e violência. No jornal *Correio*, equivale a 42% das notícias nas classificações: assistência jurídica/direitos, drogas, estatísticas, notícias sobre São Paulo e violência. As junções dessas classificações foram realizadas porque esses temas não fazem parte do objetivo da pesquisa e, por isso, não serão discutidos detalhadamente nas classificações micro. Entretanto, vale ressaltar a diferença da diversidade de temas referentes aos dois jornais. Na *Folha de S. Paulo*, observam-se notícias em que o cidadão e a cidadã em situação de rua têm um certo protagonismo: um exemplo é ser agente da ação, em que eles cobram o prefeito de São Paulo por melhorias nas políticas públicas, principalmente aquelas associadas ao frio.

No jornal *Folha de S. Paulo*, as notícias sobre covid-19 e Políticas Públicas totalizam 21%. No *Correio*, são 44% das notícias acerca desses temas, sendo que essas políticas estavam totalmente ligadas a ações para reduzir o impacto da covid-19. Essas ações serão discutidas nos gráficos das classificações micro<sup>119</sup>. Quanto às Ações Sociais, verifica-se que 11% das notícias da *Folha de S. Paulo* são dessa classificação. No *Correio*, essas notícias totalizam 14%, sendo que algumas estavam relacionadas tanto às ações para suavizar o impacto da covid-19 quanto a campanhas de arrecadação de alimentos e roupas, já existentes no estado da Bahia.

Outras classificações a serem discutidas na lista das classificações micro são de Estatísticas, de Frio e de Higienização, que totalizam 9% das notícias do jornal *Folha de S. Paulo*. Estas estão em conjunto porque não fazem parte do objetivo da pesquisa, porém as discussões desses dados são importantes porque apresentam o aumento da problemática, a

<sup>119</sup> Cf. subseção 4.4.1.

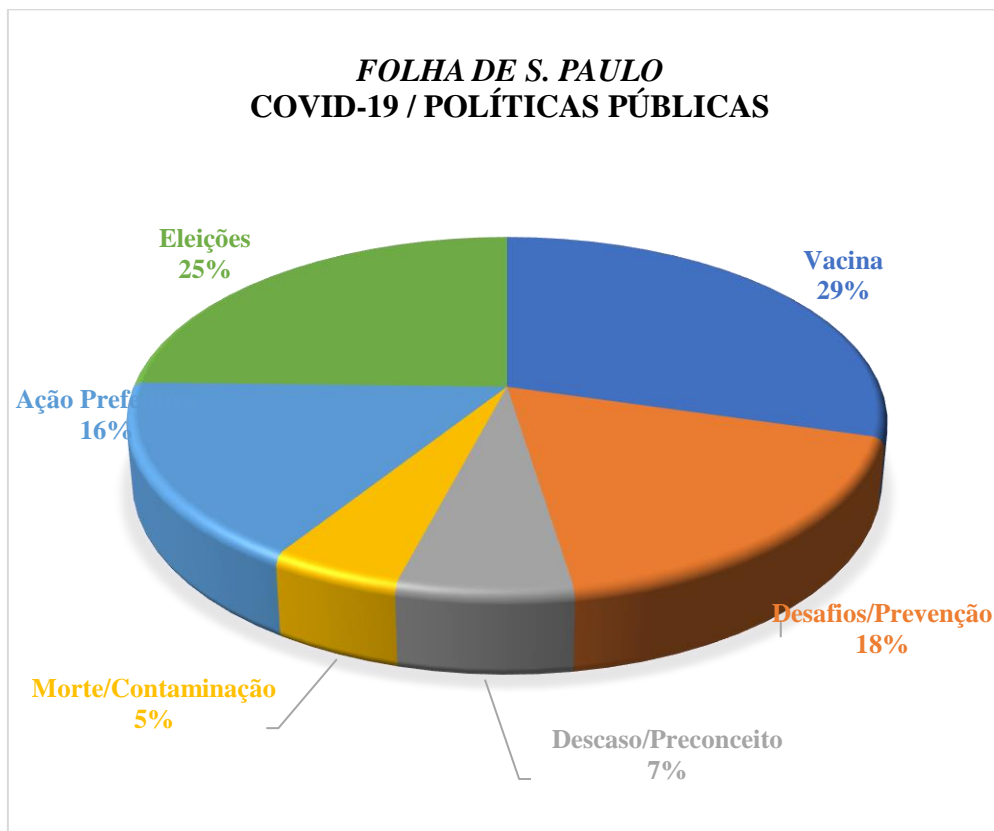
preocupação quanto ao frio e as retiradas de lugares públicos, como praças. Ao destacar esses pontos, os jornais lançam luz a pontos importantes sobre a problemática, principalmente durante os períodos mais críticos da pandemia.

No jornal *Correio*, a classificação Estatística aparece dentro da classificação Outras, o que ocorreu porque não houve um quantitativo significativo de notícias associadas ao aumento da problemática. Na subseção a seguir, serão expostas e discutidas as classificações micro que são focalizadas nos pontos referentes ao objetivo da pesquisa.

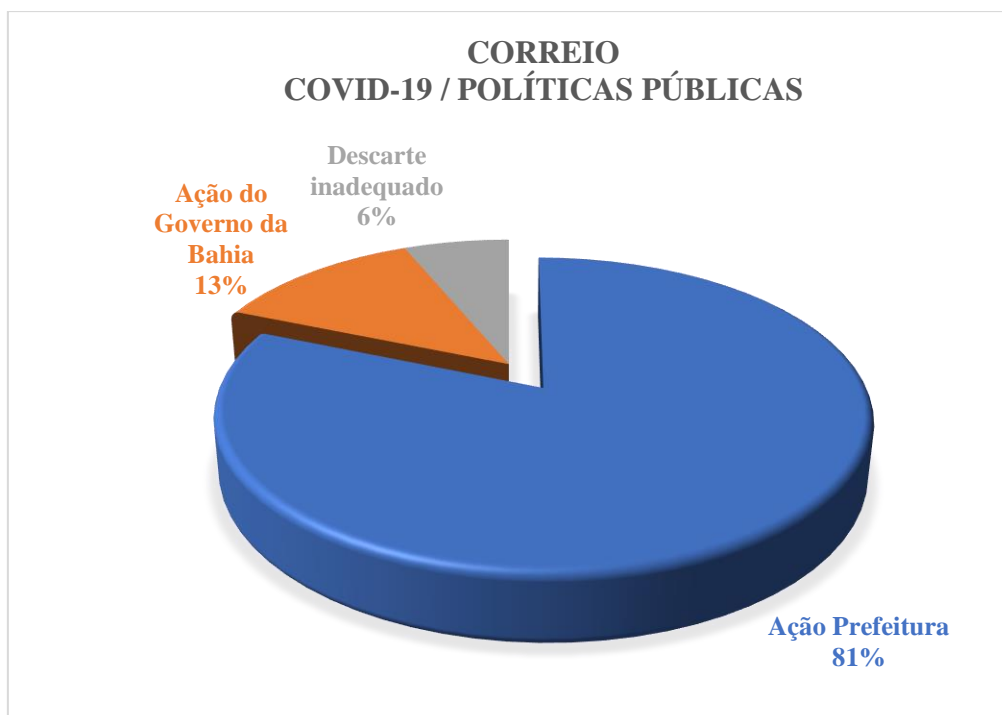
#### 4.4.1 Dados coletados: classificação micro e o *corpus* da pesquisa

A partir deste momento serão discutidas as classificações micro das classificações macro: Covid-19 / Políticas Públicas e Ações Sociais; como também as classificações micro de: Estatísticas, Frio e Higienização, do jornal *Folha de S. Paulo*, conforme Gráficos de 10 a 16, a seguir.

Gráfico 10 – Classificação micro das notícias relacionadas à covid-19 da *Folha de S. Paulo*



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 11 – Classificação micro das notícias relacionadas à covid-19 no *Correio*

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, nos Gráficos 10 e 11, sobre Covid-19 e Políticas Públicas, a diversidade entre as classificações micro de cada jornal. Enquanto na *Folha de S. Paulo* existem seis temas (vacina, desafios/prevenção, descaso/preconceito, morte/contaminação, ação da prefeitura e eleições), no *Correio* notam-se somente três temas (ação da prefeitura, ação do governo da Bahia e descarte inadequado).

Há dois pontos que podem ter relação com essa disparidade: o primeiro é o quantitativo de notícias, pois a *Folha de S. Paulo* tem 256 notícias a mais que o *Correio*, o que reflete no segundo, que é a abrangência do jornal quanto à sua visibilidade, visto que, de um lado tem a *Folha de S. Paulo*, um jornal que vai além dos limites da cidade de São Paulo, e do outro lado tem o *Correio*, que tem uma visibilidade menor, cujos consumidores estão mais concentrados dentro da capital baiana.

Um ponto a ser destacado no Gráfico 11 é a disparidade das notícias referentes às ações realizadas pelo governo da Bahia e a prefeitura de Salvador, sendo que 81% das notícias sobre Covid-19 e Políticas Públicas são sobre ações da prefeitura, e somente 13% são notícias sobre ações do governo da Bahia. O prefeito, na época, era Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto (ACM Neto), neto do criador do jornal, ou seja, um dos herdeiros do grupo empresarial. ACM Neto é irmão de Renata de Magalhães Correia, diretora do jornal, e seu pai, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior faz parte do Conselho de Administração. Esses pontos

remetem ao início da criação do jornal, que era “mais voltado para o cunho político”. Desse modo, pode-se supor que o jornal ainda carrega uma ligação política em suas notícias, o que justificaria a diferença entre os percentuais, além de que o governo da Bahia é de oposição política à família ACM e essa disparidade pode demonstrar uma relação de poder que o jornal exerce sobre os(as) cidadãos(ãs) soteropolitanos(as). Assim, é possível notar o que Fairclough (2015) expõe sobre a distinção entre o “poder” no discurso e o “poder por trás” do discurso, em que o primeiro é exercer o poder e o segundo é o poder de formar e moldar ordens de discursos<sup>120</sup>.

Verifica-se também uma discrepância entre as ações da prefeitura quanto às notícias da *Folha de S. Paulo* e do *Correio*: enquanto no *Correio* 81% das notícias estão relacionadas às ações realizadas pela prefeitura (entrega de unidade de acolhimento, restaurante popular e até o auxílio Salvador por Todos), na *Folha* somente 16% das notícias estavam associadas às ações realizadas pela prefeitura (instalação de máquinas de lavar roupa no centro de São Paulo, reforço em programas para alimentação e assistência social, distribuições de marmitas e até uma proposta de construção de um prédio para moradia social).

Outro ponto que está ligado aos atos governamentais, de caráter do governo do estado de São Paulo é a classificação micro denominada Vacinas<sup>121</sup>. Nesta, as notícias estavam relacionadas, na maioria das vezes, com os calendários vacinais amplos, sendo que das 18 notícias sobre o tema somente três realmente eram sobre calendários específicos para cidadãos e cidadãs em situação de rua. No *Correio*, 13% das notícias estavam associadas diretamente com ações do governo da Bahia: um exemplo foi o benefício de R\$ 500 para as pessoas de baixa renda que estivessem infectadas pelo vírus, para que estas pessoas ficassem em casa.

No jornal *Folha de S. Paulo*, 25% das notícias referem-se às eleições municipais no Brasil no ano de 2020. Observou-se que em muitas das notícias coletadas os temas principais eram sobre falas dos candidatos nos debates políticos, seja com proposta de governo ou para criticar o governo que em vigência. Nas críticas ao governo, figuravam candidatos de partidos como Patriota, Republicanos e Social Liberal, cujas falas carregavam estigmas relacionados às pessoas em situação de rua. Falas como “candidato Felipe Sabará só tem uma pauta, morador de rua” (Linhares, 2020) e “criar um programa para que moradores de rua sejam colocados para trabalhar na zeladoria da cidade, que envolve atividades como varrição e conservação de jardins”

---

<sup>120</sup> Cf. subseção 2.1.1.

<sup>121</sup> Vale ressaltar que o tema da vacina, fora do contexto da situação de rua, foi marcado pela polarização política no Brasil, em que, segundo Fleury e Fava (2022), transformou o federalismo de cooperação para um federalismo de confrontação, entre o Presidente da República e Governadores.

(Zanini, 2020) demonstram como a problemática da situação de rua é utilizada como instrumentos de forma de opressão, uma vez que na primeira fala é minimizada a pauta de um candidato por ser sobre situação de rua e na segunda fala fica implícito de que as pessoas em situação de rua devem trabalhar com serviços braçais.

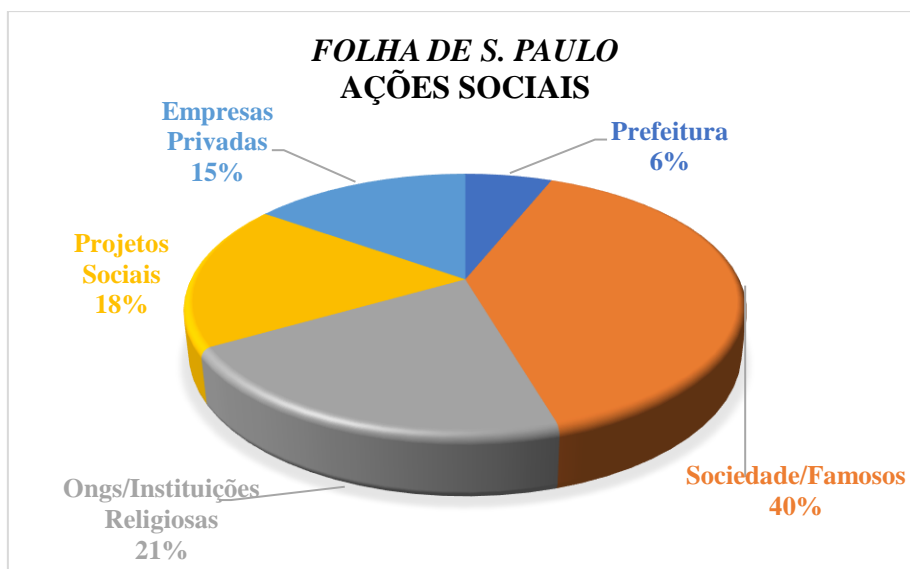
Ainda sobre a *Folha de S. Paulo*, percebe-se que 18% das notícias referem-se aos Desafios relativos à dificuldade em vacinar os idosos em situação de rua e também às formas de prevenção das pessoas em situação de rua contra a covid-19.

No jornal *Folha de S. Paulo*, 7% das notícias relacionam-se ao Descaso e ao Preconceito. Um exemplo de Descaso é uma notícia que narra a história de um cidadão em situação de rua que utilizava a frente do estádio do Pacaembu como local de abrigo – à época, o estádio foi utilizado como um dos Hospitais de Campanha na cidade de São Paulo. O jornal *Correio* não recebeu esta classificação micro, mas a classificação Descarte inadequado (máscaras e luvas) com 6% das notícias, se aproxima da micro Descaso. Para finalizar o gráfico, pode-se observar, na *Folha de S. Paulo*, o percentual de 5% das notícias associadas à Morte e Contaminação relativas à covid-19. Esse percentual é importante, mesmo que pequeno, porque a publicação dessas notícias contrapõe algumas *fake news* acerca da problemática. Como citado na introdução, uma das *fake news* é de que pessoas em situação de rua são resistentes a covid-19, entretanto a população em situação de rua é considerada nos grupos prioritários, pois suas condições de vida apresentam alto risco de contágio<sup>122</sup>.

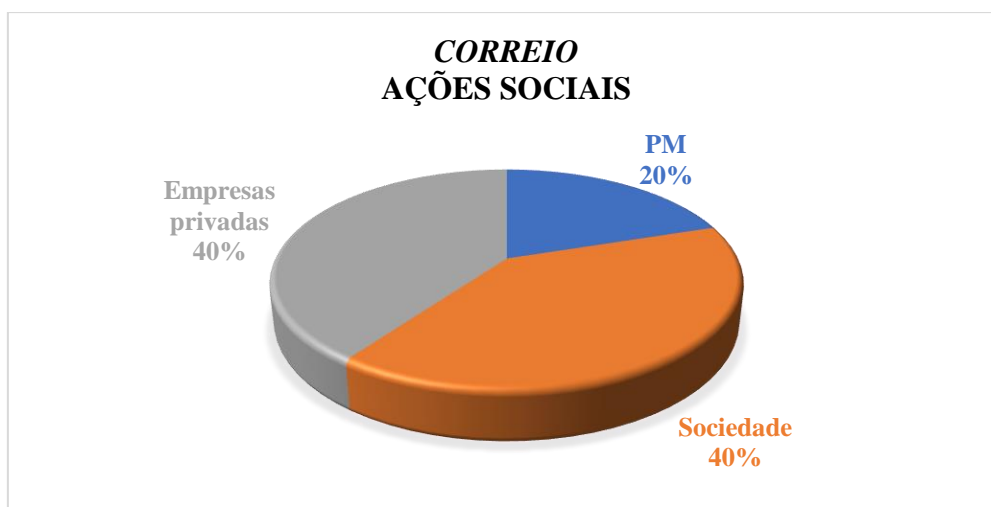
A seguir serão analisadas, nos Gráficos 12 e 13, como foi a divisão micro da classificação macro Ações Sociais, em cada jornal.

---

<sup>122</sup> Cf. subseção 3.3.2.

Gráfico 12 – Classificação micro das notícias relacionadas às Ações Sociais da *Folha de S. Paulo*

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 13 – Classificação micro das notícias relacionadas às Ações Sociais do *Correio*

Fonte: elaboração própria.

Conforme observa-se nos Gráficos 12 e 13, 40% das notícias são sobre Ações Sociais relacionadas à sociedade e/ou famosos; estas, normalmente, eram doações de comidas e roupas, ou seja, mais voltadas para ações assistenciais. Também com 40%, no *Correio*, são as ações realizadas por empresas privadas; na *Folha de S. Paulo*, somente 15% das notícias são relativas às ações do segmento privado. Com 21%, na *Folha de S. Paulo*, são notícias sobre as ações realizadas pelos Projetos Sociais, e com 18% as ações referentes às ONGs e instituições religiosas. Com 20%, no *Correio*, são notícias acerca das ações feitas pela Polícia Militar

(PM)<sup>123</sup>. Na *Folha*, somente 6% das ações foram realizadas pela prefeitura, como campanhas de doações.

Um fato interessante a ser destacado, no jornal *Correio*, é que todas as notícias relacionadas às Ações Sociais foram encontradas somente durante o ano de 2020, sendo que, nos três primeiros meses de 2021 (no período do recorte temporal da pesquisa), só houve notícias quanto à covid-19 e políticas públicas. Na *Folha de S. Paulo*, durante os três primeiros meses de 2021, foram encontradas notícias sobre Ações Sociais, porém o percentual maior dessas notícias foi em 2020. Outro ponto a ser destacado é que no jornal *Correio* existe a ausência de notícias sobre ações realizadas por ONGs e instituições religiosas, entretanto existe um foco grande em relação às ações dos setores privados e sociedade.

No Gráfico 14 serão analisadas as classificações Estatística, Frio e Higienização. Como citado<sup>124</sup>, estas têm uma certa relação com o objetivo da pesquisa, visto que falam do aumento da problemática na cidade de São Paulo, de retiradas e estruturas “antimendigos” (problema sério e comum dentro da capital paulista) e dados sobre o frio (questão de preocupação que com a pandemia foi agravada).

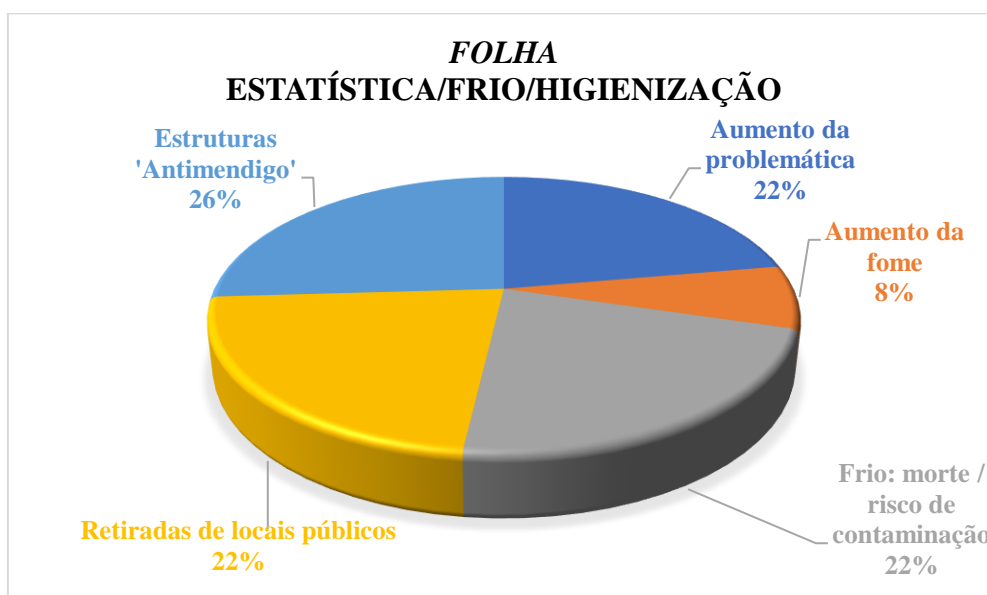
De acordo com o Gráfico 14, os pontos mais discutidos dentro das classificações micro pertencem à Higienização, com as estruturas “antimendigos” e retiradas de locais públicos. Dessa forma, observa-se que quase 50% das notícias estão relacionadas à exclusão social das pessoas que estão em situação de rua: um exemplo comum na capital paulista são as constantes retiradas de pessoas em situação de rua dos viadutos e também dos espaços denominados de Cracolândia, onde constantemente ocorrem “dispersões”, mas as pessoas retornam ou mudam para um local próximo – locais pertencentes à região central de São Paulo –, assim as ações retiram das vistas o que não agrada, mas, no final, a problemática não é resolvida.

---

<sup>123</sup> Essa ação da PM é a “Campanha de Arrecadação de Agasalhos”, que acontece todos os anos, na Bahia e em outros estados no período do inverno, a fim de arrecadar roupas, sapatos e cobertores tanto para pessoas em situação de rua quanto para pessoas em vulnerabilidade social. Informações retiradas nos *sites* do Portal Oficial do Governo da Bahia (Unidades [...], 2022) e da *Folha de S. Paulo* (Caseff, 2021b).

<sup>124</sup> Cf. seção 4.4.

Gráfico 14 – Classificação micro das notícias relacionadas à Estatística, Frio e Higienização da *Folha de S. Paulo*



Fonte: elaboração própria.

Em segundo lugar, há a micro Estatística, composta pelos temas aumento do número de pessoas em situação de rua e da fome, com o total de 30% das notícias. Apesar de a fome e a situação de rua estarem interligadas nas notícias coletadas, esses temas têm características diferentes. As notícias sobre o aumento do número de pessoas em situação de rua são específicas da problemática, e são relativas à perda de emprego formal ou informal, e as notícias do aumento da fome são mais amplas, referentes ao problema da fome dentro do Brasil, que piorou com a pandemia, levando o Brasil de volta ao Mapa da Fome<sup>125</sup> em 2022<sup>126</sup>.

Por fim, há a micro Frio, composta pelos temas morte por frio e risco de contaminação, com 22% das notícias. Como já citado<sup>127</sup>, o frio é um ponto de preocupação na cidade de São Paulo, pois as baixas temperaturas normalmente resultam em mortes na capital paulista. Na pandemia, essa preocupação aumentou, uma vez que a problemática cresceu (com presença forte de famílias) e, com o frio, as pessoas começaram a aglomerar-se, ampliando-se o risco de contaminação<sup>128</sup>.

<sup>125</sup> O Mapa da Fome é um mecanismo utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como forma de avaliar e monitorar a segurança alimentar global. Um País entra no Mapa quando 2,5% de sua população não tem comida na mesa. Informações retiradas no *site* da organização internacional Actionaid (Morett, 2023).

<sup>126</sup> O Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014, porém em 2015 voltava ao cenário. A partir da pandemia de covid-19, a situação se agravou e, em 2022, foi constatado que 58,7% da população brasileira estava convivendo com a insegurança alimentar no país. Informações retiradas do *site* do Senado (Guedes, 2022).

<sup>127</sup> Cf. seções 3.3 e 4.4.

<sup>128</sup> Informações retiradas em *site* da *Folha de S. Paulo* (Sant'Anna; Bergamo, 2020).

Após as classificações macro e micro de cada jornal e da análise destas, foram escolhidas as notícias para o *corpus*, composto por seis: três da *Folha de S. Paulo* e do *Correio*. Os critérios para a escolha das notícias foram: estar no recorte temporal de maio de 2020 a março de 2021; ter como foco ações e políticas públicas para as pessoas em situação de rua; essas ações ou políticas serem similares nos dois jornais; ser notícia específica de cada capital.

Dessa forma, as notícias selecionadas da *Folha de S. Paulo* são: *Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP* (Henrique, 2020), *Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua* (Cardoso, 2020), *Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir álcool em gel em frascos menores para dar a semente* (Caseff, 2021a). As notícias do *Correio* são: *Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade* (Dias, 2020), *Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua* (Redação, 2020) e *Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua* (Redação, 2021).

Nesta seção, discutiram-se: a importância do trabalho conjunto entre as pesquisas qualitativa e quantitativa; a perspectiva “metodológica” da ADC que Fairclough (2016) apresenta; como ocorre a construção de notícias e os mecanismos utilizados pelos jornais. Também foram apresentados os jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio*, o passo a passo para a coleta de dados e seleção das notícias. Na seção a seguir, serão analisadas as notícias selecionadas.

## 5 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Nesta seção, serão realizadas as análises das seis notícias selecionadas, três do jornal *Folha de S. Paulo* e três do jornal *Correio*. A seção é dividida em três partes. As duas primeiras partes serão das análises separadas de cada jornal e, na terceira, serão realizadas considerações sobre as representações discursivas nos dois jornais, a partir das análises.

### 5.1 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

No Quadro 4, a seguir, estão dispostas as notícias selecionadas no jornal *Folha de S. Paulo*<sup>129</sup>, as quais relatam ações de políticas públicas realizadas em prol de pessoas em situação de rua no recorte temporal de maio de 2020 a março de 2021. O quadro é composto: pela sigla de identificação, para auxiliar nas discussões; pelo título da notícia; pela autoria da notícia; e pela data de publicação, conforme ordem cronológica da publicação.

Quadro 4 – Notícias selecionadas da *Folha de S. Paulo*

<b>Sigla identificação</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Data de publicação</b>
FSPN01	Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP	Alfredo Henrique	14/05/2020
FSPN02	Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua	William Cardoso	05/08/2020
FSPN03	Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto	Gabriela Caseff	18/03/2021

Fonte: autoria própria em formato do quadro adaptado de Souza (2022, p. 99-100).

De acordo com Bessa (2009), o título tem sua importância em qualquer texto, pois é a partir dele que o leitor ou leitora vai despertar o interesse em ler ou não a notícia. Segundo Souza (2022), os títulos das notícias apresentam uma parte da visão de mundo representada pelo jornal. Ao observar os títulos das notícias FSPN01, FSPN02 e FSPN03, percebem-se discursos de cuidado pessoal (máquinas de lavar roupa), higienista (passa o rapa e leva pertences) e de saúde pública (dividir álcool em gel).

Observa-se também a utilização, nos três títulos, dos termos estigmatizadores “morador de rua” e “sem-teto”, podendo-se notar, dessa forma, uma pequena representação de aspecto do mundo construída a partir dos títulos das notícias, inicialmente, com estigmas. Para confirmar

<sup>129</sup> Os critérios e outros detalhamentos constam na Seção 4 – de Metodologia.

se essas representações estigmatizadas continuam dentro do texto, será realizada uma análise de cada notícia, separadamente. Para tal, serão utilizados recursos que não estão presentes no texto original: sublinhado para destacar as representações de agente sociais; *itálico* para as marcas de interdiscursividade; e **negrito** para indicar as marcas intertextuais.

### **5.1.1 Análise da notícia 1: Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP**

A notícia 1 (FSPN01 – Anexo A) trata de instalações de máquinas de lavar roupa, banheiros e chuveiros para auxiliar as pessoas em situação de rua na higiene pessoal. O texto é dividido em cinco partes: a primeira apresenta o projeto Ação Vidas<sup>130</sup>, seus administradores e a experiência de dois cidadãos em situação de rua; a segunda mostra mais duas experiências (de um cidadão e uma cidadã em situação de rua); a terceira parte explica o funcionamento das máquinas de lavar; a quarta traz um quantitativo de atendidos pelo projeto; e a quinta apresenta os tipos de serviços prestados, bem como detalhes de funcionamento dos serviços.

A primeira parte é composta por seis parágrafos. Os dois primeiros versam sobre o projeto e quem são seus organizadores. Notam-se quatro representações de agentes sociais presentes nesses parágrafos, conforme trecho 01 a seguir:

Trecho 01 – Desde o final de abril, a prefeitura de São Paulo, gestão Bruno Covas (PSDB), instalou chuveiros, privadas e máquinas de lavar roupas, por meio da Ação Vidas, nas regiões da Sé e da República, no centro da capital, para pessoas em situação de rua (FSPN01, p. 1, 1º§).

Observa-se que, no trecho 01, ocorre duas formas de representação social: de genericização “prefeitura de São Paulo” e “pessoas em situação de rua”; e de funcionalização “gestão Bruno Covas”, em que o agente é representado por sua ocupação ou função (van Leeuwen, 1997). Quanto às pessoas em situação de rua, nota-se que a genericização, nesse caso, não prejudica socialmente a população em situação de rua, pois trata-se de um grupo específico que está sendo beneficiado pela ação; entretanto, percebe-se uma ênfase referente ao prefeito, responsável pela ação, o que demonstra uma relação de poder.

---

<sup>130</sup> O projeto Ação Vidas no Centro foi criado em abril de 2020 pelas Secretarias Municipais de Turismo e de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo com o objetivo de minimizar o impacto da covid-19 na população em situação de rua e visa proporcionar condições básicas para realizar higiene pessoal. Informações retiradas em *site* da prefeitura de São Paulo (Prefeitura [...], 2020).

Do terceiro ao sexto parágrafos ocorre a representação social de dois agentes em situação de rua “Vanderlei Gino” e “homem sem identificação”, conforme trechos 02, 03 e 04, a seguir:

Trecho 02 – O administrador de empresa Vanderlei Gino, que se mudou do Rio Grande do Sul para São Paulo após **“perder tudo”** [...] (FSPN01, p. 1, 3º§).

Trecho 03 – **Ele afirmou que, por estar temporariamente em situação de rua, sentiu na pele, literalmente, a dificuldade de manter a rotina de higiene. “A lavanderia [da prefeitura] ajuda ao menos para que eu tenha o mínimo de dignidade, já que estou na rua”, desabafou.** (FSPN01, p. 1, 4º§).

Trecho 04 – Um outro morador de rua, pernambucano de 35 anos, **diz que, por causa do uso constante que faz de crack, acaba tendo mais dificuldades em manter a higiene. “Antes [da instalação da Ação Vidas], eu acabava sujando minha roupa. Nenhum comerciante deixa a gente usar os banheiros, quando a coisa aperta”** (FSPN01, p. 1, 5º§).

Vê-se nos trechos 02 e 04 que ocorre uma diferenciação na representação social dos dois agentes em situação de rua, sendo que um agente é nomeado (van Leeuwen, 1997) “Vanderlei Gino” e especificado (van Leeuwen, 1997) “administrador” e o outro agente é identificado só por seu local de origem. Uma das hipóteses da falta de identificação do agente do trecho 04 é que pode ter ocorrido porque ele é usuário de substâncias psicoativas; dessa maneira, pode ter sido uma forma de preservar a identidade do agente. A escolha lexical “morador de rua” será discutida mais à frente.

Percebe-se que, apesar de ter havido uma diferenciação na representação social de cada agente, os dois tiveram voz na notícia, por meio de relato direto e indireto, sendo que, no relato direto do agente nomeado, foram utilizadas as marcas intertextuais “afirmou”, “desabafou” e, no relato direto do agente sem identificação, foram utilizadas as marcas intertextuais “diz” e aspas (“”). Observa-se ainda que Vanderlei se sente inferior por sua condição, por estar em situação de rua. Assim, nota-se uma relação de poder, por meio da intertextualidade “mínimo de dignidade, já que estou na rua”, no trecho 03, que facilita sustentar as relações de dominação (Fairclough, 2016)<sup>131</sup>.

Outra representação social, no trecho 04, é um agente do setor privado “comerciante”, presente no relato direto do agente em situação de rua que foi classificado (Fairclough, 2003). Nesse relato, percebe-se uma relação de dominação em que as pessoas em situação são excluídas e, muitas vezes, definidas como perigosas ou sujas, ao ponto de ser negado o uso do

---

<sup>131</sup> Cf. seção 2.

sanitário. De acordo com a pesquisa de 2020 (São Paulo, 2020a), é comum as pessoas em situação de rua serem impedidas de entrar em bares, lanchonetes, restaurantes, *shoppings*, transportes coletivos (trem, metrô, ônibus), bancos, órgãos públicos, áreas culturais, serviços de saúde e de assistência social, dentre outros estabelecimentos.

Pesquisas como a de Bessa (2009) e de Ramalho (2020) apresentam como esse preconceito é comum quanto à situação de rua. Em Bessa (2009, p. 191) é possível observar que, “[...] uma das principais dificuldades que a pessoa em situação de rua tem é o preconceito que os demais membros da sociedade podem ter contra ela, de que pode ser perigosa, violenta”. E Ramalho (2020, p. 10) destaca que “[...] os discursos que circulam socialmente retomam a sensação de insegurança das grandes cidades e frequentemente representam-nas como atores sociais potencialmente perigosos”. Isso pode ser observado em relação aos dados da pesquisa de 2020 (São Paulo, 2020a), em que é exposta a dificuldade das pessoas em situação de rua em São Paulo ter acesso aos setores públicos, principalmente, no que diz respeito à assistência social e saúde, duas áreas importantes no auxílio a essa população.

A segunda parte da FSPN01, intitulada *Uma preocupação a menos*, que é composta por quatro parágrafos (7º ao 10º), que apresentam três agentes em situação de rua que são atendidos por serviços da prefeitura. As representações de agentes sociais presentes nesses parágrafos são de três pessoas em situação de rua e de pessoas pertencentes a uma entidade religiosa, conforme trechos 05 e 06, a seguir:

Trecho 05 – Almoçando *uma marmita que ganhou de freis franciscanos*, Flavio Menezes, 42, aguardava para lavar nove peças de roupa [...] (FSPN01, p. 2, 7º§).

Trecho 06 – Samara Paula, 29 anos, vive há cerca de dois meses em situação de rua, junto com o companheiro. (FSPN01, p. 1, 5º§).

Verifica-se, no trecho 05, a representação de uma entidade religiosa “freis franciscanos”, por meio da genericização (van Leeuwen, 1997). Outro ponto nessa representação é o discurso da caridade que se evidencia no registro da ajuda dos freis “almoçando uma marmita que ganhou de freis franciscanos”, o que remete a uma relação com o sagrado (Rodrigues *et al.*, 2020)<sup>132</sup>. Ainda no trecho 05, outro agente representado é o cidadão em situação de rua “Flávio Menezes”, que foi nomeado (van Leeuwen, 1997). No trecho 06, nota-se a representação por nomeação da cidadã em situação de rua “Samara Paula” e, por identificação relacional

---

<sup>132</sup> Cf. subseção 3.1.1.

“companheiro”, que é quando o agente é representado pela relação pessoal, seja de parentes ou de trabalho (van Leeuwen, 1997).

Como na primeira parte da notícia, os agentes em situação de rua foram os únicos que tiveram voz, conforme trechos 07 a 09, a seguir:

**Trecho 07 – Vivendo em situação de rua há cerca de três anos, segundo ele por causa de problemas familiares, Menezes afirmou ser a segunda vez que usa a lavanderia do projeto do governo [...]. (FSPN01, p. 2, 8º§).**

**Trecho 08 – “É só chegar cedo que dá para garantir a lavagem da roupa. Antes dessas lavanderias, eu precisava improvisar, quando dava, lavando minhas roupas em torneiras [...] Agora [com as lavanderias] tenho uma preocupação a menos”, afirmou. (FSPN01, p. 2, 9º§).**

**Trecho 09 – Ela [Samara Paula] afirmou que a Ação Vidas mudou sua dura rotina de tentar manter e higiene. “Essa iniciativa deveria ser mantida, depois do fim da pandemia do coronavírus”, sugeriu (FSPN01, p. 2, 10º§).**

Observa-se no relato indireto de Flávio, trecho 07, que o agente expõe o motivo de estar em situação de rua e quantas vezes já utilizou o projeto. No trecho 08, relato direto de Flávio, sua voz dá uma avaliação positiva à ação da prefeitura “Agora [com as lavanderias] tenho uma preocupação a menos”. Essa avaliação positiva continua na voz de Samara Paula, por meio do relato indireto; entretanto, no relato direto da cidadã em situação de rua, percebe-se um contraponto à ação, evidenciando que a política pública em questão deve ser contínua: “Essa iniciativa deveria ser mantida, depois do fim da pandemia do coronavírus”. Além desse relato, outras partes da notícia mostram que algumas políticas públicas não estão sendo efetivas, principalmente, em relação à higiene pessoal, como se pode verificar nos trechos 10 e 11:

**Trecho 10 – [...] após “perder tudo”, há cerca de dois meses, lavou sua roupa pela primeira vez (FSPN01, p. 1, 3º§).**

**Trecho 11 – Antes dessas lavanderias, eu precisava improvisar, quando dava, lavando minhas roupas em torneiras. Mas na maioria das vezes, acabava usando a roupa uma semana [sem lavar] até jogar fora [...] (FSPN01, p. 2, 10º§).**

É possível observar no discurso de saúde pública, nos trechos 10 e 11, um problema nas políticas públicas relacionado com a higiene pessoal, em que os agentes passam “dois meses sem lavar roupa” ou é necessário jogar as roupas fora porque usavam “a roupa uma semana sem lavar”, o que fere o direito à saúde e ao bem-estar, garantidos pela Constituição Federal.

A terceira parte da FSPN01, intitulada *Máquinas higienizadas*, mostra como funciona a higienização das máquinas de lavar usadas pelas pessoas em situação de rua. Os agentes

representados são as pessoas em situação de rua e os funcionários da prefeitura – ambos representados por meio da genericização (van Leeuwen, 1997). A única voz presente nessa parte foi a do jornal.

Na quarta parte, *Quase 140 mil atendimentos*, é exposto o quantitativo de cidadãos e cidadãs em situação de rua que foram beneficiados pela Ação Vidas. Os agentes representados nessa parte da notícia foram: o prefeito e as pessoas em situação de rua, conforme trechos 12 e 13, a seguir:

Trecho 12 – “A gestão Covas afirmou ter realizado 137.554 atendimentos a pessoas em situação de rua, tanto para o uso de banheiros como das lavanderias, na região central da cidade (FSPN01, p. 3, 14º§).

Trecho 13 – **De acordo com a pesquisa censitária da população em situação de rua realizada 2019, haviam 24.344 pessoas nesta condição em São Paulo, sendo a maioria no centro, onde residem e circulam ao menos 11.048 delas** (FSPN01, p. 3, 16º§).

Nos trechos apresentados, observa-se a representação do prefeito, por meio da funcionalização (van Leeuwen, 1997) “gestão Covas” e a representação das pessoas em situação de rua, mediante a agregação “137.554 atendimentos”, “havia 24.244 pessoas”, “ao menos 11.048 delas”. A agregação é a quantificação de grupos de agentes sociais, que são tratados como “dados estatísticos [...]” (van Leeuwen, 1997, p. 195). Ao analisar a terceira e quarta partes, pode-se notar que os agentes em situação de rua não tiveram uma representação ativa nessas partes da notícia. Observa-se também que a prefeitura tem uma representação ativa e com relatos indiretos “a gestão Covas afirmou”, “segundo o município”. A quinta parte da notícia, intitulada *Serviço*, apresenta os locais onde há os serviços de banho e sanitários, bem como os horários.

Em relação às escolhas lexicais, observa-se a utilização de termos estigmatizadores e termos adequados, conforme Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Escolhas lexicais na notícia “Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP”

Escolhas Lexicais	Termo Estigmatizador Termo Adequado	Ocorrências
Moradores de rua	Estigmatizador	2
Pessoas em situação de rua	Adequado	3
População em situação de rua	Adequado	1
Situação de rua	Adequado	4

Fonte: elaboração própria.

Observa-se, no Quadro 5, um quantitativo maior de termos adequados do que de termos estigmatizadores, o que é um avanço, pois, de acordo Fairclough (2001), as palavras têm significados e suas escolhas têm uma certa intencionalidade. Dessa forma, pode-se inferir que a escolha de usar “morador de rua”, no título, foi uma forma de chamar a atenção do leitor, na medida em que o título “[...] tem importância fundamental em qualquer texto, é sobre ele que o/a leitor/a lança seu olhar primeiro, é ele que tem que ser o chamariz mais forte, caso contrário, nem o lide será lido” (Bessa, 2009, p. 153). Porém, ao observar a segunda ocorrência na utilização de “morador de rua”, nota-se uma diferenciação nas escolhas lexicais entre os agentes em situação de rua, conforme trechos 14 a 17, a seguir:

Trecho 14 – **Ele** [Vanderlei Gino] **afirmou que**, por estar temporariamente em situação de rua [...] (FSPN01, p. 1, 4º§).

Trecho 15 – Um outro morador de rua, pernambucano de 35 anos, **diz que que, por causa do uso constante que faz de crack** [...] (FSPN01, p. 1, 5º§).

Trecho 16 – Vivendo em situação de rua há cerca de três anos, **segundo ele** [Flávio Menezes] **por causa de problemas familiares** [...] (FSPN01, p. 2, 8º§).

Trecho 17 – Samara Paula, 29 anos, vive há cerca de dois meses em situação de rua [...] (FSPN01, p. 2, 10º§).

Nos trechos 14, 16 e 17, os agentes em situação de rua são nomeados e ocorre a utilização do termo adequado “situação de rua” para definir a condição daqueles agentes. No trecho 15, percebe-se que não acontece a nomeação do agente, o que pode ser uma forma de preservar a identidade dele, por ser usuário de substâncias psicoativas, conforme comentário anterior sobre essa questão. Porém, ocorre a utilização do termo estigmatizador “morador de rua” em vez de “situação de rua”, que é utilizado com os demais agentes em situação de rua. Dessa forma, nota-se uma relação de poder na diferenciação dos agentes, pois o único agente com termo estigmatizador, que remete a uma condição fixa, é o cidadão que está vinculado ao uso substâncias psicoativas. Para Fairclough (2015), alguns discursos ajudam sustentar e reproduzir uma realidade social existente, isto é, eles são ideológicos<sup>133</sup>. Sendo assim, ao fazer essa diferenciação, o jornal propaga discursos que dificultam na transformação social, e conseqüentemente, transmite sua visão de mundo (Hernandes, 2021).

Percebe-se que, na FSPN01, os agentes em situação de rua tiveram uma representação ativa com voz por meio de relato direto e indireto, como também foram os únicos agentes nomeados e especificados, o que não é muito comum em jornais destinados à classe média alta.

---

<sup>133</sup> Cf. subseção 2.1.1.

Isso porque, normalmente, “[...] os agentes e especialistas governamentais tendem a ser referidos especificamente, e as ‘pessoas comuns’ genericamente [...]” (van Leeuwen, 1997, p. 191). Nota-se também que as vozes aparecem mais como parecer favorável ao projeto – “Agora [com as lavanderias] tenho uma preocupação a menos” – bem como apontam problemas relacionados à saúde pública – “há cerca de dois meses, lavou sua roupa pela primeira vez”.

Quanto às escolhas lexicais, como citado, são utilizados mais termos adequados “situação de rua” que termos estigmatizadores “morador de rua”, porém ocorre a diferenciação entre um cidadão em situação de rua (com problemas com substâncias psicoativas) e os outros cidadãos em situação de rua, o que facilita sustentar as relações de dominação (Fairclough, 2016). Sobre a interdiscursividade, é possível observar o discurso da caridade vinculada a presença da comunidade Franciscana presente na voz do jornal – “Almoçando uma marmita que ganhou de freis franciscanos” – como também o discurso de saúde pública, quando as pessoas em situação de rua demoram dias para ter acesso a higiene pessoal.

### 5.1.2 Análise da notícia 2: Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua

A notícia 2 (FSPN02 – Anexo B) aborda uma ação de zeladoria<sup>134</sup> realizada pela subprefeitura<sup>135</sup> de Santana no primeiro ano da pandemia da covid-19. Observa-se, pelo título, “passa o rapa<sup>136</sup> e leva pertences” e pelo lide “Ação em pleno inverno ocorre sob os trilhos do metrô [...]”, que o jornal demonstra ter um posicionamento contrário à ação, o que se pode notar, nos quatros primeiros parágrafos, da primeira parte da notícia, conforme trechos 18 a 21, a seguir:

Trecho 18 – *Colchões, barracas e alguns objetos destruídos por desgaste e pelo tempo foram arrastados pelo rapa da prefeitura [...] A Subprefeitura Santana diz cumprir normas* (FSPN02, p. 1, 1º§).

Trecho 19 – Restaram homens, mulheres, crianças e idosos que não têm para onde ir e encontram naquilo que a prefeitura *chama de entulho* um pouco de alívio nas madrugadas geladas do inverno paulistano, em plena pandemia de coronavírus (FSPN02, p. 1, 2º§).

<sup>134</sup> Cf. subseção 3.4.2.

<sup>135</sup> A cidade de São Paulo dispõe de 32 subprefeituras com o objetivo atender problemas ligados à educação, saúde, cultura e manutenção do sistema viário, da rede de drenagem, limpeza urbana, vigilância sanitária e epidemiológica de cada região. Informações retiradas no *site* da prefeitura de São Paulo (Conheça [...], 2022).

<sup>136</sup> Rapa é um nome popular para nomear ações da prefeitura relacionadas, no caso da população em situação de rua, às remoções e higienizações, e no caso de vendedores ambulantes, às apreensões de mercadorias não licenciadas. Informações retiradas em *sites Folha de S. Paulo* (Cardoso, 2019) e do Dicionário Houaiss Eletrônico (c2023).

Trecho 20 – O trabalho dos agentes de remoção, escoltados por GCMs (guardas-civis metropolitanos) armados até de espingarda calibre 12, foi flagrado pela reportagem (FSPN02, p. 1, 3º§).

Trecho 21 – Em meio ao que ficou para trás, relatos de um *rastros de desesperança entre pessoas* que já perderam o emprego ou estão tão endividadas que nem o aluguel de um quarto miserável conseguem pagar (FSPN02, p. 1, 4º§).

Nos trechos 18 e 19, por meio da voz do jornal, é possível perceber o discurso higienista na ação da prefeitura. Na voz, pode-se observar que os pertences das pessoas em situação de rua são vistos como “objetos destruídos por desgaste e pelo tempo” e são descartados pela prefeitura, pois “a prefeitura chama de entulho”. Esse discurso reforça a ideia de que a população em situação de rua é suja e/ou produz sujeira e é preciso retirá-las do local.

Outro ponto a ser destacado nos trechos 18 e 19 é o frio, uma questão de preocupação, na capital paulista, visto que as baixas temperaturas, muitas vezes, resultam em mortes<sup>137</sup> e, com a pandemia, essa preocupação só aumentou porque as pessoas em situação de rua se aglomeram para tentar se aquecerem durante o inverno<sup>138</sup>. Dessa forma, ao retirarem itens como colchões e barracas que ajudam a população em situação de rua a se aquecer, a prefeitura facilita ainda mais a aglomeração, bem como deixa essas pessoas desprotegidas no frio. Essa retirada, demonstra uma relação de dominação por meio do “expurgo do outro” (Thompson, 2009), na medida em que, apesar das “madrugadas geladas do inverno paulistano”, é necessário “limpar” aquilo que incomoda.

Outro discurso presente na voz do jornal é o discurso de desalento, no trecho 21 – “rastros de desesperança” –, em que o jornal desenvolve uma ideia de que as pessoas em situação de rua perderam as esperanças de sair daquela condição, uma vez que aquelas pessoas não têm condições de alugar um “quarto miserável”, e assim é necessário utilizar “o que a prefeitura chama de entulho” para se aquecerem. Dessa forma, pode-se observar como as ações da prefeitura podem fazer emergir discursos que podem reforçar estigmas da problemática, como o discurso higienista.

As representações de agentes sociais, presentes nos trechos 18 ao 21, são: a subprefeitura de Santana; as pessoas em situação de rua; a prefeitura; agentes de remoção; e a guarda-civil – todos esses agentes representados por meio da genericização. Nota-se que, nos

---

<sup>137</sup> Silva e Bessa (2016) expõem que, na cidade de Porto Alegre, é possível observar um percentual significativo de notícias referentes ao frio (que pode levar à morte na capital gaúcha) e às políticas públicas (como subsídio às pessoas em situação de rua, dando maior atenção durante o inverno). Um dos jornais utilizados como coleta do *corpus* tinha 31% de suas notícias associadas ao frio e 45% das notícias às políticas públicas.

<sup>138</sup> Cf. subseção 4.4.

quatro primeiros parágrafos, a notícia enfatiza como ocorreu a ação e como a ela foi prejudicial à problemática da situação de rua, principalmente em um inverno no período da covid-19. Não obstante a genericização (van Leeuwen, 1997) das pessoas em situação de rua, percebe-se que o jornal fez questão de frisar que no local havia “homens”, “mulheres”, “crianças” e “idosos”, ou seja, uma população heterogênea, conforme aponta o *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasil, 2008)<sup>139</sup>.

A partir do quinto parágrafo, ocorre a representação social dos agentes em situação de rua, de forma mais ativa, conforme trechos 22 a 26, a seguir:

Trecho 22 – É o caso do enfermeiro aposentado Edson Monteiro Azeredo, 79 anos [...]. Durante a passagem do rapa, perdeu a barraca que lhe dava guarida no canteiro central da avenida (FSPN02, p. 2, 5º§).

Trecho 23 – **“Ganho R\$ 1.045. Com os consignados, recebo R\$ 680. Por que esses consignados? A minha esposa ficou doente e tentei fazer o máximo, mas ela veio a falecer”**, disse (FSPN02, p. 2, 6º§).

Trecho 24 – [...] Trocou (Edson) a região metropolitana de Curitiba por São Paulo e passou a contar com uma ajuda governamental que nunca vem. **“Sei que existe hotel social, mas ninguém dá o endereço e a assistente diz que vai ver. Não tenho telefone de contato. Fico na rua. E faz frio, viu?”** (FSPN02, p. 2, 7º§).

Trecho 25 – [...] um segurança de 42 anos, que **passou a morar na rua após ficar desempregado em março. Hoje, vive de bicos, se envergonha do momento pelo qual está passando e prefere não dizer o nome** (FSPN02, p. 2, 8º§).

Trecho 26 – O segurança nem conta com a ajuda de governo ou prefeitura para se reerguer e, mesmo *abatido pelo desemprego*, não se vê entre os mais necessitados em meio a esse inverno de 2020. **“O chato é que a gente não tem nem para onde ir, amigo. Veja bem, como você vai para um albergue em uma pandemia? As pessoas que estão lá são ainda de uma situação bem mais difícil do que a nossa”** (FSPN02, p. 2, 9º§).

Nos trechos apresentados, é possível verificar que a representação dos agentes em situação de rua foi realizada por meio da nomeação (van Leeuwen, 1997) “Edson Moreira Azevedo” e pela identificação (van Leeuwen, 1997) “enfermeiro aposentado” e “segurança”. Nota-se, também, que um dos cidadãos em situação de rua prefere não ser nomeado, pois “se envergonha do momento pelo qual está passando” (trecho 25). Outro ponto relacionado a esse agente que chama atenção está no trecho 26, no relato indireto “não se vê entre os mais necessitados” e no relato direto “[...] uma situação bem mais difícil do que a nossa”. Nestes,

---

<sup>139</sup> Cf. seção 3.

percebe-se que o agente entende que a sua situação não é tão grave quanto a de outras pessoas que procuram por albergues. Ainda no trecho 26 é possível observar o discurso de desalento – “abatido pelo desemprego”.

Outros agentes representados são: a esposa do Edson, por meio da identificação relacional (van Leeuwen, 1997); o governo, a prefeitura e uma assistente, por meio da genericização (van Leeuwen, 1997). Vê-se que os únicos agentes que tiveram voz, na primeira parte da notícia, foram os agentes em situação de rua.

Na segunda parte da notícia, *Subprefeitura afirma que seguiu normas*, o jornal dá espaço para a subprefeitura de Santana expor seu lado da ação. Vale destacar que, segundo o Mapa da Desigualdade, de 2022 (Abrahão, 2022), Santana é um dos distritos com o maior número de pessoas em situação de rua na capital paulista<sup>140</sup>. As representações de agentes sociais presentes na segunda parte são: subprefeitura de Santana; o prefeito da capital; as pessoas em situação de rua; uma secretaria da prefeitura; uma equipe de abordagem; e a guarda-civil, conforme os trechos 27 a 30, a seguir:

Trecho 27 – A Subprefeitura Santana, da gestão Bruno Covas (PSDB), **diz que seguiu normas de decreto que dispõe sobre os procedimentos e tratamentos à população em situação de rua em ações de zeladoria urbana. “Foram desfeitas três barracas, que se caracterizaram estabelecimento permanente em local público, proibido pela legislação”** (FSPN02, p. 2, 11º§).

Trecho 28 – A SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) **diz que foi notificada sobre a ação de zeladoria e intensificou as abordagens e o monitoramento diário no local** (FSPN02, p. 2, 12º§).

Trecho 29 – A equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social **afirma que não atuou no dia da ação de zeladoria para não quebrar o vínculo com moradores de rua** (FSPN02, p. 2, 13º§).

Trecho 30 – A Guarda Civil Metropolitana **diz que apoiou os agentes da subprefeitura na ação e que o armamento de calibre 12 é de proteção individual do efetivo** (FSPN02, p. 2, 14º§).

Constata-se, nos trechos apresentados, que as pessoas em situação de rua foram representadas por meio da genericização (van Leeuwen, 1997) “população em situação de rua” e “moradores de rua”. No trecho 27, nota-se a representação dos agentes: subprefeitura de Santana e prefeito Bruno Covas, por meio da genericização. Ainda no trecho 27, observa-se o discurso de legislação – “seguiu normas do decreto” e “proibido pela legislação” – presente na

---

<sup>140</sup> Cf. seção 3.4.

voz da subprefeitura, que justifica a ação quando cita o Decreto n. 59.246/2020 (São Paulo, 2020c).

Entretanto, no Decreto, especificamente no art. 13, 1º§ e 2º§, é previsto o acompanhamento: da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; da Secretaria Municipal de Segurança Urbana; da Secretaria Municipal da Saúde; da Secretaria Municipal das Subprefeituras; além dos representantes do Comitê PopRua; da sociedade civil; da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e do Ministério Público do Estado de São Paulo. Porém, verifica-se a ausência destes na notícia, os únicos órgãos definidos pelo Decreto que estão presentes são: a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social, que têm uma representação generalizada e presença de voz, respectivamente, nos trechos 28 e 29.

No relato indireto, trecho 29 (p. 10), do Serviço Especializado de Abordagem Social, existe um indicativo de que não houve representante desse órgão presente no dia da ação – “afirma que não atuou no dia da ação para não quebrar o vínculo”. Nesse relato, identifica-se que, se é preciso tomar essa atitude, existe uma ineficiência da administração pública e assim fica evidente que as ações não são realizadas conforme as políticas públicas.

No trecho 30 (p. 10), é possível perceber o discurso de violência, quando é necessária a utilização de uma arma de grosso calibre para “proteção individual do efetivo”. Nota-se que esse discurso reforça uma visão estigmatizada de que pessoas em situação de rua são “perigosas” e é usado para justificar a força desnecessária utilizada na ação, sendo que o Decreto (São Paulo, 2020c) diz que a GCM pode ser solicitada para “acompanhar”, “colaborar na mediação” e “assegurar a proteção cidadã de todos os envolvidos”, e não somente da corporação – “proteção individual do efetivo”.

Em relação às escolhas lexicais, pode-se notar a utilização de termos estigmatizadores e termos adequados, conforme Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Escolhas lexicais na notícia “Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua”

<b>Escolhas Lexicais</b>	<b>Termo Estigmatizador Termo Adequado</b>	<b>Ocorrências</b>
<b>Moradores de rua</b>	Estigmatizador	3
<b>Morar na rua</b>	Estigmatizador	1
<b>Pessoas em situação de rua</b>	Adequado	2
<b>População em situação de rua</b>	Adequado	1
<b>Situação de rua</b>	Adequado	1

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que, apesar de existirem somente dois termos estigmatizadores, a ocorrência de utilização desses termos foi a mesma dos três termos adequados. Uma das utilizações do termo estigmatizador ocorre junto ao uso de um dos termos adequados, conforme Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Prefeitura de São Paulo retira pertences de moradores de rua da avenida Cruzeiro do Sul (1/10)



Em plena pandemia de Covid-19, Prefeitura de São Paulo retira pessoas em situação de rua da avenida Cruzeiro do Sul, que haviam instalado barracas em baixo da linha 1<sup>141</sup> /Ronny Santos - 3.ago.20/Folhapress.

Fonte: *Folha de S. Paulo*/Ronny Santos.

Nota-se que, no título do grupo de imagens<sup>142</sup> ocorre o uso do termo “morador de rua” e na descrição das fotos há a utilização do termo “pessoas em situação de rua”, que também é empregado em outra descrição de foto no corpo da notícia. O termo “morador de rua”, além de ser usado na descrição da foto, ocorre também no título da notícia, no trecho 31, e no corpo do texto, no trecho 32, a seguir:

Trecho 31 – Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua (FSPN02, Título).

Trecho 32 – **A equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social afirma que não atuou no dia da ação de zeladoria para não quebrar o vínculo com moradores de rua** (FSPN02, p. 3, 13º§).

De acordo com Bessa (2009, p. 140), o problema da escolha lexical “morador de rua” é que, primeiro, o termo é utilizado no masculino genérico e, segundo, o “termo transmite uma ideia de situação fixa, uma condição existencial permanente e, com esse reforço da linguagem,

<sup>141</sup> Linha 1 ou Linha Azul pertence à malha metroviária da cidade de São Paulo. É a primeira do metrô da capital paulista e liga o bairro Jabaquara a Tucuruvi, passando pelo centro antigo da cidade. Informações retiradas em site da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM, c2023).

<sup>142</sup> Existem 10 imagens que podem ser acessadas nas notícias, por meio do *site*.

dificulta as possibilidades de superação do problema social”. Dessa forma, percebe-se que as três ocorrências do termo estigmatizador “morador de rua” poderiam ser alterados por termos mais adequados, como “pessoas em situação de rua”, “população em situação de rua” ou “cidadãos e cidadãs em situação de rua”, como Bessa (2009) indica. O mesmo problema ocorre com a utilização do termo “morar na rua”, conforme o trecho 33:

Trecho 33 – [...] um segurança de 42 anos, que passou a morar na rua após ficar desempregado em março (FSPN02, p. 2, 8º§).

A utilização de termos mais adequados é uma forma de mudança social, principalmente, em notícias relacionadas às retiradas de pessoas em situação de rua de locais públicos, com o agravante de ter ocorrido em pleno inverno, principalmente nos primeiros meses da pandemia.

Observa-se na FSPN02 que, apesar de a notícia demonstrar ser contra a ação, discursos como o discurso higienista e o discurso de violência são presentes por conta da ação realizada pela prefeitura. Outro ponto diz respeito às escolhas lexicais: apesar de haver cinco escolhas lexicais diferentes, entre as quais duas estigmatizadoras (“moradores de rua” e “morar na rua”), nota-se que a quantidade de vezes utilizadas foi a mesma de termos adequados, como “situação de rua”. Além disso, tanto os discursos prejudiciais quanto as escolhas lexicais inadequadas atrapalham o processo de mudança social, pois reforçam estigmas relacionados à população em situação de rua.

Outro ponto é a ineficiência da administração pública, uma vez que equipes de Abordagem Social não se fazem presentes na ação para “não quebrar o vínculo” com as pessoas em situação de rua, o que demonstra uma possível truculência nas ações denominadas de zeladoria urbana. Outro problema de ineficiência administrativa pública está presente no relato direto do agente em situação de rua, no trecho 24 – “passou a contar com uma ajuda governamental que nunca vem” – em que se pode notar uma fragilidade nas ações e políticas públicas.

Outra questão é a ausência de agentes previstos pelo Decreto n. 59.246/2020 (São Paulo, 2020c), como: a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; a Secretaria Municipal de Segurança Urbana; da Secretaria Municipal da Saúde; a Secretaria Municipal das Subprefeituras; além de representantes do Comitê PopRua; da sociedade civil; da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e do Ministério Público do Estado de São Paulo.

### 5.1.3 Análise da notícia 3: Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir o álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto

A notícia 3 (FSPN03 – Anexo C) aborda sobre o programa Consultório na Rua e a sua indicação ao “Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19”, realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O texto é dividido em duas partes: a primeira, composta por 11 parágrafos, trata sobre o Consultório, as dificuldades do programa e a premiação; a segunda parte é composta pelo passo a passo da votação.

Os quatro primeiros parágrafos da primeira parte versam sobre a situação de rua e o Consultório na Rua. Notam-se as seguintes representações de agentes sociais: a coordenadora do programa; as pessoas em situação de rua; e o prêmio, conforme trechos 34 a 37, a seguir:

Trecho 34 – **“Se a gente não cuidar de quem tá na rua, não vamos acabar com a Covid nunca”. A frase é de Marta Regina Akiyama, 50, assistente social e coordenadora do Consultório na Rua, iniciativa que promove atendimento médico para pessoas que vivem sob pontes e viadutos em São Paulo (FSPN03, p. 1, 1º§).**

Trecho 35 – **Ela traça um paralelo com a tuberculose, doença que acomete essa população há décadas. “Essas doenças são comunitárias, o problema é de todos. Temos que cuidar uns dos outros” diz** (FSPN03, p. 1, 2º§).

Trecho 36 – **Em 2020, o Consultório na Rua criou a campanha #SeparadosSomosMaisFortes, referência ao distanciamento social, para evitar que a Covid-19 se tornasse tragédia maior entre as 24 mil pessoas que vivem nestas condições em São Paulo, de acordo com censo da prefeitura de 2019** (FSPN03, p. 1, 3º§).

Trecho 37 – **A iniciativa que foi destaque no Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19 agora opera com 20% de sua capacidade. “As doações diminuiram bruscamente em 95%”, aponta Akiyama** (FSPN03, p. 1, 4º§).

Nota-se que a representação de pessoas em situação de rua foi por genericização (van Leeuwen, 1997) – “pessoas que vivem sob pontes e viadutos”, “população” – e por agregação (van Leeuwen, 1997) – “24 mil pessoas”. Outros agentes representados por meio da genericização foram o programa “Consultório na Rua” e o prêmio “Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19”. A única representação social nomeada e especificada (van Leeuwen, 1997) foi da assistente social e coordenadora do programa, Marta Regina Akiyama, bem como ela foi a única agente com presença de voz, com relatos direto e indireto: “a frase é de”, “ela traça”, “diz”, “aponta Akiyama”.

No trecho 34, nota-se o discurso de assistência – “cuidar de quem tá na rua” – em que a coordenadora do Consultório na Rua reforça que a população em situação de rua também é afetada pela pandemia. No trecho 35, pode-se perceber o discurso de saúde pública que envolve uma discussão necessária, a tuberculose, que, como a covid-19, afeta os pulmões. De acordo com o boletim epidemiológico (Brasil, 2022), em 2021 foram diagnosticadas 1.809 pessoas em situação de rua com tuberculose no Brasil e, destas, somente 15,5% completaram o tratamento. Assim, como a covid-19, a tuberculose se torna um problema maior, principalmente em época de frio, que, como citado, é uma grande preocupação na capital paulista quanto à problemática da situação de rua.

Do quinto ao nono parágrafos, a notícia expõe os efeitos da pandemia no fluxo de doações do programa, conforme trechos 38 a 42, a seguir:

Trecho 38 – Uma das maneiras de compensar a falta de kits de higiene, por exemplo, foi dividir o álcool em gel em recipientes menores para alcançar mais pessoas. Um pote de 300ml se torna três de 100ml (FSPN03, p. 2, 5º§).

Trecho 39 – [...] E as garrafinhas de água, fundamentais nos períodos em que os parques são fechados ao público, minguou para 2.000 por mês. **“Temos o bazar e estamos fazendo rifa, vendendo cosméticos, nos virando”** (FSPN03, p. 1, 6º§).

Trecho 40 – Marta acredita que a pandemia deu visibilidade para pessoas em situação de rua e quebrou preconceitos. “O que podemos fazer pelas gestantes e crianças que estão nas ruas? Não podemos só dar remédio e fazer curativo e ver essa miséria toda”, diz (FSPN03, p. 1, 7º§).

Trecho 41 – As equipes, compostas por profissionais e agentes de saúde, visitam albergues e equipamentos de assistência social, além das ruas [...] (FSPN03, p. 1, 8º§).

Trecho 42 – **“A segunda onda está contaminando mais a população de rua que a primeira”**, afirma Marta. Em uma das casas, com capacidade para 40 pessoas e média de 18 atendidos, o espaço está lotado. A contaminação também foi frequente entre os profissionais e gerou rotatividade enorme no projeto. **“Chegamos a 75% deles diagnosticados com Covid”**, diz (FSPN03, p. 1, 9º§).

Nota-se nesses trechos apresentados uma representação por genericização (van Leeuwen, 1997) e por agregação (van Leeuwen, 1997), tanto dos agentes em situação de rua – “pessoas”, “pessoas em situação de rua”, “população de rua”, “40 pessoas e média de 18 atendidos” – quanto de funcionários – “profissionais”, “75% deles”. Percebe-se que, como nos primeiros parágrafos, a única agente nomeada, com representação ativa e presença de voz, é a coordenadora do programa “Marta”.

Observa-se um destaque grande em relação a Marta e ausência de agentes importantes que deveriam estar presentes, como: as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social; o Comitê PopRua; a prefeitura da cidade de São Paulo; o CREAS; as equipes de Abordagem Social; dentre outros agentes envolvidos na assistência social da população em situação de rua. E essas ausências são significativas, visto que existe uma falha na política pública com falta de produtos básicos tanto para o programa quanto para a luta contra a covid-19. Tais ausências também são evidenciadas no discurso de saúde pública presente no trecho 35, em que Marta aponta que a responsabilidade é de todos, dos órgãos governamentais e da sociedade.

No trecho 40 é possível identificar o discurso de invisibilidade social – “pandemia de visibilidade para pessoas em situação de rua” – presente no relato direto de Marta. A coordenadora do programa reforça a importância de as pessoas que não estão em situação de rua enxergarem a problemática de uma forma humanitária e social e que a assistência não deve se resumir em curativos e medicação, mas sim em um atendimento multidisciplinar e cuidados posteriores.

Outro ponto a ser destacado é a sobrecarga relacionada aos profissionais do programa, o que resultou em contaminação destes, gerando rotatividade, conforme o trecho 42. Segundo Sarmiento (2020), o programa é de difícil implementação, dessa forma, somente algumas capitais conseguiram instalá-lo e é comum as equipes estarem sobrecarregadas<sup>143</sup>, o que se pode notar na notícia.

A sobrecarga reflete também falha nas políticas públicas em geral (no Brasil). Um ponto, é que o programa não está presente em todas as cidades, então não atinge toda a população em situação de rua no Brasil, como deveria. E quanto à capital paulista, o programa é ofertado desde 2013, ou seja, há quase 10 anos, e mesmo assim apresenta dificuldades básicas. Vale ressaltar que o programa em São Paulo é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e tem como parceiros as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania e de Assistência e Desenvolvimento Social (São Paulo, 2020c).

Os dois últimos parágrafos da primeira parte da notícia são focalizados no prêmio e introduzem a segunda parte – *Como votar na escolha do leitor* –, que mostra o passo a passo de como o leitor pode ajudar votando no projeto, conforme os trechos 43 e 44, a seguir:

Trecho 43 – O público poderá eleger seu finalista favorito em cada uma das categorias ao longo de três meses [...] (FSPN03, p. 1, 11º§).

---

<sup>143</sup> Cf. subseção 3.3.1.

Trecho 44 – As doações obtidas na premiação serão destinadas para a compra de máscaras e kits de higiene para a população em situação de rua. “**Queremos retomar o projeto em 100%**”, aposta **Marta** (FSPN03, p. 1, 14º§).

Nota-se a representação de agentes sociais como: do público e das pessoas em situação de rua, por meio da genericização (van Leeuwen, 1997); e da coordenadora, por meio da nomeação “Marta”, como também um indicativo da voz da mesma – “aposta Marta”. Dessa forma, verifica-se que a notícia dá uma mais ênfase ao prêmio, do que às falhas que o programa apresenta.

Em relação às escolhas lexicais, percebe-se mais a utilização de termos estigmatizadores do que de termos mais adequados, conforme Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Escolhas lexicais na notícia “Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir o álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto”

Escolhas Lexicais	Termo Estigmatizador Termo Adequado	Ocorrências
<b>Gestantes e crianças que estão nas ruas</b>	Menos adequado	1
<b>Idosos sem-teto</b>	Estigmatizador	1
<b>Moradores em situação de rua</b>	Estigmatizador	1
<b>Pessoas em situação de rua</b>	Adequado	2
<b>Pessoas que vivem sob pontes e viadutos</b>	Estigmatizador	1
<b>População de rua</b>	Estigmatizador	1
<b>População em situação de rua</b>	Adequado	1
<b>Sem-teto</b>	Estigmatizador	1

Fonte: elaboração própria.

Inicialmente, nota-se a utilização do termo “sem-teto” no título e na Figura 6, a seguir:

Figura 6 – Consultório na Rua vacina idosos sem-teto em SP (1/14)



Equipe do programa “Consultório Na Rua” sai pelas vias da Mooca em busca de moradores em situação de rua para aplicarem a vacina contra a Covid-19/Danilo Verpa/Folhapress.

Fonte: *Folha de S. Paulo*/Danilo Verpa.

Como citado<sup>144</sup>, apesar de a situação de rua e a problemática do sem-teto serem resultantes da acumulação capitalista, estas têm características diferentes. Enquanto pessoas “sem-teto” pertencem a uma classe trabalhadora marginalizada que tem como principal reivindicação uma moradia digna (Oliveira, 2008), as pessoas em situação de rua pertencem à extrema pobreza e utilizam logradouros públicos como espaço de abrigo e sustento (Brasil, 2008). Outra diferença é que a maioria das pessoas “sem-teto” é composta por mulheres brancas ou negras (Oliveira, 2008), e o grupo em situação de rua é composto por maioria de homens negros ou pardos (Brasil, 2008). Discussões sobre “sem teto” e situação de rua constam na subseção 3.1.1.

Outra escolha lexical presente na Figura 6 é o termo “moradores em situação de rua” em que se nota a utilização da compreensão de “morar”, que é algo fixo, junto ao termo “situação”, algo provisório. “Gestantes e crianças que estão nas ruas” (trecho 40, p.15) é mais uma escolha lexical que chama atenção e é considerada menos adequada porque o verbo “estar” dá uma noção de ambiguidade, ou seja, essas gestantes e crianças podem estar em situação de rua, ou podem estar nas ruas como pedintes.

Percebe-se na FSPN03 que, apesar de os agentes sociais em situação de rua serem beneficiados pela ação, nota-se que são representados como segundo plano da notícia e não há presença de voz destes. Observa-se também a ausência de agentes importantes como: a Defensoria Pública; as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social; o Comitê PopRua; a prefeitura da cidade de São Paulo. Verifica-se a presença do discurso de saúde pública, que reforça uma falha na política pública, e do discurso de invisibilidade social, que expõe o quanto a população em situação de rua é “invisível” aos olhos dos outros componentes da sociedade e, muitas vezes, só é vista quando começa utilizar espaços públicos. Quanto às escolhas lexicais, percebe-se a utilização de termos estigmatizadores, como “morador em situação de rua” e “população de rua”. Dessa forma, verifica-se que, apesar de a notícia apresentar uma falha na política pública relacionada ao Consultório na Rua, o texto foi focalizado no prêmio a que o programa concorria.

Nesta subseção foram analisadas as notícias da *Folha de S. Paulo*, com o auxílio de categorias analíticas apresentadas por Fairclough<sup>145</sup>. Na subseção a seguir, serão realizadas as análises do jornal *Correio*.

---

<sup>144</sup> Cf. seção 3.1.

<sup>145</sup> Cf. seção 2.3.

## 5.2 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO JORNAL *CORREIO*

No Quadro 8, a seguir, estão dispostas as notícias selecionadas no jornal *Correio* referente às políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua na cidade de Salvador. Como citado<sup>146</sup>, as notícias foram selecionadas no recorte temporal de maio de 2020 a março de 2021. O Quadro 8 contém: a sigla de identificação, o título, a autoria e a data de publicação da notícia, de acordo com a ordem cronológica.

Quadro 8 – Notícias selecionadas do jornal *Correio*

<b>Sigla de identificação</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Data de publicação</b>
CN01	Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade.	Eduardo Dias	16/04/2020
CN02	Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua	Da Redação	05/08/2020
CN03	Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua	Da Redação	11/03/2021

Fonte: autoria própria com formato do quadro adaptado de Souza (2022).

Como citado na subseção 5.1, os títulos das notícias são formas de observar aspectos do mundo. Ao analisar os títulos das notícias selecionadas do jornal *Correio*, percebe-se o discurso médico – “realizar testes rápidos” – e o discurso de assistência social – “ganha pia pública” e “intensifica acolhimento”. Na CN02, nota-se que o jornal pessoaliza o bairro Largo dos Mares ao utilizar o verbo “ganhar” para indicar a instalação de uma pia em um ponto comunitário de higienização no bairro citado. De acordo com o dicionário, “ganhar” é um verbo transitivo direto e intransitivo que significa adquirir, vencer, alcançar algo, possuir<sup>147</sup>, ações realizadas por pessoas e não por coisas e/ou objetos. Em relação às escolhas lexicais, observam-se escolhas de termos adequados como “população em situação de rua”, “pessoas em situação de rua” e “pessoas em situação de vulnerabilidade”.

Para mais discussões, serão realizadas as análises de cada notícia, separadamente, dessa forma, serão utilizados recursos que não estão presentes no texto original: sublinhado para destacar as representações de agentes sociais; **negrito** para indicar as marcas intertextuais; e *itálico* para os discursos.

<sup>146</sup> Cf. seções 4.4 e 5.1.

<sup>147</sup> Informações retiradas do *site* Dicio (Ribeiro, 2022).

### 5.2.1 Análise da notícia 1: Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade

A notícia 1 (CN01 – Anexo D) expõe o lançamento de uma iniciativa da prefeitura da capital baiana em realizar testagens de covid-19, por meio do projeto Girassóis de Rua<sup>148</sup>. O texto é dividido em duas partes: a primeira fala sobre o programa Consultório na Rua e como ocorrerão as realizações dos testes rápidos; a segunda traz uma contextualização do quantitativo da situação de rua, não oficial. Vale ressaltar que a realização do censo da população de rua em Salvador estava programada para 14/07/2022 a 13/07/2023<sup>149</sup>.

A primeira parte da notícia é composta por oito parágrafos. Os dois primeiros tratam sobre o projeto, os locais específicos para realização dos testes, quais tipos de profissionais e o público-alvo da ação. As representações de agentes sociais presentes nesses parágrafos são as pessoas em situação de rua e a prefeitura. Ambas foram representadas por meio da genericização (van Leeuwen, 1997), conforme o trecho 45, a seguir:

Trecho 45 – A prefeitura vai promover testes rápidos para identificação de contaminação da covid-19 em pessoas em situação de rua em Salvador (CN01, p. 1, 1º§).

Observa-se, no trecho 45, que a genericização não “fere” a representação social das pessoas em situação de rua e da prefeitura. Nesse caso, não há a necessidade de especificar ou identificar os indivíduos, pois o programa visa atender toda a população em situação de rua com toda a sua diversidade.

Outro termo que chama atenção é “essa parcela da população soteropolitana”, segundo o trecho 46:

Trecho 46 – **O projeto vai atender e acompanhar de perto, durante o período de enfrentamento à pandemia, essa parcela da população soteropolitana, que é a mais vulnerável à contaminação pelo coronavírus, segundo a prefeitura** (CN01, p. 1, 2º§).

Apesar de ser uma forma de genericização, é possível perceber o discurso de cidadania quando o jornal identifica as pessoas em situação de rua como parte da população que compõe a cidade de Salvador. Essa associação é interessante na medida em que, como citado na seção

<sup>148</sup> “Girassóis de Rua é um projeto que visa garantir uma atenção permanente das pessoas em situação de rua a partir da recomposição e reestruturação das equipes existentes de Consultórios na Rua” (Salvador, 2020b, p. 12). Mais informações na subseção 3.4.3.

<sup>149</sup> Cf. seção 3.

3.2, em algumas notícias é comum ocorrer uma diferenciação entre pessoas que têm uma residência de pessoas que estão em situação de rua. De acordo Bessa (2009, p. 212) todas

[...] as formas negativas e preconceituosas de identificar os cidadãos em situação de rua trabalham para essa diferenciação que não existe, mas que habita universos discursivos de práticas sociais e se materializam de maneira a demarcar linguística e fisicamente os espaços do ‘nós’, do ‘eles’ e ‘elas’, de ‘outrem’.

Dessa forma, quando o *Correio* inclui as pessoas em situação de rua como parte da população soteropolitana, o jornal quebra essa diferenciação e rompe a demarcação linguística e física entre “nós”, “eles”, “elas” e “outrem”, o que propicia uma mudança da prática social, visto que não é demarcada diferença entre a população soteropolitana.

Os seis últimos parágrafos da primeira parte versam sobre o lançamento do Consultório na Rua. Nestes se percebe uma variedade nas representações de agentes sociais dos setores públicos, sendo que os agentes que são chefias de algum setor público municipal são representados por meio da nomeação e da categorização, usadas como identidades únicas (van Leeuwen, 1997): “prefeito ACM Neto”, “vice, Bruno Reis”, “secretário municipal da Saúde (SMS), Leo Prates”, “secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPRE), Ana Paula Matos”.

Outros agentes da prefeitura que não fazem parte das chefias são representados por outras duas formas: a indeterminação, quando os agentes sociais são representados como indivíduos ou grupos não especificados (van Leeuwen, 1997) – “profissionais de diversas áreas da saúde” –; e a associação, que são grupos de agentes sociais que quase nunca são classificados no texto (van Leeuwen, 1997) – “médicos”, “enfermeiros”, “psicólogos”, “terapeutas ocupacionais”, “assistentes socais” e “outros especialistas”.

Observa-se que o jornal utiliza de servidores de cargos mais altos como voz de fontes confiáveis e suas vozes são largamente representadas na notícia (Fairclough, 2001). Além dos agentes da prefeitura, o outro agente que é considerado uma fonte confiável é o coordenador da Missão Salvador<sup>150</sup>. A representação social deste é realizada pela nomeação e categorização “Victor Rodrigues, coordenador da Missão Salvador da Obra Lumen de Evangelização”.

Em relação às pessoas em situação de rua, como nos dois primeiros parágrafos, a representação é por meio de genericização (van Leeuwen, 1997) – “realizar testes rápidos da covid-19 na população de rua” e “casas de acolhimento para pessoas em situação de rua”. Ao

---

<sup>150</sup> A Obra Social Lumen surge em 2000 com o intuito de realizar diversas ações, atividades sociais e evangelização para comunidades vulneráveis (Lumen, c2023).

contrário dos primeiros parágrafos, que eram uma apresentação do programa, nesses seis parágrafos existe uma necessidade de haver uma representação ativa e individual da população em situação de rua, pois é necessário que as pessoas em situação de rua exponham suas opiniões sobre o programa, por exemplo, o que pode ser melhorado.

Os únicos agentes que receberam voz na primeira parte da notícia foram o prefeito ACM com relatos indireto e direto, trechos 47, 48 e 49; e o coordenador da Missão com relatos indireto e direto, trechos 50 e 51, a seguir:

Trecho 47 – Para garantir uma atenção permanente, **o prefeito afirmou que a prefeitura disponibilizou profissionais [...]** (CN01, p. 2, 4º§).

Trecho 48 – **“É um projeto amplo, que envolve uma série de ação [...]”, avaliou o prefeito** (CN01, p. 2, 5º§).

Trecho 49 – **“Nada melhor do que entregar aos médicos e profissionais de saúde, às pessoas qualificadas e preparadas, a condução de todo esse trabalho de assistência, apoio, amparo e abordagem a esse contingente grande de pessoas em situação de rua da nossa cidade [...]”, completou Neto** (CN01, p. 2, 6º§).

Trecho 50 – **Para Victor, que é coordenador da Missão Salvador [...] a medida adotada é “extremamente positiva” [...]** (CN01, p. 2, 7º§).

Trecho 51 – **Victor lembrou ainda que a medida reflete o papel do poder público em fornecer um sistema de saúde que chegue a toda população [...]. “Com essa medida, o sistema se antecipa e vai ao encontro dessas pessoas”, disse** (CN01, p. 2, 8º§).

Nos trechos apresentados, notam-se as seguintes marcas de intertextualidade: “afirmou”, “avaliou”, “completou”, “lembrou”, “para” e “disse”. Percebe-se uma certa autoridade nas marcas intertextuais do prefeito da cidade, presentes nos verbos “avaliar” e “afirmar” em que se demonstra um certo poder no relato de ACM Neto. Observa-se que as marcas intertextuais de Victor são mais brandas – “lembrou” e “disse” –, o que não demonstra autoridade. Porém, essas marcas prestam parecer favorável à ação: “a medida adotada é ‘extremamente positiva’” (trecho 50), “a medida reflete o papel do poder público” (trecho 51), “o sistema se antecipa e vai ao encontro” (trecho 51).

A segunda parte da notícia, como citado, trata da contextualização de uma estimativa não oficial do número de pessoas em situação de rua na capital baiana. O texto é composto por quatro parágrafos (9º ao 12º); o nono e o décimo parágrafos trazem relatos indireto e direto da secretária da SEMPRES, conforme trechos 52 e 53, a seguir:

Trecho 52 – **De acordo com a titular da Sempre a prefeitura trabalha com um número de 5,9 mil pessoas em situação de vulnerabilidade [...]** (CN01, p. 3, 9º§).

Trecho 53 – “[...] **Muitas delas já passaram por vários processos de encaminhamentos e chegaram a conseguir empregos e serem reinseridos na sociedade**”, **explicou a secretária Ana Paula Matos** (CN01, p. 3, 10º§).

Nota-se que, como as marcas intertextuais dos trechos 50 e 51, a marca do trecho 53 favorece a ação, legitimando o desempenho da prefeitura – “chegaram a conseguir empregos”. Ainda nesse trecho, nota-se uma exclusão social do agente em situação de rua quando Ana Paula diz que as pessoas atendidas foram “reinseridas na sociedade”. Ora, onde essas pessoas estavam? Ao estarem nas ruas, elas não fazem parte da sociedade? Não são cidadãos e cidadãs como qualquer outra pessoa? De acordo com Bessa (2009, p. 73), os

[...] processos que geram a extrema pobreza e a vulnerabilidade acontecem em sociedade e [...] os indivíduos que sofrem esses problemas não estão excluídos, fazem parte da sociedade. As pessoas precisam se reconhecer e reconhecer as outras como membros de um mesmo corpo social, independentemente das diferenças e posições dentro da mesma sociedade.

Outro ponto é que muitas pessoas em situação de rua geram suas rendas como engraxates, vendedores ambulantes, camelôs, catadores de materiais recicláveis, lavadores de carro, provendo assim também sua contribuição na sociedade. De acordo com Carvalho, Santana e Vezedek (2017), 97,5% das pessoas em situação de rua na cidade de Salvador realizaram alguma atividade de geração de renda nos últimos seis meses anteriores da pesquisa. Algumas atividades foram: bicos, reciclagem, carga e descarga de materiais, vendedor ambulante, baleiro, flanelinha, artista de rua, venda de rifas, dentre outras rendas (Carvalho; Santana; Vezedek, 2017).

No décimo primeiro e no décimo segundo parágrafos há a presença de voz com relatos indireto e diretos do coordenador da Missão Salvador, conforme os trechos 54 e 55, a seguir:

Trecho 54 – **Para o coordenador da Missão Salvador da obra Lumen de Evangelização, a realização do censo é outra medida necessária [...]** “**Já tive acesso a estudos que mostram um número de mais de 17 mil pessoas em situação de rua em Salvador**”, **disse** (CN01, p. 3, 11º§).

Trecho 55 – “**Quando percebemos a chegada da pandemia, fizemos um esforço para colher o máximo de pessoas possíveis [...]**” (*sic*), **disse Victor** (p. 3, 12º§).

Nesse caso, nota-se que os relatos dos trechos 54 e 55 são utilizados como contraponto da voz da Ana Paula – “a prefeitura trabalha com um número de 5,9 mil pessoas” (9º§) –; com

a voz do Victor, “estudos mostram um número de mais de 17 mil pessoas” (11º§). Segundo Mendonça (2020), jornalistas consideram ativistas, religiosos e ONGs como fontes, porque estes, muitas das vezes, trabalham em prol de cidadãos e cidadãs em situação de rua. No caso dessa notícia, Victor representa um grupo religioso e apresenta tanto um parecer favorável à prefeitura, na primeira parte do texto, como um contraponto, na segunda parte do texto. Outra questão quanto a Victor é a presença do discurso religioso em sua fala – “fizemos um esforço para colher o máximo de pessoas possíveis” – no trecho 55.

Em relação à representação de agente social na segunda parte da notícia, verifica-se que ocorreram três representações: da secretária da SEMPRE, que foi categorizada (van Leeuwen, 1997) e nomeada (van Leeuwen, 1997) – “a titular da Sempre” e “a secretária Ana Paula Matos” –; do coordenador da Missão, que também foi categorizado e nomeado – “o coordenador da Missão Salvador da Obra Lumen de Evangelização” e “Victor” –; e das pessoas em situação de rua, que foram agregadas “maior índice de pessoas em situação de rua”, “estudos que mostram um número de mais de 17 mil pessoas em situação de rua” e “número de 5,9 mil pessoas em situação de rua”. Nota-se que essa agregação foi uma forma de mostrar informações relacionadas ao quantitativo da população em situação de rua na capital baiana; porém, como na primeira parte, não ocorreu uma representação individual de um cidadão ou de uma cidadã em situação de rua, sendo estes melhores conhecedores de suas situações.

Outra representação que poderia estar presente é o Movimento População de Rua da Bahia, que desde 2010 mantém um diálogo com instituições civis e governamentais e propõe respeitar, assegurar e ampliar direitos para a população em situação de rua<sup>151</sup>. Segundo Mendonça (2020, p. 121), a voz das pessoas em situação de rua “[...] pouco se autorrepresenta na mídia, apesar de ser detentora de conhecimento vivencial e, realmente, poder apontar suas necessidades e avaliar as ações e políticas públicas disponíveis com mais conhecimento de causa que qualquer outro grupo”. Isso se pode observar na notícia CN01, em que o agente em situação de rua foi generalizado, agregado e não teve voz.

Ao analisar as escolhas lexicais, nota-se a utilização de termos mais adequados, conforme o Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Escolhas lexicais na notícia “Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade”

Escolhas Lexicais	Termo Estigmatizador	Ocorrências
-------------------	----------------------	-------------

<sup>151</sup> Informações retiradas em *site* do Movimento População de Rua da Bahia ([202-]).

	Termo Adequado	
<b>Pessoas em situação de vulnerabilidade</b>	Adequado	3
<b>Pessoas em situação de rua</b>	Adequado	6
<b>Parcela da população soteropolitana</b>	Adequado	1
<b>População de rua</b>	Estigmatizador	1
<b>Pessoas que vivem na rua</b>	Estigmatizador	1

Fonte: elaboração própria.

De acordo com o Quadro 9, pode-se observar que duas escolhas lexicais são estigmatizadoras – “população de rua” e “pessoas que vivem na rua” –, as quais, como citado<sup>152</sup>, transmitem “[...] uma ideia de situação fixa, uma condição existencial permanente [...]” (Bessa, 2009, p. 140). Ao utilizar mais termos adequados – “pessoas em situação de vulnerabilidade”, “pessoas em situação de rua” e “parcela da população soteropolitana” –, o *Correio* começa facilitar o processo de mudança social, pelo menos em relação às escolhas lexicais. Vale destacar que as duas ocorrências estigmatizadoras foram realizadas pela voz do jornal “a prefeitura vai realizar testes rápidos da covid-19 na população de rua” e “a quantidade de pessoas que vivem na rua pode ser maior”, o que demonstra, segundo Hernandez (2021), uma parte da visão de mundo do jornal.

Quanto aos discursos presentes na NC01, percebem-se alguns discursos de cidadania, de preconceito social e de assistência, conforme o trecho 56, a seguir:

*Trecho 56 – Victor lembrou ainda que a medida reflete o papel do poder público em fornecer um sistema de saúde que chegue a toda população. “Nós já percebemos que muitas pessoas em situação de rua evitam procurar atendimento em unidades públicas de saúde, pois eles têm medo de sofrer algum tipo de preconceito. Com essa medida, o sistema se antecipa e vai ao encontro dessas pessoas”, disse” (CN01, p. 3, 8º§).*

No trecho 56, é possível observar no relato indireto e direto de Victor, três discursos diferentes. O primeiro é o discurso de cidadania, que ocorre no relato indireto de Victor, na primeira frase, em que é exposto que é papel do poder público fornecer serviços de saúde, como é assegurado pela Constituição e reforçado pela PNPSR<sup>153</sup>. O segundo é o discurso de preconceito social, quando, no relato direto, na segunda frase, é evidenciado que pessoas em situação de rua evitam procurar serviços de saúde por medo de preconceito. Segundo Sarmiento (2020), o preconceito ocorre por parte de alguns profissionais dos hospitais, pela falta de endereço fixo, de rede de apoio para a recuperação, pela burocracia para marcar consultas/exames, dentre outras questões. O terceiro é o discurso de assistência, quando, no

<sup>152</sup> Cf. seção 5.1.

<sup>153</sup> Cf. seção 3.

relato direto, na terceira frase, é exposto que o programa vai ao encontro das pessoas em situação de rua para vaciná-las. Essa ação facilita o combate da covid-19 e, conseqüentemente, a ampliação do atendimento.

Outro discurso na CN01 é o discurso de atendimento individualizado, presente no relato direto do prefeito, no trecho 57, a seguir:

Trecho 57 – **“São equipes completas e plenamente consistidas com profissionais diversos que farão trabalhos complementares porque a gente sabe que cada pessoa vai precisar de um tipo de apoio diferente”** (CN01, p. 2, 5º§).

A presença do discurso de atendimento individualizado expõe a importância do apoio individual, pois, apesar de pertencerem à mesma problemática, cada indivíduo em situação de rua tem suas particularidades e estas são reforçadas pelo *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (Brasil, 2008), que registra que a situação de rua é composta por um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a extrema pobreza<sup>154</sup>.

Observa-se na notícia CN01 uma ausência da representação ativa e individual dos agentes em situação de rua, tanto que não ocorre a presença de voz dessa população, sendo sua representação generalizada e agregada, conforme evidenciado na representação de agentes sociais. No caso da CN01, as vozes dominantes que receberam destaque na notícia foram: do prefeito; da secretária da SEMPRES; e do coordenador da Missão Salvador – representantes da prefeitura e de um movimento religioso. Especialistas, movimentos sociais e coletivos não foram representados e nem tiveram voz. Vale ressaltar que o lançamento do programa foi realizado na Praça Municipal que fica localizada no Centro Histórico, um dos pontos considerados pela prefeitura como um dos lugares com maior índice de população vulnerável. Dessa forma, deveria haver representantes do Movimento População de Rua da Bahia, como também cidadãos e cidadãs em situação de rua, sendo estes os mais interessados e beneficiados pelo programa Consultório na Rua.

Em relação às escolhas lexicais, destaca-se a utilização do termo “parcela da população soteropolitana”, em que não ocorre a diferenciação entre as pessoas em situação de rua e as pessoas que possuem residência. Nota-se, ainda, que os discursos destacados na análise são favoráveis à mudança social, como o discurso de cidadania, o discurso de atendimento individualizado e o discurso de assistência.

---

<sup>154</sup> Cf. seção 3.

### 5.2.2 Análise da notícia 2: Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua

A notícia 2 (CN02 – Anexo E) versa sobre a instalação de um ponto comunitário de higienização em um dos bairros da capital baiana. A iniciativa foi do programa Corra pro Abraço<sup>155</sup>, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) em conjunto com a Residência de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) e o curso de Especialização e Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, ambos da UFBA. A notícia tem somente uma parte que é composta por nove parágrafos.

Nos três primeiros parágrafos ocorre a apresentação do projeto, a indicação de seus idealizadores, como também outros locais na cidade onde os pontos de higienização serão instalados. As representações de agentes sociais presentes nos três primeiros parágrafos são: as pessoas em situação de rua, pessoas que têm residência no bairro e a Unidade de Apoio na Rua<sup>156</sup>, no trecho 58; o programa Corra pro Abraço, a SJDHDS, a residência RAU+E da UFBA e o curso de Especialização e Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade da UFBA, no trecho 59; e o coletivo Mouraria 53<sup>157</sup>, no trecho 60, a seguir:

Trecho 58 – No local, foi instalada uma pia pública para ser usada por pessoas em situação de rua e que vivem nos Mares: a pia foi colocada ao lado do contêiner da Unidade de Apoio na Rua (UAR) (CN02, p. 1, 1º§).

Trecho 59 – A iniciativa é do Programa Corra pro Abraço, que faz parte da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), em parceria com a Residência RAU+E/Ufba, um Curso de Especialização e Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, da Faculdade de Arquitetura da Ufba (CN02, p. 1, 2º§).

Trecho 60 – A iniciativa ainda prevê a instalação de uma outra pia próximo à sede do programa, na Ladeira da Independência, no bairro de Nazaré. A parceria é fruto de uma articulação do coletivo Mouraria 53 (CN02, p. 1, 3º§).

Observa-se, no trecho 58, que a representação das pessoas em situação de rua é por meio de genericização (van Leeuwen, 1997). Acredita-se que, como na NC01, a genericização, nesse

<sup>155</sup> Cf. seção 3.

<sup>156</sup> Unidade de Apoio na Rua (UAR) faz parte do programa Corra pro Abraço e é um local de referência para as equipes do programa, parceiros que desenvolvem trabalhos próximo a unidade, como também para as pessoas que necessitam de atendimento. Além dos atendimentos, acontecem oficinas de cuidado e autocuidado, distribuição de insumos, dentre outras coisas. Informações retiradas em *site* do programa Corra pro Abraço (c2023).

<sup>157</sup> O coletivo Mouraria 53 é um grupo que ocupa uma casa na Rua da Mouraria n. 53, no bairro de Nazaré, Centro Antigo de Salvador. O coletivo tem como objetivo prover a reforma do imóvel ou término das obras enquanto realiza exposições, apresentações, *shows*, aulas e oficinas no local. A previsão da utilização do local é de quatro anos e, após isso, o imóvel será devolvido aos seus proprietários. Informações retiradas em *site* do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM, 2022).

caso, é aceitável, na medida em que a ação é para um coletivo de pessoas. Nota-se também na voz do jornal a utilização do termo “vivem nos Mares” para se referir às pessoas que possuem residência no bairro. Nesse caso, a diferenciação ocorre para enfatizar que os pontos comunitários são de uso tanto de pessoas em situação de rua quanto de pessoas que têm residência ou estejam de passagem pelo bairro. As outras cinco representações (UAR, SJDHDS, a Residência RAU+E, o curso de Especialização, a Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade da UFBA e o coletivo Mouraria 53) também são generalizadas. Dessa forma, percebe-se que na parte inicial da notícia o objetivo do jornal era somente apresentar o projeto.

A partir do quarto parágrafo, o jornal começa utilizar vozes dos agentes envolvidos na ação. Percebe-se uma diferenciação entre as representações de agentes sociais: do governo da Bahia; do projeto; dos agentes em situação de rua; e dos agentes de extrema vulnerabilidade social. Observa-se a nomeação (van Leeuwen, 1997) e a categorização (van Leeuwen, 1997) dos agentes do governo e do projeto: Carlos Martins, secretário da SJDHDS; Iago Lobo, psicólogo, redutor de danos e responsável pela articulação da parceria entre o Corra pro Abraço e a RAU+E/UFBA; Rodrigo Machado, arquiteto, colaborador da RAU+E/UFBA e um dos responsáveis pelos pontos comunitários de higienização. Outro agente que é nomeado e categorizado é Jonas Ximenes, o marceneiro. Entretanto, a equipe do Corra, o movimento Mobiliza RAU+E/UFBA, o coletivo Mouraria 53, as pessoas em situação de rua e as pessoas de extrema vulnerabilidade social foram representados por meio da genericização.

Assim como na CN01, na CN02, não houve representação ativa e nem presença de voz dos agentes em situação de rua. Os únicos agentes que receberam voz na CN02 foram: o secretário da SJDHDS, relato direto, no trecho 61; o psicólogo e redutor de danos, com relatos indireto e direto, no trecho 62; e o arquiteto com relato direto, no trecho 63, a seguir:

Trecho 61 – **“Essa é uma população extremamente vulnerável. Para eles, atos que parecem simples, como a lavagem das mãos, podem ser um complicador quando não se tem acesso a água e sabão, aliados fundamentais para prevenir a contaminação [...]” explicou Carlos Martins, secretário da SJDHDS (CN02, p. 1 e 2, 4º§).**

Trecho 62 – **Segundo Iago Lobo, [...] os dois pontos foram definidos pela equipe do Corra. “São territórios estratégicos do ponto de vista do acesso da população em situação de rua e de extrema vulnerabilidade social que vive nestas regiões”, disse. “Também porque poderemos acompanhar mais de perto a utilização, garantindo a manutenção, a partir de nossa presença na sede do programa e na UAR”, explicou ele (CN02, p. 2, 5º§).**

Trecho 63 – **“O desenho do ponto comunitário de higienização passou por vários protótipos até chegarmos nos dois modelos que estamos**

**trabalhando. [...]”, relatou o arquiteto Rodrigo Machado [...] (CN02, p. 2, 7º§).**

Percebe-se que essas vozes surgem como especialistas do assunto para explicar sobre os pontos de higienização, o que se pode notar por meio das marcas intertextuais “explicou”, “segundo”, “disse” e “relatou”. Fairclough (2001) expõe que em notícias é normal um grupo limitado de pessoas serem tratadas como fontes confiáveis e suas vozes serem largamente representadas. Dessa forma, observa-se que o jornal utiliza dessas vozes tanto para explicar o projeto quanto para dar parecer favorável à ação. Porém, a falta de representação e de voz do agente social em situação de rua demonstra que o jornal não abriu espaço para dar voz a esses agentes que são os maiores beneficiados.

Outros agentes, como pessoas vulneráveis, especialistas da área de saúde, do Coletivo 53, de outros coletivos, de parceiros e dos movimentos sociais, também não tiveram voz na notícia, embora tenham sido citados no texto ou apareçam por meio das fotos. Nota-se na Figura 7 que existe uma pessoa não identificada utilizando o ponto de higienização; entretanto, esta não recebe voz. Portanto, verifica-se que vozes e representações importantes que poderiam apresentar sua opinião e apontar pontos para melhorar o projeto não se fazem presentes na notícia.

Figura 7 – Foto de abertura da notícia 2 do jornal *Correio*



Pia foi instalada nesta terça-feira (4) no Largo dos Mares (Foto: Arisson Marinho/CORREIO)

Fonte: *Correio*/Arisson Marinho.

Em relação às escolhas lexicais, nota-se que, apesar de os cidadãos e as cidadãs serem generalizados(as) e não terem voz, todas as escolhas lexicais utilizadas foram adequadas, conforme o Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 – Escolhas lexicais na notícia “Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua”

Escolhas Lexicais	Termo Estigmatizador Termo Adequado	Ocorrências
Pessoas em situação de rua	Adequado	2
População em situação de rua	Adequado	1
População extremamente vulnerável	Adequado	1

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 10, observa-se a utilização do termo “situação de rua”, como também o termo “população extremamente vulnerável”, presente na voz do secretário da SJDHDS, para se referir às pessoas em situação de rua. O termo “vulnerável” é utilizado em outros pontos da notícia para tratar do problema da vulnerabilidade social: “população de extrema vulnerabilidade social que vive nesta região [Largo dos Mares]”, voz do psicólogo, Iago; “ações de solidariedade às populações vulneráveis” e “territórios vulnerabilizados”, na voz do jornal.

Vale ressaltar que nem todas as pessoas que estão em vulnerabilidade social também estão em situação de rua. De acordo Ximenes (2010), o conceito de vulnerabilidade é multidimensional e se refere à condição de grupos ou indivíduos em situação de fragilidade. Ainda segundo o autor, a vulnerabilidade é o resultado de configurações de estruturas e instituições econômico-sociais em que as pessoas têm dificuldade de ter acesso às estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais, o que resulta na desvantagem social destas. Dessa forma, apesar de algumas vulnerabilidades serem resultado da acumulação capitalista, assim como a situação de rua, o termo vulnerabilidade abrange outros problemas, como fragilidade na escolarização (Ximenes, 2010). Sendo assim, deve-se ter atenção ao utilizar esse termo, pois pode englobar diversas problemáticas sociais e acabar silenciando as peculiaridades de cada uma.

Em relação à interdiscursividade na CN02, verificam-se o discurso de luta e o discurso de saúde pública nos trechos 64 e 65, e discurso de assistência no trecho 66, a seguir:

Trecho 64 – Um *reforço na luta* contra o coronavírus já entrou em ação no Largo dos Mares, em Salvador [...] **“A ação vai possibilitar a higienização das mãos – hábito imprescindível para a prevenção contra a covid-19”** (CN02, p. 1, 1º§).

Trecho 65 – O movimento [Mobiliza RAU+E], além de desenvolver o projeto das pias, também vem *articulando doações e apoios* para territórios vulnerabilizados (CN02, p. 2, 6º§).

Trecho 66 – “Um *sistema de pedais são propostos para que as pessoas não precisem utilizar as mãos para acionar tanto a água quanto o sabão*” (CN02, p. 2, 8º§).

No início do trecho 64, observa-se a utilização do discurso de luta, presente em “reforço na luta”, que foi muito utilizado no Brasil nos dois primeiros anos da pandemia de covid-19, no sentido de enfrentar a doença – “lutar contra o coronavírus”. Verifica-se, na linguagem usada no Brasil, o uso comum do verbo “lutar” no enfrentamento de doenças, como “luta contra o câncer”, “luta contra a paralisia infantil”, “luta contra a aids”, dentre outras enfermidades, bem como nas discussões sobre problemáticas sociais – “luta LGBTQI+”, “luta contra o racismo”, “luta contra a discriminação social”, “luta por direitos”, dentre outros.

Outro discurso presente no trecho 65 é o discurso de saúde pública, também presente no trecho 69. Nesses trechos, se veem medidas e práticas de higiene para auxiliar na luta contra o vírus – “higienização das mãos” e “pedais para acionar água e sabão” – sendo que lavar as mãos é uma das formas de combate do vírus e o uso de pedais facilita para que as pessoas não tenham contato com objetos e se contaminem. Vale ressaltar que, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2020a), as pessoas em situação de rua apresentam alto risco de contágio<sup>158</sup>. No trecho 66, nota-se o discurso de assistência, ocorrendo “articulações de doações” e “articulações de apoios” para poder auxiliar tanto as pessoas em situação de rua quanto pessoas vulneráveis.

Percebe-se que, como na CN01, na notícia CN02, o agente em situação de rua não teve uma representação ativa e nem individual, tendo uma representação generalizada. Consta-se ainda que as vozes que se fazem presentes na notícia são a voz do secretário da SJDHDS, do psicólogo responsável pela articulação entre a equipe do governo e a UFBA e o arquiteto e um dos responsáveis pelos pontos de higienização. Chama atenção a representação nomeada e categorizada do marceneiro do projeto, sendo que este não tem uma representação ativa.

Como na NC01, sente-se falta na NC02 da representação de agentes de coletivos e movimentos sociais, como também de especialistas da área de saúde. Vale destacar que o Largo dos Mares fica localizado no bairro dos Mares na Cidade Baixa, que, como citado<sup>159</sup>, é ponto de comércio, onde fica localizado o porto da cidade. Esses locais, conseqüentemente, têm um quantitativo significativo de pessoas em situação de rua, pois as áreas centrais são pontos em que uma diversidade de pessoas busca uma forma de sobrevivência (Freitas, 2016).

Entretanto, observam-se discursos positivos em relação à problemática, como o discurso de luta, o discurso de saúde pública e o discurso de assistência. Outro ponto positivo foram as

---

<sup>158</sup> Cf. subseção 3.3.2.

<sup>159</sup> Cf. seção 3.4.

escolhas lexicais utilizadas na CN02, em que todas foram adequadas – “pessoas em situação de rua, “população em situação de rua” e “população extremamente vulnerável”.

### 5.2.3 Análise da notícia 3: Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua

A notícia 3 (CN03 – Anexo F) trata sobre o reforço no atendimento às pessoas em situação de rua nas Unidades de Acolhimento Institucional (UAIs) em decorrência da covid-19. O texto é dividido em três partes: a primeira fala por que foi necessário reforçar os atendimentos nas Unidades; a segunda expõe o caso de um beneficiário atendido por uma das UAIs; e a terceira parte apresenta o Centro POP, que é outro serviço de atendimento às pessoas em situação de rua<sup>160</sup>.

A primeira parte é composta por sete parágrafos. Nos cinco primeiros, o jornal expõe: o motivo de a prefeitura intensificar os atendimentos na capital baiana; quem é o agente responsável pela ação; o objetivo das UAIs; e como são realizados os atendimentos. Nesses parágrafos, as representações de agentes sociais são: a prefeitura de Salvador; as pessoas em situação de rua; as equipes da SEMPRE. Esses três agentes são representados por meio de genericização, no trecho 67; a diretora de Proteção Social da SEMPRE teve uma representação de especificação e nomeação, no trecho 68; e os agentes foram representados por meio de associação, trechos 70 e 71, a seguir:

Trecho 67 – Com o agravamento da pandemia do coronavírus, a prefeitura de Salvador tem intensificado as abordagens sociais em diversos pontos da capital. Realizado pelas equipes da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (Sempre), o serviço visa promover o acolhimento de pessoas que vivem em situação de rua na cidade (CN03, p. 1, 1º§).

Trecho 68 – A diretora de Proteção Social Especial da Sempre, Kelly Moraes, **ressaltou que, desde 19 de fevereiro, quando foi iniciada, a operação Toque de Acolher Sempre já acolheu 529 pessoas nas 16 Unidades de Acolhimento Institucional [...]** (CN03, p. 1, 2º §).

Trecho 69 – **“Temos um total de 917 pessoas acolhidas, divididas entre homens, mulheres, casais e mulheres com filho. Há, ainda, nove unidades para crianças e adolescentes onde dispomos de aproximadamente 350 vagas”, disse Kelly** (CN03, p. 1, 3º §).

Trecho 70 – Além disso, os acolhidos têm cursos de primeiros socorros com um bombeiro civil [...] (CN03, p. 1, 4º §).

---

<sup>160</sup> Cf. subseção 3.3.1.

Trecho 71 – Aqui é feito um trabalho de *resgate social* e técnico, com apoio de assistentes sociais e psicólogos [...] (CN03, p. 2, 5º §).

Observa-se no trecho 67 que, como na NC01 e na NC02, a genericização (van Leeuwen, 1997) dos agentes, nesse trecho, não os prejudica socialmente, pois é uma ação da prefeitura realizada por equipes da SEMPRE para atender um grupo específico de pessoas. Dessa forma, não há necessidade de identificar individualmente esses agentes, porque é um grupo diversificado, conforme se constata no trecho 69 – “homens”, “mulheres”, “mães solos”, “casais”, “crianças” e “adolescentes”.

No trecho 68, nota-se a especificação (van Leeuwen, 1997) “diretora de Proteção Social Especial da Sempre” e a nomeação “Kelly Morais” de uma representante da prefeitura, como também a presença de voz desta, sinalizada pela marca intertextual “ressaltou”. Como a prefeitura é responsável pela ação, o jornal traz a voz da representante para explicar o impacto do programa na problemática da situação de rua, bem como o quantitativo e a característica dos atendidos.

No trecho 70 ocorre uma representação sem classificação de “um bombeiro civil”, que não é identificado na notícia. Ao trazer essas representações, o jornal expõe os serviços multiprofissionais que as UAIs oferecem; entretanto, nota-se que nas três notícias esses agentes não recebem voz, sendo que são agentes que têm contato direto com as pessoas em situação de rua. Isso se pode observar, também, no trecho 71, vendo-se a associação dos agentes que prestam atendimentos nas UAIs – “assistentes sociais” e “psicólogos” – os quais, como citado na CN01, são grupos de agentes sociais que em alguns textos não são classificados. Ainda em relação ao trecho 71, percebe-se o discurso de reinserção social no termo “resgate social”, sendo realizado um trabalho para reaproximar as pessoas em situação de rua de suas famílias e reinseri-las no convívio social. Vale ressaltar que um dos motivos de as pessoas vivenciarem a situação de rua é a fragilização do vínculo familiar<sup>161</sup>, dessa forma, ações como essas são necessárias para facilitar a reaproximação de algumas pessoas em situação de rua com seus familiares.

A partir dos parágrafos sexto e sétimo, o jornal começa dar espaço às pessoas em situação de rua. Assim, ocorre a representação específica de um cidadão em situação de rua com presença de voz, conforme os trechos 72 e 73, a seguir:

Trecho 72 – Um dos acolhidos da UAI de Pirajá é Moisés Santos, 48 anos, dos quais dez foram vividos em condição de morador de rua. Após ter sido

---

<sup>161</sup> Cf. seção 3.

acolhido na Piedade em 18 de fevereiro, **Moisés se considera um felizardo** (CN03, p. 2, 6º §).

Trecho 73 – **“Uma benção! Não estou na rua correndo risco de acordar morto e estou livre do coronavírus. Tenho as refeições, jogo meu dominó, vejo televisão e tem o baba<sup>162</sup>”, pontuou** (CN03, p. 1, 5º §).

De acordo com os trechos apresentados, percebe-se que o jornal traz a voz de Moisés como parecer favorável às ações realizadas pelas UAIs. Nesses relatos, podem-se notar dois discursos: o primeiro é o discurso de sorte, identificado no termo “um felizardo” (trecho 72), em que o cidadão em situação de rua se sente sortudo por participar de um programa da prefeitura que oferta serviços assegurados pela Constituição e pela PNPSR<sup>163</sup>; o segundo é o discurso religioso, “uma benção”, o que reforça o discurso de sorte em que o agente é tão sortudo que foi “agraciado” em ter um lugar para morar, lazer e cuidados básicos. Entretanto, como citado, estes são direitos garantidos pela Constituição e reforçados pela PNPSR e não favores dos governos (em todas as suas instâncias).

A segunda parte da notícia, intitulada *Mudança de vida*, é composta pelos oitavo e nono parágrafos e informa como Moisés Santos foi atendido pelas ações da prefeitura de Salvador. Dessa forma, as representações de agentes sociais foram: um cidadão em situação de rua, que é nomeado “Marcos Moreira dos Santos”; o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); e a UAI – os dois últimos representados por meio da genericização (van Leeuwen, 1997). Nas representações de agentes sociais presentes na segunda parte, o único agente que recebe voz é Marcos (homem em situação de rua), conforme o trecho 75, a seguir:

Trecho 75 – **“Estava em condição de rua quando fui acolhido pelas equipes da secretaria [Sempre]. Fiquei três meses em uma unidade de acolhimento e ganhei meu benefício. Graças a meu bom Deus e à Prefeitura, hoje tenho meu cantinho para colocar a cabeça para dormir. Me tiraram da rua e eu agradeço muito”, revelou Santos** (CN03, p. 2, 9º §).

Nota-se que o parágrafo é composto pelo relato direto do Marcos como um parecer favorável às ações da prefeitura: “Fiquei três meses em uma unidade de acolhimento e ganhei meu benefício”, “Me tiraram da rua e eu agradeço muito”. Percebe-se também a presença do discurso religioso no termo: “graças a meu bom Deus”.

<sup>162</sup> Baba é uma gíria baiana para denominar uma partida de futebol entre amigos. Ex. “o baba foi marcado para hoje às 18h” pode-se ler “a partida de futebol foi marcada para hoje às 18h”. Informações retiradas no *site* Dicionário Popular (Lapeloso, c2017-2023).

<sup>163</sup> Cf. subseção 3.3.

A terceira parte, intitulada *Centros POP*, composta pelo décimo e pelo décimo primeiro parágrafos, apresenta o programa, os locais dos Centros e quais serviços são ofertados, segundo os trechos 76 e 77, a seguir:

Trecho 76 – Outro serviço voltado para indivíduos ou famílias em situação de rua são os Centros POP, situados na Djalma Dutra, Mares, Itapuã e Dois de Julho (CN03, p. 2, 10º §).

Trecho 77 – “Nesses locais são ofertadas 660 refeições entre café da manhã e lanche e promovidos atendimentos psicossociais e jurídicos, guarda de pertences, lavagem das roupas, banhos e encaminhamentos aos postos de saúde e para tirar documentação”, completou Morais (CN03, p. 2, 11º §).

Nos trechos apresentados, observa-se a presença de quatro agentes: de pessoas em situação de rua que são generalizadas (van Leeuwen, 1997) pelo termo “indivíduos em situação de rua” e “famílias em situação de rua”; de profissionais da saúde mental, do judiciário e de saúde básica, que são representados pela associação (van Leeuwen, 1997); e da diretora de Proteção Social Especial da SEMPRES, Kelly Moraes que é nomeada (van Leeuwen, 1997) e também é a única agente que recebe voz na terceira parte da notícia. Vê-se que a voz da diretora da SEMPRES é exposta pelo jornal para apresentar os serviços prestados pelos Centros POP, sendo ela a representante da prefeitura na notícia.

Em relação às escolhas lexicais, nota-se que ocorreu mais a utilização de termos adequados, de acordo com o Quadro 11, a seguir.

Quadro 11– Escolhas Lexicais na notícia “Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua”

Escolhas Lexicais	Termo Estigmatizador Termo Adequado	Ocorrências
<b>Pessoas em situação de rua</b>	Adequado	1
<b>Pessoas que vivem em situação de rua</b>	Adequado	1
<b>Pessoas acolhidas</b>	Adequado	2
<b>Morador de rua</b>	Estigmatizador	1
<b>[Eu] Estava em condição de rua</b>	Adequado	1
<b>Indivíduos e famílias em situação de rua</b>	Adequado	1

Fonte: elaboração própria.

Segundo o Quadro 11, pode-se observar que o jornal faz uma variação com o termo “situação de rua”, que demonstra as diversas formas de abordar a problemática, como também

evita a utilização do termo estigmatizador “morador de rua” ou do termo equivocado “sem-teto”.

Um ponto a ser destacado é o uso do termo “condição” em dois momentos: “vividos em condição de morador de rua” (voz do jornal) e “estava em condição de rua” (voz de Marcos). Nota-se que é utilizado pelo jornal o termo “condição”, que é estado de uma pessoa ou coisa e o termo estigmatizador “morador” que é uma situação fixa. Dessa forma, ao utilizar os dois termos, a noção de sentido transmitida é que a situação de rua é uma condição fixa. Para evitar o equívoco, o jornal poderia ter utilizado “vividos em situação de rua”, que passaria o mesmo sentido do termo “condição”. Na voz de Marcos, percebe-se a utilização de um termo mais adequado – “condição de rua” – quando ele se autoidentifica. A utilização desse termo demonstra uma situação provisória, uma vez que a situação de rua é uma problemática que pode ser mudada a partir de políticas públicas eficazes, ações não governamentais e também auxílio da sociedade como um todo.

Percebe-se na NC03, ao contrário da NC01 e da NC02, uma representação ativa e individual de agentes em situação de rua, por meio da nomeação e presença de voz. Nota-se que, diferentemente da NC01 e da NC02, a voz da representante da prefeitura apareceu como forma de apresentar quais eram os serviços ofertados, e as vozes dos agentes em situação de rua surgiram como parecer favorável às ações da prefeitura e carregavam o discurso religioso e de sorte. Outras vozes que poderiam estar presentes, e não estão, são de movimentos sociais, coletivos e dos profissionais citados na notícia. Em relação às escolhas lexicais, ocorreu somente uma utilização do termo inadequado “morador de rua”, sendo as outras escolhas lexicais todas adequadas, valendo destacar a escolha lexical utilizada por Marcos ao se autoidentificar – “estava em condição de rua”. Nota-se que o agente poderia ter utilizado o termo não adequado “morador de rua”, que passa a ideia de uma situação fixa, porém, utilizou “condição”, que passa a ideia de uma situação provisória.

Nesta subseção foram analisadas as notícias do jornal *Correio*, com o auxílio das categorias analíticas apresentadas por Fairclough<sup>164</sup>. Vale ressaltar que os resultados tanto das notícias da *Folha de S. Paulo* quanto do *Correio* têm valor qualitativo a partir dos critérios de construção do *corpus* e da metodologia propostas na seção 4. Dessa forma, não se tem pretensão de generalização quanto ao total de 328 notícias encontradas entre maio de 2020 e março de 2021.

---

<sup>164</sup> Cf. seção 2.3.

Na subseção a seguir, serão realizadas algumas discussões relacionadas às análises dos dois jornais.

### 5.3 REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A problemática da situação de rua está sob a luz de diversas discussões dentro e fora das universidades<sup>165</sup>. Com a pandemia de covid-19, essas discussões foram intensificadas, principalmente devido à população em situação de rua ser considerada como um grupo com alto risco de contaminação<sup>166</sup>. Dessa forma, os governos federais, estaduais e municipais intensificaram suas políticas públicas e ações<sup>167</sup>, entretanto alguns discursos podem dificultar a efetividade das políticas públicas e das ações, o que pode dificultar na mudança social.

De acordo com Fairclough (2003), discurso diz respeito a representações de aspectos do mundo, também é um dos elementos da prática social que está dialeticamente relacionado a outros elementos sociais. Os discursos podem interferir socialmente em uma problemática social (Fairclough, 2003) e uma das formas de propagar os discursos é por meio do gênero notícia. De acordo com Hernandez (2021), os jornais transferem aos seus textos uma determinada visão de mundo que pode ser uma realidade real ou uma realidade artificialmente criada<sup>168</sup>. Para Fairclough (2003), os gêneros são aspectos discursivos de modos de agir e interagir em eventos sociais; desta forma, observar os discursos em notícias sobre políticas públicas e ações para a situação de rua ajuda compreender como a prática social é vista a partir das notícias.

Ao analisar os textos FSN01, FSN02, FSN03, CN01, CN02 e CN03, percebe-se que, na *Folha de S. Paulo*, os agentes em situação de rua tiveram mais voz, mesmo que essas vozes tenham sido utilizadas como parecer favorável às ações que estavam sendo realizadas. Outro ponto nas notícias da *Folha* é que as pessoas em situação de rua, em sua maioria, foram nomeadas e especificadas, o que não ocorre no *Correio*, em que estas não têm uma representação ativa na maioria do *corpus*, sendo a sua representação por meio de genericização.

Observa-se que, nas notícias, tanto na *Folha de S. Paulo* quanto no *Correio*, os agentes mais acionados são o prefeito, a prefeitura e órgãos governamentais associados às ações. De acordo com Mendonça (2020), como já foi comentado, isso ocorre porque esses agentes são

---

<sup>165</sup> Cf. seção 3.

<sup>166</sup> Cf. subseção 3.2.2.

<sup>167</sup> Cf. subseção 3.2.2.

<sup>168</sup> Cf. seção 4.3.

responsáveis pelas ações e políticas públicas, sendo assim, é habitual eles serem os mais acionados nas notícias<sup>169</sup>, o que não impediria que a circunstância noticiada pudesse ter outro enfoque e acionar outros agentes, como os movimentos sociais, o Ministério Público, dentre outros. Dessa forma, nota-se que existe uma relação de poder presente nas notícias na qual as pessoas em situação de rua, em sua maioria, não têm voz, sendo generalizadas, enquanto vozes dominantes, na maior parte, recebem destaque.

Nas seis notícias, vozes importantes se fizeram ausentes, como movimentos sociais, Defensoria Pública, algumas secretarias, equipes de serviços especializados, Centro POP, dentre outras. O que chama atenção nas ausências de vozes é que essas notícias relatam lançamentos presenciais de projetos que ajudariam minimizar o impacto da covid-19 na população em situação de rua, principalmente na área da saúde, e, mesmo assim, a representação dos profissionais da área se deu por associação ou genericização. Alguns órgãos, também, não se fazem presentes como deveriam, como foi o caso da equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social de São Paulo, que prefere não estar presente para não quebrar o vínculo com a população em situação de rua durante a ação de zeladoria urbana, mesmo sendo definida por Decreto a sua presença, como de outros órgãos.

A ausência dessas representações é só um dos pontos que apresentam falhas em algumas políticas públicas observadas nas notícias. Por exemplo, na notícia da *Folha* sobre o Consultório na Rua, percebe-se que faltam insumos e há sobrecarga de funcionários; nas notícias sobre as instalações de pontos comunitários de higiene (máquinas de lavar roupas/pias) nota-se que essas ações tanto são necessárias na pandemia quanto devem ser uma ação fixa; e acerca das notícias de intensificação dos atendimentos e de ação de zeladoria urbana observa-se o quanto a população em situação de rua não estava protegida durante a pandemia, como também o crescente aumento da problemática, como aponta Natalino (2023)<sup>170</sup>.

Dessa forma, verifica-se que, apesar de a Política Nacional para a População em Situação de Rua ter ampliado as leis de amparo à população em situação de rua e desenvolvido ações voltadas para a problemática, há uma fragilidade nessas leis e ações. E essa fragilidade pode ser porque as normas, os princípios, as diretrizes e os incisos da PNPSR são genéricos e a política não demonstra clareza relativa aos meios e instrumentos para sua implementação (Sarmiento, 2020)<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> Cf. seção 5.2.

<sup>170</sup> Cf. seção 3.

<sup>171</sup> Cf. seção 3.

Outro ponto pelo qual se pode reforçar a relação de poder são os discursos. Nas seis notícias, percebe-se a presença de discursos estigmatizadores, como o discurso higienista, o discurso de desalento, o discurso de exclusão social, o discurso de invisibilidade social e o discurso de preconceito. Estes acabam reforçando estigmas associados à população em situação de rua e dificultando a mudança social.

As escolhas lexicais também são outro ponto importante nas discussões de mudança social relacionada à situação de rua. Ao longo da construção do agente social em situação de rua, observa-se que a figura desses agentes foi construída a partir de uma trajetória de discriminação social<sup>172</sup> – termos como “mendigo”, “vagabundo”, “homem do saco”, “morador de rua” criaram ao longo dos anos uma representação estigmatizada. A mudança social começou a partir das lutas sociais para garantir os direitos desses cidadãos e dessas cidadãs, e a utilização do termo “situação de rua” auxilia no processo de mudança social.

De acordo com Fairclough (2001), existe uma certa intencionalidade nas escolhas das palavras quando um texto é produzido, seus significados são processos sociais e culturais. Sendo assim, as escolhas lexicais têm um significado discursivo, que podem ou não interferir socialmente na problemática. Ao analisar as notícias da *Folha* e do *Correio*, nota-se a utilização de termos mais adequados do que estigmatizadores, o que é um avanço para a mudança social. Uma escolha interessante, no *Correio*, se deu no trecho 48 – “[...] essa parcela da população soteropolitana [...]” –, em que não ocorre a diferenciação da população da capital baiana<sup>173</sup>. Na *Folha de S. Paulo*, destaca-se a utilização de “sem-teto”, que, como já discutido<sup>174</sup>, é uma problemática com características diferentes da situação de rua.

Em relação às cláusulas apresentadas por Hernandez (2021)<sup>175</sup>, podem-se observar as quatro cláusulas nas construções dos textos. Na primeira cláusula, *dizer a verdade*, nota-se que, como a *Folha de S. Paulo* e o *Correio* são jornais de jornalismo tradicionais, nas duas capitais, é mais propício que uma parcela do público que os consome tem uma visão de mundo similar à dos jornais. Dessa forma, a verdade apresentada pelos jornais será considerada como a certa.

Quanto à segunda cláusula, *mostrar a realidade*, percebe-se nos dois jornais que utilizam da voz e da representação social de agentes públicos, como autoridade nas ações, e assim transformam fragmentos de realidade em notícias. Na terceira cláusula, *separar fatos de*

---

<sup>172</sup> Cf. seção 3.1.

<sup>173</sup> Cf. subseção 3.1.1 e seção 5.2.

<sup>174</sup> Cf. subseções 3.1.1 e 5.2.

<sup>175</sup> Cf. seção 4.3.

*opiniões e interpretações*, observa-se que tanto a *Folha de S. Paulo* quanto o *Correio* apresentam sua visão de mundo, de acordo com suas linhas editoriais.

Na quarta cláusula, *ser objetivo e imparcial nos relatos*, pode-se ver a presença da objetividade por meio da estratégia do caráter delimitado nos dois jornais, como: diálogos, fotografias, filmagens para convencer o público de que o recorte da realidade que fizeram é real<sup>176</sup>. Em relação à imparcialidade, pode-se notar que os textos são objetivos/factuais, sendo utilizada a técnica de distanciamento, ou seja, o uso da terceira pessoa<sup>177</sup>.

Fairclough (2016) apresenta quatro estágios que auxiliam o pesquisador a fazer pesquisa na abordagem dialético-relacional<sup>178</sup>. O estágio 1, *foco na problemática social, em seu aspecto semiótico*, contém dois passos: o primeiro, selecionar um tópico; e o segundo, construir objetivo de pesquisa para identificar tópicos de pesquisas que serão discutidos de forma transdisciplinar<sup>179</sup>. Nesta dissertação, o objetivo foi “analisar representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador de maio de 2020 a março de 2021”. Partindo deste, construíram-se tópicos que ao longo da pesquisa foram discutidos transdisciplinarmente: Como os agentes sociais foram representados textualmente em notícias? Quais aspectos discursivos estavam presentes? Quais vozes estavam presentes? Quais foram as escolhas lexicais?

No estágio 2, *identificar obstáculos para lidar com o problema social*, foi possível observar que alguns dos obstáculos são: a estrutura social brasileira, a construção sócio-histórica da problemática, a falta de consciência de classe, a ineficácia de algumas políticas públicas.

Quanto ao estágio 3, *considerar se a ordem “precisa” da problemática social*, o(a) pesquisador(a) deve observar se a ordem social basicamente dá origem a grandes problemáticas sociais. A situação de rua, de acordo com Silva (2006), é uma problemática social vinculada à acumulação capitalista, dessa forma, pode-se notar que a ordem social dá origem à problemática. E, como citado, alguns discursos estigmatizadores presentes nas notícias acabam reforçando uma relação de poder e dificultando a mudança social.

O estágio 4, *identificar formas possíveis para superar os obstáculos*, em que o(a) pesquisador(a) deve identificar possibilidades para superar os obstáculos na abordagem da problemática social (Fairclough, 2016)<sup>180</sup>, será discutido na próxima seção.

---

<sup>176</sup> Cf. seção 4.3.

<sup>177</sup> Cf. seção 4.3.

<sup>178</sup> Cf. seção 4.2.

<sup>179</sup> Cf. seção 4.2.

<sup>180</sup> Cf. seção 4.2.

Nesta seção, foram realizadas as análises das notícias dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio*, que fizeram parte do *corpus* da pesquisa, bem como uma análise comparativa entre as notícias analisadas dos dois jornais. Também, realizaram-se discussões sobre as estratégias apresentadas por Hernandez (2021) na *Folha* e no *Correio* e como foi efetuado o passo a passo dos estágios apresentados por Fairclough (2016). Na próxima seção, serão expostas as considerações finais da pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador de maio de 2020 a março de 2021. Inicialmente, foi apresentada a escola que fundamentou esta pesquisa, a Análise de Discurso Crítica (ADC). Na seção 2, explicitaram-se discussões de Wodak e Meyer (2016) e Fairclough (2001, 2003, 2015 e 2016) sobre a ADC, além das contribuições de Thompson (2009) nas discussões de ideologia na perspectiva crítica. Para fechar a seção 2, expuseram-se as categorias analíticas utilizadas como instrumento de análise do *corpus*.

Na seção 3, situação de rua, foram apresentados dados da problemática e das políticas públicas em nível tanto nacional quanto municipal, acerca das cidades de São Paulo e de Salvador; bem como as medidas emergenciais realizadas nos dois primeiros anos da pandemia de covid-19. Depois das discussões relacionadas à situação de rua, debateu-se, na seção 4, metodologia, sobre pesquisa qualitativa (Bauer; Gaskell; Allum, 2008) e triangulação de dados (Flick, 2013). Em seguida, procedeu-se a uma breve discussão sobre o gênero notícia e a sua construção, com as contribuições de Bakhtin (2016), Fairclough (2003) e Hernandez (2021), como também uma breve explanação dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio*. Logo em seguida, foi realizada a classificação macro e micro das notícias coletadas, o que resultou na escolha do *corpus* analisado.

Ao longo do processo de construção da seção 3, foi possível compreender que a situação de rua é entendida como uma desigualdade social resultante das relações sociais capitalistas (Silva, 2006) e as pessoas em situação de rua utilizam logradouros públicos como espaço de abrigo e sustento (Brasil, 2008). A problemática começa a se desenvolver no Brasil Colônia, com a diferenciação entre o senhor e o escravizado<sup>181</sup>, o que pode ter refletido no alto número de pessoas negras e pardas em situação de rua no país (Brasil, 2008). Ao longo dos anos, com as lutas dos movimentos das pessoas em situação de rua, como o Movimento Nacional da População de Rua, foi possível ampliar e adquirir algumas políticas públicas, entretanto notam-se falhas em algumas delas. E estas são tão gritantes que em julho de 2023 o STF teve que intervir e solicitar que o Governo Federal apresentasse um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da PNPSR<sup>182</sup>.

---

<sup>181</sup> Cf. seção 3.2.

<sup>182</sup> Cf. seção 3.3.

Partindo do objetivo geral, esta pesquisa levantou alguns questionamentos: Como os agentes sociais em situação de rua foram representados textualmente em notícias? Quais discursos estavam presentes? Quais vozes estavam presentes? Quais foram as escolhas lexicais?

Diante das discussões efetuadas na seção 5, pôde-se constatar que a representação dos agentes sociais em situação de rua se deu por meio da inclusão, da genericização, da nomeação, da agregação, da identificação profissional e relacional (van Leeuwen, 1997), verificando-se uma diferenciação entre os dois jornais: na *Folha de S. Paulo*, o agente teve uma representação com nomeação e voz; e no *Correio*, essa representação foi, em sua maior parte, por meio de genericização.

Quanto aos discursos, notaram-se tanto discursos que estigmatizam a problemática social, como o discurso higienista e o discurso de exclusão social, quanto discursos que contribuíam para a mudança social, como o discurso de assistência, o discurso de saúde pública, o discurso de atendimento individualizado, os discursos de reinserção familiar e o discurso de cidadania. Discursos estigmatizadores, como o discurso de violência, o discurso de legislação e o discurso higienista, são utilizados para justificar retiradas de pessoas em situação de rua de locais públicos, como praças e calçadas, também para instalar estruturas antimendigos em viadutos e portas de prédios.

Acerca das vozes presentes, observa-se que as pessoas em situação de rua tiveram voz, contudo na representação de agente social ocorreu uma diferenciação entre os dois jornais. Na *Folha*, a representação dos agentes em situação de rua é mais ativa, conseqüentemente existe mais presença de voz por meio de relato direto e indireto de pessoas em situação de rua. E no *Correio*, esses agentes são em sua maior parte representados por meio de genericização, praticamente não há presença de voz destes. Porém, destaca-se no *Correio* a presença de vozes associadas à prefeitura de Salvador, sendo um dos motivos – discutidos na subseção 4.4.1 – do grande destaque às notícias das ações realizadas pela prefeitura, que o prefeito da época, ACM Neto, tem parentesco com a história do jornal, o que demonstra uma relação de poder e a falta de imparcialidade editorial.

Em se tratando das escolhas lexicais, percebe-se ao longo dos textos a utilização mais de termos adequados – “situação de rua”, “população de rua”, “pessoa em situação de rua” – do que do termo estigmatizador “morador de rua”. Nota-se também uma presença significativa do termo não adequado “sem-teto”, principalmente nos títulos do jornal *Folha de S. Paulo*. Como discutido<sup>183</sup>, o título “[...] tem importância fundamental em qualquer texto” (Bessa,

---

<sup>183</sup> Cf. seção 5.1.

2009, p. 153) e é usado para chamar a atenção do leitor; no entanto, às vezes carrega marcas discursivas que acabam facilitando o reforço de estigmas. Portanto, é necessário que ocorra uma adequação jornalística quanto ao emprego dos termos para tratar da problemática. Observa-se que o *Correio* utiliza em seus títulos termos adequados, o que demonstra que é possível o jornal se adequar às novas nomenclaturas, sem perder a sua audiência.

Dessa forma, esta pesquisa chega ao estágio 4 apresentado por Fairclough (2016)<sup>184</sup>, *identificar formas possíveis para superar os obstáculos*, em que o(a) pesquisador(a) deve identificar possibilidades para superar os obstáculos na abordagem da problemática social. Em relação às escolhas lexicais, os meios jornalísticos devem utilizar o termo “situação de rua”, uma nomenclatura oficial empregada pelo Governo Federal desde 2009. Outro ponto é evitar o emprego de termos como “sem-teto”, uma problemática que também parte da acumulação capitalista, porém difere da situação de rua, bem como o termo estigmatizador “morador de rua”, que transmite a ideia de uma situação fixa.

Acerca da representação de agentes sociais, nota-se uma pequena representação social das pessoas em situação de rua. Seria interessante que houvesse uma representação maior, com mais presença de voz tanto desses agentes, quanto de agentes que trabalham diretamente com a situação de rua, como ONGs, projetos sociais, Defensoria Pública, entre outros. Os discursos são mais difíceis de modificar, mas não é algo impossível. Na notícia da *Folha* sobre a ação de zeladoria (Anexo B), percebe-se que o jornal é contra a ação, entretanto discursos estigmatizadores, como o discurso higienista, se faz presente por conta da ação que estava sendo realizada.

Ao voltar para o questionamento da pesquisa – “como ocorreram as representações discursivas sobre situação de rua em notícias sobre políticas públicas nos jornais de maior circulação nas capitais São Paulo e Salvador de maio de 2020 a março de 2021?” – pôde-se constatar no jornal *Folha de S. Paulo* que os agentes em situação de rua têm mais voz, são representados por meio de nomeação e especificação e têm presença de voz por meio de relatos diretos e indiretos. Porém, em relação às escolhas lexicais, verifica-se a utilização de termo estigmatizador “morador de rua”, principalmente nos títulos. No jornal *Correio*, as escolhas lexicais são mais adequadas, sendo destacado o termo “parte da população soteropolitana”, contudo percebe-se que o agente em situação de rua, na maioria das notícias, tem uma representação generalizada e sem registros de fala. No que diz respeito aos discursos, tanto a

---

<sup>184</sup> Cf. seção 4.2.

*Folha* quanto o *Correio* apresentaram discursos estigmatizadores e discursos que auxiliam na mudança social.

Os resultados observados ao longo da dissertação expõem ser necessário realizar mudanças na forma como os jornais representam discursivamente a situação de rua, bem como evidenciam falhas nas políticas públicas, tanto ao nível nacional quanto ao nível estadual e municipal. Também é necessário realizar um trabalho ativo sobre a problemática da situação de rua em sala de aula, incentivando a reflexão crítica de educandos sobre a problemática. Outro ponto é manter o diálogo com ONGs e entidades filantrópicas sobre os dados da pesquisa.

Dessa forma, esta dissertação cumpre uma parte do objetivo da ADC, em que a representação discursiva foi identificada, analisada, criticada e foram sugeridas possíveis mudanças para modificar a realidade social. Cabe agora avançar nos estudos, e alguns caminhos possíveis são: analisar as representações discursivas presentes nos setores responsáveis pela implementação e efetivação dos programas; investigar a representação social do agente em situação de rua por meio da voz desse agente; ou até mesmo analisar o discurso jornalístico relacionado à problemática da situação de rua no ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J. **Mapa da Desigualdade**. São Paulo: Rede Nossa, 2022. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022\\_Tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

ACESSAR o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) (Centro POP). **Gov.br**, Brasília, DF, 4 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acesar-centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ACM renuncia ao mandato com críticas ao governo. **Agência Senado**, Brasília, DF, 30 maio 2001. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/05/30/acm-renuncia-ao-mandato-com-criticas-ao-governo>. Acesso em: 27 fev. 2023.

AGUIAR, M. M. **Condições de existência, corpo e saúde entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia**: uma abordagem antropológica. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Programa da Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34001/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O-MARIA-MAGALH%20c3%83ES-AGUIAR-2010.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ALBUQUERQUE, F. Ato em São Paulo lembra 11 anos do massacre de moradores de rua na Praça da Sé. **Agência Brasil**, São Paulo, 19 ago. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ato-em-sao-paulo-lembra-11-anos-da-massacre-de-moradores-de-rua-na-praca-da-se>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. **Geografia de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

ANTÔNIO Carlos Magalhães: biografia. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, [202-]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131170/biografia>. Acesso em: 1 out. 2021.

BAHIA. **Lei n. 12.947, de 10 de fevereiro de 2014**. Institui a política estadual para a população em situação de rua e dá outras providências. Salvador: Leis Estaduais, 2014. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12947-2014-bahia-institui-a-politica-estadual-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-da-outras-providencias>. Salvador, 2014. Acesso em: 22 mar. 2023.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BANHO SOLIDÁRIO SAMPA. Sobre. **Banho Solidário Sampa**, São Paulo, c2023. Disponível em: <https://www.atados.com.br/ong/banho-solidario-sampa>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-35.

BENEFÍCIO de Prestação Continuada (BPC). **Gov.br**, Brasília, DF, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BESSA, D. **Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BESSA, D. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. **Informativo: Auxílio Emergencial para a população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19**. Brasília, DF: MDS, 2020d. Disponível em: [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/Informativo\\_Pop\\_Rua\\_Auxilio\\_Emergencial\\_18\\_maiorevisado\\_D ECAU.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/Informativo_Pop_Rua_Auxilio_Emergencial_18_maiorevisado_D ECAU.pdf). Acesso em: 2 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 528, de 28 de Junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1980a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de jul. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1890b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. **É possível *Housing First* no Brasil?** experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil. Brasília: MMFDH, 2019.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Brasília, DF: Presidência da República, 1830. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, DF: Presidência da

República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111258.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111258.htm). Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis n.s 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória n. 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11977-7-julho-2009-589206-norma-2009-589206-pl.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.982, de 02 de abril de 2020.** Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020e. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm). Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Nota técnica n. 05:** Orientações Gerais sobre Atendimento e Acolhimento Emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia do Covid-19. Brasília, DF: MDH, 2020b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/mdh-notatecnica2020.pdf>. Acesos em: 30 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Atendimento e Acolhimento Emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia da Covid-19:** informações e recomendações. Brasília: Governo Federal. Brasília, DF: MDH, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-lanca-cartilha-com-orientacoes-para-atendimento-e-acolhimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-durante-a-pandemia>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dados até 19/05/2023. **Covid-19 no Brasil**, Brasília, DF: 19 maio 2023. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011.** Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Brasília, DF: MS, 2011b. Disponível

em: [http://conselho.saude.gov.br/images/documentos/legislacao/portarias/portaria\\_940.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/documentos/legislacao/portarias/portaria_940.pdf). Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Boletim Epidemiológico Especial, Brasília, DF, n. 76, ago. 2021b. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_76-final20ago.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_76-final20ago.pdf). Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico 2022: Tuberculose**. Brasília, DF: MS, mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-epidemiologico-de-tuberculose-numero-especial-marco-2022.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sumário executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. São Paulo: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Brasília, DF: MDS, 2015a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cartilhas/Cartilha\\_PBF\\_2015.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf). Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. **Programa Minha Casa, Minha Vida: um milhão de casas, crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros**. Brasília, DF: Senado Federal, [2015b]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385446/Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição 55/2016. **Senado Federal**, Brasília, DF: 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 145, de 26 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2004. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Nota técnica n. 13: Proteção da população em situação de rua durante a pandemia da covid-19**. Brasília, DF: MDS, 2020a. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/INFORMATIVO-POP-RUA-Revisto.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Secretária-geral de Controle Externo; Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção. **Política pública em dez passos**. Brasília, DF: SEGECEX; SOMA, 2021a. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos\\_web.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos_web.pdf). Acesso em: 22 fev. 2023.

CARDOSO, W. Prefeitura de SP remove roupas e cobertas de praça. **Agora São Paulo**, São Paulo, 6 jul. 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/07/prefeitura-de-sp-remove-roupas-e-cobertas-de-cuidador-de-praca.shtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Manual do Sistema de Cadastro Único**. Versão 7.42.00. Brasília, DF: CEF, mar. 2022. Disponível em: [https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual\\_Cadastro\\_Unico.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual_Cadastro_Unico.pdf). Acesso em: 4 nov. 2023.

CAMPOS, L. C. M. **Pessoas em situação de rua e suas representações sobre drogas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29548/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Enf\\_Lorena%20Cardoso%20Mangabeira%20Campos.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29548/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Enf_Lorena%20Cardoso%20Mangabeira%20Campos.pdf). Acesso em: 22 fev. 2023.

CANATO, P. C. **Intersetorialidade e redes sociais: uma análise da implementação de projetos para população em situação de rua em São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-05112017-141201/publico/pamellacanato.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARTÃO Nacional de Saúde. **Gov.br**, Brasília, DF, c2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cns>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CARVALHO, M. A. C.; SANTANA, J. P.; VEZEDEK, L. **Sumário Executivo da Pesquisa Cartografia dos desejos e direitos: mapeamento e contagem da população em situação de rua na cidade de Salvador, Bahia, Brasil**. Salvador: Projeto Axé, 2017.

CARVALHO, S. M. C. **“Os ditos sem” acesso a saúde da população em situação de rua**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/269/1/Dissertacao%20SANDRA.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CASEFF, G. Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 mar. 2021a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/03/com-menos-doacoes-consultorio-na-rua-precisa-dividir-alcool-em-gel-em-frascos-menores-para-dar-a-sem-teto.shtml>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CASEFF, G. Campanhas de arrecadação de agasalhos e cobertores iniciam com inverno; veja como doar. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2021b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/06/campanhas-de-arrecadacao-de-agasalhos-e-cobertores-iniciam-com-inverno-veja-como-doar.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CASULO PRA RUA. Situação de Rua. **Casulo O Ano Todo**, São Paulo, c2023. Disponível em: <https://www.casulopraru.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CENSO antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2022. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CESTARI, L. R. **As visões de povo no jornal Notícias Populares e no conceito de populismo**. História e Cultura, v. 7, n. 2, p. 266-288, 2018.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CIRCUITO Cultural PopRua. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, [2020]. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/poprua/programas\\_e\\_pr\\_objetos/index.php?p=269795](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_pr_objetos/index.php?p=269795). Acesso em: 23 mar. 2023.

CNBB. Pastoral do Povo da Rua. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, São Paulo, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pastoral-do-povo-da-rua/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

COMPANY. New York Times, New York, [202-]. Disponível em: <https://www.nytc.com/company/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CONHEÇA um pouco mais das Subprefeituras da Cidade de São Paulo. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/index.php?p=8978>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS – 21ª REGIÃO-PB. Saiba mais: O novo programa Minha Casa Minha Vida 2023. **CRECIPB**, João Pessoa, 29 jun. de 2023. Disponível em: <https://creci-pb.gov.br/saiba-mais-o-novo-programa-minha-casa-minha-vida-2023/>. Acesso em: 30 de jun. 2023.

CONSULTÓRIO na Rua. **Gov.br**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua/>. 13 jan. 2023.

CORAL PopRua. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, [202-]. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/poprua/programas\\_e\\_pr\\_objetos/index.php?p=269796](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_pr_objetos/index.php?p=269796). Acesso em: 23 mar. 2023.

CORDEIRO, D. B. **A política pública de assistência social em conflito com a demanda da população em situação de rua na cidade de São Paulo: Um estudo de caso da Tenda Bela Vista**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21282/2/Diego%20Borges%20Cordeiro.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CORES, T. VOZES POP RUA – Consultório na Rua leva atendimentos na área de saúde e esperança de vida à população em situação de rua. **DP Bahia**, Salvador, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-pop-rua-consultorio-de-rua-leva-atendimentos-na-area-de-saude-e-esperanca-de-vida-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CORRA PRO ABRAÇO. O Corra pro Abraço. **Corra pro Abraço**, Salvador, c2023. Disponível em: <https://corraproabraco.ba.gov.br/o-corra/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CORTIZO, R. **A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**: série relatos de uso de M&A. Brasília: WWP, 2015. Disponível em: <https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP--PORT.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

COSTA, L. Freela ou bico: o que você faz? **Vivendo de Freela**, [s. l., 2018]. Disponível em: <https://www.vivendodefrela.com.br/freela-ou-bico-o-que-voce-faz/>. Acesso em: 6 jul. de 2023.

CPTM. Linha 1-Azul. **Metrô CPTM**, São Paulo, c2023. Disponível em: <https://www.metrocptm.com.br/linha-1/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

DENZIN, N. K. **The Research Act**. 3. ed. New Jersey: Englewood Cliffs; Prentice Hall, 1989.

DICIONÁRIO HOUAISS. Rapa. **Dicionário Houaiss Eletrônico**, São Paulo, c2023. Versão 6-1. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v6-1/html/index.php#1](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1). Acesso em: 15 maio 2023.

DIEESE. **Custo da cesta básica tem redução em 2009**. São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2009/200912cestabasica.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DOMINGOS, R. É #FAKE que nenhum morador de rua morreu de Covid-19. **G1**, Rio de Janeiro, 15 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/09/15/e-fake-que-nenhum-morador-de-rua-morreu-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

DULTRA, L. S. **Acesso da população em situação de rua na atenção básica**: uma análise das práticas instituídas pela saúde da família no centro histórico de salvador. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Saúde) – Programa de Pós-graduação em Saúde Comunitária do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34309/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Lua\\_S%C3%A1-Dultra-2018.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34309/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Lua_S%C3%A1-Dultra-2018.pdf). Acesso em: 22 fev. 2023.

ENGELMANN, F. **Processos de constituição dos vínculos familiares de pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da trindade**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/869/1/TESEFRANCIELEENGELMANN.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ENTENDA a ordem de vacinação contra a Covid-19 entre os grupos prioritários. **Gov.br**, Brasília, DF, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/janeiro/entenda-a-ordem-de-vacinacao-contr-a-covid-19-entre-os-grupos-prioritarios>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. Programa de Valorização da Atenção Básica - PROVAB. Módulo “O SUS, as redes de atenção e a atenção básica”. Rio de Janeiro: ENSP. 2014. 1446 arquivos digitais. Disponível em: <https://dms.ufpel.edu.br/sus/files/timeline.html>. Acesso em: 11 jul. 2023.

EVANS, T. **Cinco explicações para a crise financeira internacional**. Revista Tempo do Mundo (IPEA), Brasília, v. 3, n. 1, p. 9-30, abr. 2011. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM\\_v3\\_n1\\_Cinco.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf). Acesso em: 2 out. 2023.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students**. Londres; Nova York: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, N. A Dialectical-Relational approach to critical discourse analysis in social research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse studies**. 3. ed. London: Sage Editors, 2016. p. 87-108.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira Izabel Magalhães. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

FGV CPDOC. Correio da Bahia. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-bahia>. Acesso em: 1 out. 2021.

FGV CPDOC. Folha de São Paulo. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em: 1 out. 2021.

FIGUEIRA, M. A voz do asfalto: políticas de informação e a pesquisa autoetnografia com cidadãos em situação de rua. In: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. (org.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades**. Curitiba: CVR, 2020. p. 159-178.

FIGUEIREDO, I. **Direitos Humanos e Estado Laico: relatório da relatoria de Direitos Humanos e Estado Laico**. Brasília: Terra de Direitos, 2016. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/relatoriodhesca.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FLEURY, S.; FAVA, V. **Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira**. Rio de Janeiro: Saúde Debate, 2022, v.46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hwxmncnr3jKnc3vvrLhXZtYb/#>. Acesso em: 17 dez. 2023.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLORES, R. Catadores e catadoras em situação de rua começam a receber cestas básicas em Salvador. **DP Bahia**, Salvador, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/catadores-e-catadoras-em-situacao-de-rua-comecam-a-receber-cestas-basicas-em-salvador/>. Acesso em: 22 de mar. 2023.

FREITAS, M. V. O. **Trançando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21069>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jZnueS6oiIcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GALVANI, D. **Circuitos e práticas religiosas nas trajetórias de vida de adultos em situação de rua na cidade de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-07072015-100223/publico/galvani\\_corrigida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-07072015-100223/publico/galvani_corrigida.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

GOMES FILHO, J. **Identidade, discurso e poder do morador de rua: construção de uma utopia através do jornal aurora da rua**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27333/1/TESE%20FINAL%20PROF.%20JOS%c3%89%20GOMES%20Vol.%201.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GUEDES, A. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. **Agência Senado**, Brasília, DF, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 2 out. 2023.

HARVEY, D. **The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism**. London: Profile Books, 2010.

HENRIQUE, A. Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/prefeitura-instala-maquinas-de-lavar-roupa-para-moradores-de-rua-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2022.

HERNANDES, N. **A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e Internet fazem para captar e manter a atenção do público**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

HISTÓRIA da Folha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, [202-]. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 25 fev. 2023.

IBGE. Cidades e Estados: Salvador. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>. Acesso em: 8 mar. 2023.

IBGE. Cidades, Brasil, Panorama. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

IBGE. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173->

pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html. Acesso em: 19 maio 2023.

IBGE. São Paulo: história e fotos. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/historico>. Acesso em: 23 fev. 2023.

INSCREVER-SE no Cadastro Único (CadÚnico). **Gov.br**, Brasília, DF, 12 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>. Acesso em: 4 nov. 2023.

INVESTIGAÇÕES do Conselho de Ética levam à renúncia de ACM e Arruda. **Agência Senado**, Brasília, DF, 27 jul. 2001. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/07/27/investigacoes-do-conselho-de-etica-levam-a-renuncia-de-acm-e-arruda>. Acesso em: 27 fev. 2023.

IPHAN. **Salvador**. [S. l.]: IPHAN, [201-]. Arquivo em pdf. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Centro%20Hist%c3%b3rico%20Salvador.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

LANFRANCHI, C. T. N. **O campo social da situação de rua: Violência e Segregação**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26014>. Acesso em: 15 fev. 2023.

LAPELOSO, M. Gírias baianas: as 71 expressões mais usadas e seus significados. **Dicionário Popular**, [s. l.], c2017-2023. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/girias-baianas/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LINHARES, C. Gangorra entre PT e PSDB deixou SP no atraso, diz Joice Hasselmann, pré-candidata do PSL à prefeitura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/gangorra-entre-pt-e-psdb-deixou-sao-paulo-no-atraso-diz-joyce-hasselmann-pre-candidata-do-psl-em-sp.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LOCAÇÃO Social. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=243291>. Acesos em: 23 mar. 2023.

LUCENA, R. R. **O clique da notícia: a história da Folha Online contada por seu design**. 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) – Curso de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LUMEN. Seja Bem-Vindo a Lumen! **Ser Feliz**, [s. l.], c2023. Disponível em: <https://www.lumenserfeliz.com/>. Acesso em: 18 maio 2023.

MAM. Acervo da Laje e Coletivo Mouraria 53 propõem debate amanhã (21) às 15h. **MAM**, Salvador, 20 maio 2022. Disponível em: <http://www.mam.ba.gov.br/2022/05/acervo-laje-coletivo-mouraria53-debate-mam/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. *In: Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004. p. 205-230.

MENDONÇA, D. G. **População em situação de rua**: como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38795>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MIRANDA, N. C. J. **População de rua em Salvador**: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015). Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21042/1/Nadja\\_Conceicao\\_Jesus\\_Miranda.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21042/1/Nadja_Conceicao_Jesus_Miranda.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

MORADIA Primeiro. **Gov.br**, Brasília, DF, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-e-programas/moradia-primeiro>. 13 jan. 2023.

MORETT, A. C. Mapa da Fome: ActionAid lamenta gravidade de dados divulgados pela ONU. **Act!onAid**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2023. Disponível em: [https://actionaid.org.br/na\\_midia/mapa-da-fome-actionaid-lamenta-gravidade-de-dados-divulgados-pela-onu/](https://actionaid.org.br/na_midia/mapa-da-fome-actionaid-lamenta-gravidade-de-dados-divulgados-pela-onu/). Acesso em: 2 out. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar**: cartilha para formação política. Brasília, 2010. Disponível em: n. Acesso em: 22 mar. 2023.

MOVIMENTO POPULAÇÃO DE RUA BAHIA. Sobre. **Movimento População de Rua Bahia**, Salvador, [202-]. Disponível em: <https://comunicapoprua.wixsite.com/movimentopopruaba/sobre>. Acesso em: 21 set. 2023.

NAF. Conheça mais sobre o projeto. **Núcleo Assistência Fraternal**, São Paulo, c2023. Disponível em: <https://fraternal.org.br/maos-estendidas/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília, DF: IPEA, 2023. (Nota técnica, 103). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

NATALINO, M. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Brasília, DF: IPEA, 2020. (Nota técnica, 73). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT\\_73\\_Disoc\\_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 2 mar. 2021.

NERY FILHO, A.; VALÉRIO, A. L. R.; MONTEIRO, L. F. **Guia do projeto consultório de rua**. Brasília, DF: SENAD; Salvador: CETAD, 2011. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/drogadicao-enfrentamento/manuais/consultorio\\_de\\_rua.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/drogadicao-enfrentamento/manuais/consultorio_de_rua.pdf). Acesso em: 22 fev. 2023.

NONNENBERG, M. J. B; MARTINS, M, M, V. **Como a guerra na Ucrânia poderá afetar o comércio no exterior?** Efeitos sobre o Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2022. (Nota técnica, 54). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220315\\_cc\\_nota\\_22\\_guerra\\_da\\_ucrania.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220315_cc_nota_22_guerra_da_ucrania.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

OCAS. Quem somos. **Organização Civil de Ação Social**, São Paulo, c2023. Disponível em: <https://www.ocas.org.br/quem-somos-c19ug>. Acesso em: 23 mar. 2023.

OLIVEIRA, G. H. J. de. **O Programa Minha Casa, Minha Vida, 2009-2014 e a participação democrática dos movimentos e organizações sociais**: impacto na inclusão social por meio da efetivação do direito à moradia. [São Paulo]: USP, [201-]. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3342964/mod\\_resource/content/0/PDF.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3342964/mod_resource/content/0/PDF.pdf). Acesso em: 5 de jun. 2023.

OLIVEIRA, J. A. S. **Encontros entre trabalhadores de saúde e pessoas em situação de rua no centro histórico de Salvador Bahia**: violências, potências e insurgências. 2021. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/62107/Tese%20Final\\_Jo%c3%a3o%20Andr%c3%a9%20S.%20de%20Oliveira\\_Definitiva\\_Reposit%c3%b3rio\\_Unifesp.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/62107/Tese%20Final_Jo%c3%a3o%20Andr%c3%a9%20S.%20de%20Oliveira_Definitiva_Reposit%c3%b3rio_Unifesp.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em: 21 mar. 2023.

OLIVEIRA, N. C. Os movimentos dos sem-teto da cidade de São Paulo: semelhanças e diferenças. *In*: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: GEPAL, 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/nathaliaoliveira.pdf>. Acesso em: 9 maio 2023.

OLIVEIRA, N. C. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)**. 2010. (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/771137>. Acesso em: 11 maio 2023.

OPERAÇÃO Baixas Temperaturas. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/poprua/programas\\_e\\_pr objetos/index.php?p=269793](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_pr objetos/index.php?p=269793). Acesso em: 23 mar. 2023.

OSID. Nossa História. **Obras Sociais Irmã Dulce**, Salvador, 2007-2021. Disponível em: <https://www.irmadulce.org.br/osid/p%C3%A1gina/conteudo/nossa-historia>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PATRÃO, B. V. L.G. **De Debret a Marc Ferrez**: a política higiênica e os lugares e formas de convivência da família brasileira. 2016. 189f. Tese (Doutorado em Direito da Cidade) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/9313>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PEREIRA, A. **Os desafios da pesquisa sobre memória com pessoas em situação de rua**: um debate desde a psicologia sócio-histórica. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22835/2/Aline%20Pereira.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PICO da pandemia em 2021 teve mais que o dobro de mortes que a alta em 2020. Poder360, [s. l.], 21 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/pico-da-pandemia-em-2021-teve-mais-que-o-dobro-de-mortes-que-a-alta-em-2020/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

POLÍTICAS para População em Situação de Rua. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, [202-]. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/participacao\\_social/institucional.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/institucional.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

POT PopRua. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 2023. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/poprua/programas\\_e\\_pr\\_objetos/index.php?p=269812](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_pr_objetos/index.php?p=269812). Acesso em: 23 mar. 2023.

PREFEITURA de São Paulo lança ação “Vidas no Centro”. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2020. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/noticias/?p=295946>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PREFEITURA inaugura núcleo para população de rua no Comércio. **Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza**, Salvador, 25 set. 2019. Disponível em:

<https://sempre.salvador.ba.gov.br/prefeitura-inaugura-nucleo-para-populacao-de-rua-no-comercio/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PRÊMIO 19 de Agosto. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 2023. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/poprua/programas\\_e\\_pr\\_objetos/index.php?p=269813](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/programas_e_pr_objetos/index.php?p=269813). Acesso em: 23 mar. 2023.

PRIBERAM. Política segregacionista. **Dicionário Priberam**, [s. l.], c2023. Disponível em:

<https://dicionario.priberam.org/segregacionista>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PROJETO AXÉ. Início: Projeto Axé Brasil. **Projeto Axé**, Salvador, [201-]. Disponível em:

<http://www.projetoaxe.org/brasil/projeto-axe-brasil/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

REDAÇÃO. Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua. **Correio**, Salvador, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/coronavirus/largo-dos-mares-ganha-pia-publica-para-populacao-em-situacao-de-rua-0820>. Acesso em: 1 jan. 2022.

REDAÇÃO. Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua.

**Correio**, Salvador, 11 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prefeitura-de-salvador-intensifica-acolhimento-as-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 1 jan. 2022.

REDE RUA. Página Principal. **Rede Rua**, São Paulo, c2023. Disponível em:

<https://rederua.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

REGISTRO Mensal de Atendimentos – RMA. **Gov.br**, Brasília, DF, 16 dez. 2019.

Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1/registro-mensal-de-atendimentos-2013-rma>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIBEIRO, D. Ganhar. **Dicio**, [s. l.], fev. 2022. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/ganhar/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RIBEIRO, J. Juíza explica o papel do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. [Entrevista cedida a] Ângelo Medeiros. **Tribunal de Justiça de Santa**

**Catarina**, Florianópolis, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/juiza-explica-o-papel-do-sistema-de-garantia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 12 jul. 2023.

RODRIGUES, A. Covid causou a morte de 96 moradores de rua em São Paulo, diz estudo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/covid-causou-a-morte-de-96-moradores-de-rua-em-sao-paulo-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

RODRIGUES, I. *et al.* A gênese da situação de rua no Brasil. In: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: CVR, 2020. p. 23-46.

RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: CVR, 2020.

ROMÃO, V. A. **Entre a vida na rua e os encontros com a prisão**: um estudo a partir das audiências de custódia. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/9457/1/Vinicius%20de%20Assis%20Romao%20%20Versao%20Final%20%2006%2005%202019%20biblioteca%20PROTEGIDO.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SALGUEIRO, F. S. C. **Políticas Públicas voltadas à população em situação de rua na cidade de São Paulo**: uma análise sobre o segmento LGBTT que vive na rua, 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/24207/1/F1%c3%a1vio%20Soares%20Correia%20Salgueiro.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SALVADOR. **Anexo 5 do trâmite 48**. Termo de Colaboração nº 001/2022 que entre si celebram o município de Salvador através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTE E LAZER – SEMPRE e o CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE [...]. Salvador: SEMPRE, 2022. Disponível em: <https://sempre.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/2-TERMO-DE-COLABORACAO-No-001-2022.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SALVADOR. **Decreto n. 23.836, de 22 de mar. de 2013**. Institui a política municipal para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras Providências. Salvador: Leis Municipais, 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2013/2384/23836/decreto-n-23836-2013-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-s%E2%80%A6>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Saúde. **Nota Técnica DAS/APS – Novo Coronavírus n. 04/2020, de 09 de abril de 2020**. Orientações para organização da Atenção Primária à Saúde Consultórios na Rua no enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19) no município do Salvador. Salvador: DAS/APS, 2020a. Disponível em:

[http://www.saude.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/6.-NT-DAS-\\_APS-n%C2%BA-04-de-09.04.2020-POP-RUA.pdf](http://www.saude.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/6.-NT-DAS-_APS-n%C2%BA-04-de-09.04.2020-POP-RUA.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Saúde. **Plano de contingência para infecção humana do novo coronavírus (SARS-CoV-2) do município de Salvador**. Salvador: SMS, 2020b. Disponível em: <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/covid/wp-content/uploads/sites/27/2020/05/Plano-de-Conting%C3%Aancia-COVID-19-28.05.2020.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SANT'ANNA, E.; BERGAMO, M. Frio em SP ameaça 'cidade paralela' de sem-teto expostos à Covid-19. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/frio-em-sp-ameaca-cidade-paralela-de-sem-teto-expostos-a-covid-19.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANTANA, C. J. A. **A questão dos meninos e meninas de rua no Brasil e em Salvador: uma análise sócio histórica e territorial**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SANTOS, G. P. **O jornal Aurora da rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14523/1/2013\\_GersineyPabloSantos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14523/1/2013_GersineyPabloSantos.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.

SANTOS, I. **Direito a ter direitos: assistência social à população adulta em situação de rua em Salvador**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/271/1/Dissertacao%20Iraci.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SANTOS, J. V. População de rua aumenta e famílias inteiras passam a não ter onde morar. Entrevista especial com Juliana Reimberg. **Instituto Humanitas Unisinos**, Porto Alegre, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/610378-populacao-de-rua-aumenta-e-familias-inteiras-passam-a-nao-ter-onde-morar-entrevista-especial-com-juliana-reimberg>. Acesso em: 19 maio 2023.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 53.795, de 25 de março de 2013**. Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-53795-de-25-de-marco-de-2013>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 56.102, de 08 de maio de 2015**. Institui o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56102-de-08-de-maio-de-2015>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 57.069, de 17 de junho de 2016**. Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016b. Disponível em:

<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57069-de-17-de-junho-de-2016/consolidado>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 57.690, de 12 de maio de 2017**. Altera o Decreto n. 56.102, de 8 de maio de 2015, que instituiu o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57690-de-12-de-maio-de-2017>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 59.246, de 28 de fev. de 2020**. Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2020c. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59246-de-28-de-fevereiro-de-2020>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Decreto n. 62.149, de 24 de janeiro de 2023**. Cria o Programa Reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua, em conformidade com a Lei n. 17.252, de 26 de dezembro de 2019. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62149-de-24-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Lei n. 12.316, de 16 de abril de 1997**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1997. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12316-de-16-de-abril-de-1997/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Lei n. 16.544, de 20 de setembro de 2016**. Altera a Lei n. 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Mobilização e Luta por Habitação de Interesse Social – HIS, e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016a. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16544-de-20-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Lei n. 17.252, de 26 de dezembro de 2019**. Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17252-de-26-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). **Lei n. 17.819, de 29 de junho de 2022**. Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17819-de-29-de-junho-de-2022>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo: Qualitest, 2020a.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo.** São Paulo: Qualitest, 2021.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **Edital de credenciamento n. 001/2020.** São Paulo: SMDHC, 2020e. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/POP\\_RUA/PROGRAMAS/Republica%C3%A7%C3%A3o%20Edital%20001\\_SMDHC\\_2020\\_Cozinha%20Cidada.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/POP_RUA/PROGRAMAS/Republica%C3%A7%C3%A3o%20Edital%20001_SMDHC_2020_Cozinha%20Cidada.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania. **Plano Municipal para a População em Situação de Rua.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2020b. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20PopRua.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf). Acesso em: 23 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania. **Enfrentamento à pandemia de Covid-19 na cidade de São Paulo:** balanço das ações emergenciais e programas implantados para a população em situação de rua. São Paulo: SMDHC, 2020d.

SARMENTO, I. V. M. **A ineficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SILVA, S. O.; BESSA, D. Discurso e situação de rua no rio grande do sul. *In: Jornada de Iniciação Científica, Integração Social e Sustentabilidade*, 20., 2016. **Anais [...]**. Salvador: EDUNEB, 2016. p. 470.

SILVA, S. O.; PATEZ, D. R.; BESSA, D. O gênero notícia em uma análise interdiscursiva sobre situação de rua em Maceió (AL) e Porto Alegre (RS). *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS (SIGET)*, 11., 2022. **Anais eletrônicos [...]**. João Pessoa: UFPB, 2022. Disponível em: <https://xisiget.wixsite.com/my-site>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SILVA, I. C. N. **Práticas de cuidado em saúde de pessoas em situação de rua:** um estudo de representações sociais. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26002/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20-%20ITANA%20CARVALHO%20NUNES%20SILVA.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SOUZA, B. M. G. **Vozes hegemônica e vozes insurgentes: uma análise discursiva crítica sobre a representação do aborto na mídia.** 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

STF determina que entes federados adotem providências para atendimento à população em situação de rua. **Portal STF**, Brasília, DF, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511160&ori=1>. Acesso em: 27 set. 2023.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRINO, A. T. *et al.* Recomendações para os Consultórios na rua e a rede de serviços que atuam junto com a população em situação de rua. *In*: NOAL, D. S.; PASSOS, M. F. D.; FREITAS, C. M. de (org.). **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. p. 204-223.

UNIDADES da PM iniciam campanha do agasalho 2022. **Ba.gov.br**, Salvador, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2022/06/noticias/pacto-pela-vida/unidades-da-pm-iniciam-campanha-do-agasalho-2022>. Acesso em: 27 fev. 2023.

UNIDADES de Acolhimento. **Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza**, Salvador, c2022. Disponível em: <https://sempre.salvador.ba.gov.br/idoso/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

VAN LEEUWEN, T. A representação de atores sociais. *In*: PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

WESTIN, R. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. **Agência Senado**, Brasília, DF, 5 ago. 2022. Arquivo S, 92. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 23 mar. 2023.

WHO. Home/Health topics/Coronavirus disease (COVID-19). **World Health Organization**, [s. l.], c2023. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1). Acesso em: 21 mar. 2023.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse analysis: history, agenda, theory e methodology. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. Londres: Sage, 2009. p. 1-33.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical Discourse Studies: history, agenda, theory e methodology. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse studies**, 3. ed. London: Sage Editors, 2016. p. 1-23.

XIMENES, D. de A. Vulnerabilidade social. Gestrado UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ZANINI, F. Russomano quer moradores de rua na zeladoria com apoio psicológico das igrejas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/10/russomano-quer-moradores-de-rua-na-zeladoria-com-apoio-psicologico-das-igrejas.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.



## ANEXO A – PREFEITURA INSTALA MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA PARA MORADORES DE RUA NO CENTRO DE SP

### FOLHA DE S.PAULO



## Prefeitura instala máquinas de lavar roupa para moradores de rua no centro de SP

São cinco pontos equipados com as máquinas, banheiros e chuveiros  
14.mai.2020 às 23h15

[Alfredo Henrique](#)

#### SÃO PAULO

Desde o final de abril, a prefeitura de São Paulo, gestão Bruno Covas (PSDB), instalou chuveiros, privadas e máquinas de lavar roupas, por meio da Ação Vidas, nas regiões da Sé e da República, no centro da capital, para pessoas em situação de rua.

Nesta segunda-feira (11), também foram disponibilizadas máquinas de lavar e secar roupas nos largos São Francisco e Paissandu e no Parque Dom Pedro.

O administrador de empresa Vanderlei Gino, que se mudou do Rio Grande do Sul para São Paulo após “perder tudo”, há cerca de dois meses, lavou suas roupas, pela primeira vez, no largo do Paissandu, na manhã desta quarta-feira (13).

Ele afirmou que, por estar temporariamente em situação de rua, sentiu na pele, literalmente, a dificuldade de manter a rotina de higiene. “A lavanderia [da prefeitura] ajuda ao menos para que eu tenha o mínimo de dignidade, já que estou na rua”, desabafou.



O administrador de empresa Vanderlei Gino, em situação de rua há cerca de dois meses, lava suas roupas na unidade Ação Vidas do Paissandu, no centro de São Paulo, na manhã desta quarta-feira (13).

- Rivaldo Gomes/Folhapress

Um outro morador de rua, pernambucano de 35 anos, diz que que, por causa do uso constante que faz de crack, acaba tendo mais dificuldades em manter a higiene. “Antes [da instalação da Ação Vidas], eu acabava sujando minha roupa. Nenhum comerciante deixa a gente usar os banheiros, quando a coisa aperta.”

Nas últimas semanas, no entanto, ele vai aos banheiros disponibilizados pela prefeitura e também aproveita para lavar suas roupas.

Uma preocupação a menos

Almoçando uma marmita que ganhou de freis franciscanos, Flavio Menezes, 42, aguardava para lavar nove peças de roupa, por volta das 12h20 de quarta-feira, na região da República. Ele havia chegado ao local por volta das 8h.

Vivendo em situação de rua há cerca de três anos, segundo ele por causa de problemas familiares, Menezes afirmou ser a segunda vez que usa a lavanderia do projeto do governo. A lavagem demora cerca

de uma hora, mesmo tempo em que as roupas são secas. Ao todo, cada lavanderia da prefeitura conta com duas máquinas de lavar e duas de secar.

“É só chegar cedo que dá para garantir a lavagem da roupa. Antes dessas lavanderias, eu precisava improvisar, quando dava, lavando minhas roupas em torneiras. Mas na maioria das vezes, acabava usando a roupa uma semana [sem lavar] até jogar fora. Agora [com as lavanderias] tenho uma preocupação a menos”, afirmou.

Samara Paula, 29 anos, vive há cerca de dois meses em situação de rua, junto como companheiro. Ela afirmou que a Ação Vidas mudou sua dura rotina de tentar manter a higiene. “Essa iniciativa deveria ser mantida, depois do fim da pandemia do coronavírus”, sugeriu.

Máquinas higienizadas

A reportagem apurou que o tempo médio para a lavagem e a secagem das roupas é de 40 minutos a uma hora, dependendo da unidade.

Na região da Sé e da República, onde as lavanderias foram instaladas primeiro, há maior procura pelo serviço, fazendo com que a espera se estenda um pouco mais. Já no largo do Paissandu, por exemplo, poucas pessoas em situação de rua procuram pelo serviço. Em decorrência disso, há mais tranquilidade para lavar os itens de vestuário.

O sabão e amaciante são colocados nas máquinas de lavar por funcionários da prefeitura. Após a lavagem, tanto as máquinas de lavar como secadoras são higienizadas com álcool.

Quase 140 mil atendimentos

A gestão Covas afirmou ter realizado 137.5554 atendimentos a pessoas em situação de rua, tanto para o uso de banheiros como das lavanderias, na região central da cidade.

Desde o fim de abril, até esta quarta (13), foram realizadas mais de 700 lavagens nas cinco unidades montadas no centro. Em média, segundo o município, são usadas duas caixas de sabão em pó,

diariamente, por lavanderia. A quantidade de amaciante não foi informada.

De acordo com a pesquisa censitária da população em situação de rua realizada 2019, haviam 24.344 pessoas nesta condição em São Paulo, sendo a maioria no centro, onde residem e circulam ao menos 11.048 delas.

Serviço

Banhos e Sanitários

- Praça da Sé
- Praça da República
- Praça Cívica Ulisses Guimarães (Parque Dom Pedro II)
- Largo do Paissandu
- Praça Ouvidor Pacheco e Silva (Largo São Francisco)

Estações exclusivas de sanitários:

- Pateo do Collegio
- Largo General Osório

Funcionamento

- Todos os dias, das 7h às 19h.

Fonte: *Prefeitura de São Paulo*

## ANEXO B – PREFEITURA DE SÃO PAULO PASSA O RAPA E LEVA PERTENCES DE MORADORES DE RUA

### FOLHA DE S.PAULO

#### Prefeitura de São Paulo passa o rapa e leva pertences de moradores de rua

Ação em pleno inverno ocorreu sob os trilhos do metrô da avenida Cruzeiro do Sul, em Santana, na zona norte da capital

5.ago.2020 às 23h15

[William Cardoso](#)

SÃO PAULO

Colchões, barracas e alguns objetos destruídos por desgaste e pelo tempo foram arrastados pelo rapa da prefeitura na tarde desta segunda-feira (3), sob os trilhos da linha 1-azul do Metrô, na avenida Cruzeiro do Sul, em Santana (zona norte da capital paulista). A Subprefeitura Santana diz cumprir normas.

Restaram homens, mulheres, crianças e idosos que não têm para onde ir e encontram naquilo que a prefeitura chama de entulho um pouco de alívio nas madrugadas geladas do inverno paulistano, em plena pandemia de coronavírus.



Em plena pandemia de Covid-19, a Prefeitura de São Paulo retira pessoas em situação de rua da avenida Cruzeiro do Sul, como Edson Monteiro Azeredo, de 79 anos - Ronny Santos - 3.ago.20/Folhapress

O trabalho dos agentes de remoção, escoltados por GCMs (guardas-civis metropolitanos) armados até de espingarda calibre 12, foi flagrado pela reportagem.

Em meio ao que ficou para trás, relatos de um rastro de desesperança entre pessoas que já perderam o emprego ou estão tão endividadas que nem o aluguel de um quarto miserável conseguem pagar.

É o caso do enfermeiro aposentado Edson Monteiro Azeredo, 79 anos, há seis meses em situação de rua. Durante a passagem do rapa, perdeu a barraca que lhe dava guarida no canteiro central da avenida.

“Ganho R\$ 1.045. Com os consignados, recebo R\$ 680. Por que esses consignados? A minha esposa ficou doente e tentei fazer o máximo, mas ela veio a falecer”, disse.

O profissional da saúde aposentado ficou sozinho e cheio de dívidas. Trocou a região metropolitana de Curitiba por São Paulo e passou a contar com uma ajuda governamental que nunca vem. “Sei que existe hotel social, mas ninguém dá o endereço e a assistente diz que vai ver. Não tenho telefone de contato. Fico na rua. E faz frio, viu?”

Divide o canteiro central com o aposentado um segurança de 42 anos, que passou a morar na rua após ficar desempregado em março. Hoje, vive de bicos, se envergonha do momento pelo qual está passando e prefere não dizer o nome. “Não queria que a minha família soubesse da minha situação. Eles já sofrem tanto e vão sofrer ainda mais [se descobrirem].”

O segurança nem conta com a ajuda de governo ou prefeitura para se reerguer e, mesmo abatido pelo desemprego, não se vê entre os mais necessitados em meio a esse inverno de 2020. “O chato é que a gente não tem nem para onde ir, amigo. Veja bem, como você vai para um albergue em uma pandemia? As pessoas que estão lá são ainda de uma situação bem mais difícil do que a nossa.”

Durante a passagem do rapa, quem não ficou para contar a sua história correu em meio ao trânsito e tentou esconder os colchões nas vielas à margem da avenida. Mulheres e suas crianças, inclusive.

1/10

Prefeitura de São Paulo retira pertences de moradores de rua da avenida Cruzeiro do Sul



Em plena pandemia de Covid-19, Prefeitura de São Paulo retira pessoas em situação de rua da avenida Cruzeiro do Sul, que haviam instalado barracas em baixo da linha 1 RONNY SANTOS/Ronny Santos - 3.ago.20/Folhapress

**Subprefeitura afirma que seguiu normas**

A Subprefeitura Santana, da gestão Bruno Covas (PSDB), diz que seguiu normas de decreto que dispõe sobre os procedimentos e tratamentos à população em situação de rua em ações de zeladoria urbana. “Foram desfeitas três barracas, que se caracterizaram estabelecimento permanente em local público, proibido pela legislação.”

A SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) diz que foi notificada sobre a ação de zeladoria e intensificou as abordagens e o monitoramento diário no local.

A equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social afirma que não atuou no dia da ação de zeladoria para não quebrar o vínculo com moradores de rua.

A Guarda Civil Metropolitana diz que apoiou os agentes da subprefeitura na ação e que o armamento de calibre 12 é de proteção individual do efetivo.

**ANEXO C – COM MENOS DOAÇÕES, CONSULTÓRIO NA RUA PRECISA  
DIVIDIR ÁLCOOL EM GEL EM FRASCOS MENORES PARA DAR A SEM-TETO**

**FOLHA DE S.PAULO**

# **Com menos doações, Consultório na Rua precisa dividir álcool em gel em frascos menores para dar a sem-teto**

Iniciativa concorre na Escolha do Leitor em que público poderá, além de votar em suas preferidas, doar para ações de enfrentamento à Covid-19

18.mar.2021 às 8h00

**Gabriela Caseff**

**SÃO PAULO**

“Se a gente não cuidar de quem tá na rua, não vamos acabar com a Covid nunca”. A frase é de Marta Regina Akiyama, 50, assistente social e coordenadora do Consultório na Rua, iniciativa que promove atendimento médico para pessoas que vivem sob pontes e viadutos em São Paulo.

Ela traça um paralelo com a tuberculose, doença que acomete essa população há décadas. “Essas doenças são comunitárias, o problema é de todos. Temos que cuidar uns dos outros” diz.

Em 2020, o Consultório na Rua criou a [campanha #SeparadosSomosMaisFortes](#), referência ao distanciamento social, para evitar que a Covid-19 se tornasse tragédia maior entre as 24 mil pessoas que vivem nestas condições em São Paulo, de acordo com censo da prefeitura de 2019.

1 / 14

Consultório na Rua vacina idosos sem-teto em SP



Equipe do programa "Consultório Na Rua" sai pelas vias da Mooca em busca de moradores em situação de rua para aplicarem a vacina contra a Covid-19 Danilo Verpa/Folhapress

A iniciativa que [foi destaque no Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19](#) agora opera com 20% de sua capacidade. “As doações diminuíram bruscamente em 95%”, aponta Akiyama.

Uma das maneiras de compensar a falta de kits de higiene, por exemplo, foi dividir o álcool em gel em recipientes menores para alcançar mais pessoas. Um pote de 300ml se torna três de 100ml.

As 10.000 máscaras mensais hoje são apenas 500, o que não dá para [um dia de ação na rua](#). E as garrafinhas de água, fundamentais nos períodos em que os parques são fechados ao público, minguou para 2.000 por mês. “Temos o bazar e estamos fazendo rifa, vendendo cosméticos, nos virando”.

Marta acredita que a pandemia deu [visibilidade para pessoas em situação de rua](#) e quebrou preconceitos. “O que podemos fazer pelas gestantes e crianças que estão nas ruas? Não podemos só dar remédio e fazer curativo e ver essa miséria toda”, diz.

As equipes, compostas por profissionais e agentes de saúde, visitam albergues e equipamentos de assistência social, além das ruas. Fazem

curativos, controlam a pressão e a temperatura, examinam os pulmões e monitoram os sintomáticos.

1 / 10

Separados Somos Mais Fortes



Projeto #SeparadosSomosMaisFortes potencializou o Consultório na Rua para evitar o contágio do coronavírus entre as pessoas em situação de São Paulo

“A segunda onda está contaminando mais a população de rua que a primeira”, afirma Marta. Em uma das casas, com capacidade para 40 pessoas e média de 18 atendidos, o espaço está lotado. A contaminação também foi frequente entre os profissionais e gerou rotatividade enorme no projeto. “Chegamos a 75% deles diagnosticados com Covid”, diz.

Como finalista na categoria Ajuda Humanitária do prêmio, a campanha #SeparadosSomosMaisFortes vai à votação popular, concorrendo com outras nove iniciativas na [Escolha do Leitor](#).

O público poderá eleger seu finalista favorito em cada uma das categorias ao longo de três meses, em formato inovador no qual a enquete, no site da **Folha**, torna-se também plataforma de doação.

### COMO VOTAR NA ESCOLHA DO LEITOR

**Passo 1** Acesse [folha.com/escolhadoleitor2021](https://folha.com/escolhadoleitor2021) e escolha a iniciativa que mais fez seus olhos brilharem

**Passo 2** Clique no botão "Quero votar" e aguarde a confirmação

**Passo 3** Faça uma doação para uma delas clicando em "Doar agora"

**Passo 4** Preencha seus dados, valor da doação e clique em "Enviar"

Os vencedores da Escolha do Leitor, tanto os recordistas de votos quanto os líderes na captação de doações, serão anunciados em um dos eventos de comemoração aos 100 anos do jornal ao longo de 2021.

As doações obtidas na premiação serão destinadas para a compra de máscaras e kits de higiene para a população em situação de rua. “Queremos retomar o projeto em 100%”, aposta Marta.

## ANEXO D – CONSULTÓRIO DE RUA VAI REALIZAR TESTES RÁPIDOS DA COVID-19 EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

# Correio\*

### coronavírus

Eduardo Dias\*

[eduardo.sousa@redebahia.com.br](mailto:eduardo.sousa@redebahia.com.br)

16.04.2020, 13:53:00



((Foto: Eduardo Dias/CORREIO))

## Consultório de Rua vai realizar testes rápidos da Covid-19 em pessoas em situação de vulnerabilidade

**Iniciativa faz parte do projeto Girassóis de Rua, lançado nesta quinta-feira (16) pela prefeitura; veículos vão circular por bairros onde há maior índice de pessoas em situação de rua**

A prefeitura vai promover testes rápidos para a identificação de contaminação da covid-19 em pessoas em situação de rua em Salvador. Os testes serão aplicados nos distritos sanitários de Brotas, Itapagipe e do Centro Histórico, que são territórios da cidade com maior índice de pessoas em situação de vulnerabilidade. A iniciativa faz parte do projeto Girassóis de Rua, que vai circular por essas áreas da cidade com profissionais de diversas áreas da saúde à disposição dessas pessoas.

O projeto vai atender e acompanhar de perto, durante o período de enfrentamento à pandemia, essa parcela da população soteropolitana, que é a mais vulnerável à contaminação pelo coronavírus, segundo a prefeitura. Ainda não há prazo para a realização dos testes rápidos, nem um número de testes que serão feitos.

O lançamento oficial do projeto ocorreu nesta quinta-feira (16) pela prefeitura. Os detalhes da iniciativa foram apresentados pelo prefeito ACM Neto e pelo vice, Bruno Reis, ao lado do secretário municipal da Saúde (SMS), Leo Prates, e da secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Ana Paula Matos, em solenidade na Praça Municipal.



(Foto: Eduardo Dias/CORREIO)

Para garantir uma atenção permanente, o prefeito afirmou que a prefeitura disponibilizou profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, dentre outros especialistas para fazerem parte da equipe do Girassóis de Rua.

“É um projeto mais amplo, que envolve uma série de ações. Mas, tão logo superemos essa situação mais urgente, vamos dar segmento a esse projeto com suas outras vertentes futuramente. São equipes completas e plenamente consistidas com profissionais diversos que farão trabalhos complementares porque a gente sabe que cada pessoa vai precisar de um tipo de apoio diferente. Temos que levar o serviço para perto de onde essas pessoas estão”, avaliou o prefeito, que revelou ainda que a prefeitura vai realizar testes rápidos da covid-19 na população de rua.

**“Nada melhor do que entregar aos médicos e profissionais de saúde, às pessoas qualificadas e preparadas, a condução de todo esse trabalho de assistência, apoio, amparo e abordagem a esse contingente grande de pessoas em situação de rua da nossa cidade. Vamos fazer a testagem, com testes rápidos, assim que houver a quantidade suficiente para todas essas pessoas. Quem tiver o resultado positivo, será imediatamente encaminhado para tratamento”**, completou Neto.

Para Victor Rodrigues, que é coordenador da Missão Salvador da Obra Lumen de Evangelização, uma comunidade católica que possui casas de acolhimento para pessoas em situação de rua, a medida adotada é “extremamente positiva. Trata-se de dar assistência a uma população que, via de regra, não tem acesso aos cuidados básicos que são essenciais, como higiene e alimentação adequada.

Alguns ainda são idosos e possuem outras comorbidades, o que os colocam no grupo de risco da doença”, disse.

Victor lembrou ainda que a medida reflete o papel do poder público em fornecer um sistema de saúde que chegue a toda população. “Nós já percebemos que muitas pessoas em situação de rua evitam procurar atendimento em unidades públicas de saúde, pois eles têm medo de sofrer algum tipo de preconceito. Com essa medida, o sistema se antecipa e vai ao encontro dessas pessoas”, disse.

**Censo**

De acordo com a titular da Sempre, a prefeitura trabalha com um número de 5,9 mil pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade, que já são cadastradas no sistema. Segundo ela, um convênio com o Projeto Axé fechado para a realização de um censo para contabilizar o número exato e detalhado dessas pessoas.

“Estávamos previstos para realizar esse censo antes da pandemia chegar, mas foi suspenso por causa do coronavírus. Iríamos contabilizar todas essas pessoas para poder passar números mais precisos e ofertar um atendimento mais específico. Estamos investindo juntamente com a Secretaria de Saúde, uma série de ações para essa parte da população. Muitas delas já passaram por vários processos de encaminhamentos e chegaram a conseguir empregos e serem reinseridos na sociedade”, explicou a secretária Ana Paula Matos.

Para o coordenador da Missão Salvador da Obra Lumen de Evangelização, a realização do censo é outra medida necessária, já que a quantidade de pessoas que vivem na rua pode ser maior do que o número trabalhado pela Prefeitura. “Já tive acesso a estudos que mostram um número de mais de 17 mil pessoas em situação de rua em Salvador”, disse.

Para acolher essa população, a Obra Lumen mantém em Salvador uma casa na Avenida Vasco da Gama e uma outra na Federação, que está em reforma. Em outras cidades brasileiras, há mais 13 casas do tipo. Todas, atualmente, estão lotadas e não podem realizar mais acolhimentos para evitar contaminação interna. “Quando percebemos a chegada da pandemia, fizemos um esforço para acolher o máximo de pessoas possíveis. No total foram 150 novas vagas abertas em todo o país”, disse Victor.

*\*Com supervisão da chefe de reportagem Perla Ribeiro*

## ANEXO E – LARGO DOS MARES GANHA PIA PÚBLICA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

# Correio\*

### coronavírus

Da Redação

[redacao@correio24horas.com.br](mailto:redacao@correio24horas.com.br)

05.08.2020, 14:47:00



Pia foi instalada nesta terça-feira (4) no Largo dos Mares (Foto: Arisson Marinho/CORREIO)

### **Largo dos Mares ganha pia pública para população em situação de rua**

**Equipamentos fazem parte do programa Corra pro Abraço e também serão levados ao bairro de Nazaré**

Um reforço na luta contra o coronavírus já entrou em ação no Largo dos Mares, em Salvador. No local, foi instalada uma pia pública para ser usada por pessoas em situação de rua e que vivem nos Mares: a pia foi colocada ao lado do contêiner da Unidade de Apoio na Rua (UAR). A ação vai possibilitar a higienização das mãos - hábito imprescindível para a prevenção contra a covid-19.

A iniciativa é do Programa Corra pro Abraço, que faz parte da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), em parceria com a Residência RAU+E/Ufba, um Curso de Especialização e Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, da Faculdade de Arquitetura da Ufba.

A iniciativa ainda prevê a instalação de uma outra pia próximo à sede do programa, na Ladeira da Independência, no bairro de Nazaré. A parceria é fruto de uma articulação do coletivo Mouraria 53.

**“Essa é uma população extremamente vulnerável. Para eles, atos que parecem simples, como a lavagem das mãos, podem ser um complicador quando não se tem acesso a água e sabão, aliados fundamentais para prevenir a contaminação. Através do Corra Pro Abraço, estamos fazendo um trabalho intenso de enfrentamento ao coronavírus e a instalação das pias chega para**

**reforçar essa luta. Com ajuda de parceiros vamos ampliando as nossas ações e atendendo as pessoas que mais precisam”**, explicou Carlos Martins, secretário da SJDHDS.

Segundo Iago Lobo, psicólogo e redutor de danos, responsável pela articulação da parceria entre o Corra pro Abraço e a RAU+E/Ufba, os dois pontos foram definidos pela equipe do Corra. "São territórios estratégicos do ponto de vista do acesso da população em situação de rua e de extrema vulnerabilidade social que vive nestas regiões", disse. "Também porque poderemos acompanhar mais de perto a utilização, garantindo a manutenção, a partir de nossa presença na sede do programa e na UAR", explicou ele.

As pias públicas, denominadas Pontos Comunitários de Higienização, foram pensadas a partir de movimento Mobiliza RAU+E/Ufba - uma iniciativa dos e das estudantes matriculadas na Residência, com o objetivo de pensar ações de solidariedade às populações vulneráveis durante o período da pandemia. O movimento, além de desenvolver o projeto das pias, também vem articulando doações e apoios para territórios vulnerabilizados.

**“O desenho do ponto comunitário de higienização passou por vários protótipos até chegarmos nos dois modelos que estamos trabalhando. Foi fruto de um trabalho coletivo e engajado, com protagonismo dos estudantes de Arquitetura da Ufba”**, relatou o arquiteto Rodrigo Machado, colaborador da RAU+E/Ufba e um dos responsáveis pelo dos pontos comunitários de higienização.

Os dois protótipos do ponto comunitário de higienização são feitos a partir de materiais simples, como uma estrutura básica de madeira, um suporte para reservatório de água, uma bomba e uma pia. Um sistema de pedais são propostos para que as pessoas não precisem utilizar as mãos para acionar tanto a água quanto o sabão.

A montagem das pias foi realizada pelo marceneiro Jonas Ximenes, a partir de uma parceria com o coletivo Mouraria 53. Os materiais para a montagem da pia foram comprados com valores arrecadados pela campanha #CorraParaAPrevenção, que compreende um conjunto de ações emergenciais de prevenção e proteção das populações vulneráveis, no contexto da pandemia da covid-19.

## ANEXO F – PREFEITURA DE SALVADOR INTENSIFICA ACOLHIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

# Correio\*

### salvador

Da redação  
redacao@correio24horas.com.br

11.03.2021, 14:18:25



(Foto: Bruno

Concha/Secom)

## Prefeitura de Salvador intensifica acolhimento às pessoas em situação de rua

**A operação Toque de Acolher Sempre já acolheu 529 pessoas nas 16 Unidades de Acolhimento Institucional**

Com o agravamento da pandemia do coronavírus, a prefeitura de Salvador tem intensificado as abordagens sociais em diversos pontos da capital. Realizado pelas equipes da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (Sempre), o serviço visa promover o acolhimento de pessoas que vivem em situação de rua na cidade.

A diretora de Proteção Social Especial da Sempre, Kelly Morais, ressaltou que, desde 19 de fevereiro, quando foi iniciada, a operação Toque de Acolher Sempre já acolheu 529 pessoas nas 16 Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) – no total, são oferecidas 950 vagas. Também foram realizados 111 encaminhamentos para outros serviços ou retorno ao lar.

“Temos um total de 917 pessoas acolhidas, divididas entre homens, mulheres, casais e mulheres com filho. Há, ainda, nove unidades para crianças e adolescentes onde dispomos de aproximadamente 350 vagas”, disse Kelly.

A Unidade de Acolhimento Institucional de Pirajá atende atualmente 53 acolhidos, todos homens, em um imóvel que possui 36 quartos individuais e 18 duplos. Além

disso, os acolhidos têm cursos de primeiros socorros com um bombeiro civil e recebem três refeições diárias, conforme a dieta particular de cada um, respeitando condições como hipertensão e diabetes.

“Aqui é feito um trabalho de resgate social e técnico, com apoio de assistentes sociais e psicólogos. É tirada documentação e, a depender do caso, promovemos a reinserção familiar. Geralmente os acolhidos ficam alguns meses, mas existem casos de pessoas que estão há anos conosco”, relatou.

Um dos acolhidos da UAI de Pirajá é Moisés Santos, 48 anos, dos quais dez foram vividos em condição de morador de rua. Após ter sido acolhido na Piedade em 18 de fevereiro, Moisés se considera um felizardo.

“Uma benção! Não estou na rua correndo risco de acordar morto e estou livre do coronavírus. Tenho as refeições, jogo meu dominó, vejo televisão e tem o baba”, pontuou.

#### **Mudança de vida**

Há casos em que a abordagem social promoveu uma verdadeira transformação pessoal. Como para Marcos Moreira dos Santos, 33 anos. Após ter sido abordado pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) e encaminhado para uma UAI, Marcos foi contemplado com o Auxílio Moradia e reside hoje em imóvel alugado.

“Estava em condição de rua quando fui acolhido pelas equipes da secretaria. Fiquei três meses em uma unidade de acolhimento e ganhei meu benefício. Graças a meu bom Deus e à Prefeitura, hoje tenho meu cantinho para colocar a cabeça para dormir. Me tiraram da rua e eu agradeço muito”, revelou Santos.

#### **Centros POP**

Outro serviço voltado para indivíduos ou famílias em situação de rua são os Centros POP, situados na Djalma Dutra, Mares, Itapuã e Dois de Julho.

“Nesses locais são ofertadas 660 refeições entre café da manhã e lanche e promovidos atendimentos psicossociais e jurídicos, guarda de pertences, lavagem das roupas, banhos e encaminhamentos aos postos de saúde e para tirar documentação”, completou Moraes.